

Uni-FACEF CENTRO UNIVERSITÁRIO MUNICIPAL DE FRANCA

NELSON FELIPE BORGES PEIXOTO SCARANO

**OS CAMINHOS DA IN-SUSTENTABILIDADE DO
DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO E A QUESTÃO
SOCIOAMBIENTAL**

**FRANCA - SP
2020**

NELSON FELIPE BORGES PEIXOTO SCARANO

**OS CAMINHOS DA IN-SUSTENTABILIDADE DO
DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO E A QUESTÃO
SOCIOAMBIENTAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado Interdisciplinar, do *Centro Universitário Municipal de Franca - Uni-FACEF*, para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Naiá Sadi Câmara

Linha de Pesquisa: Dinâmicas Territoriais e Desenvolvimento Regional

FRANCA- SP

2020

NELSON FELIPE BORGES PEIXOTO SCARANO

Scarano, Nelson Felipe Borges Peixoto

S296c

Os caminhos da in-sustentabilidade do desenvolvimento brasileiro e a questão socioambiental. / Nelson Felipe Borges Peixoto Scarano. – Franca (SP): Uni- FACEF, 2020.
131f.; il.

Orientador: Profa. Dra. Naiá Sadi Câmara
Dissertação de Mestrado – Uni-FACEF
Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional

1.Desenvolvimento regional. 2.Sustentabilidade.
3.Questão socioambiental. 5.Hegemonia mercantilista.
IT.

CDD 333.7

NELSON FELIPE BORGES PEIXOTO SCARANO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado Interdisciplinar, do *Centro Universitário Municipal de Franca - Uni-FACEF*, para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Naiá Sadi Câmara

Linha de Pesquisa: Dinâmicas Territoriais e Desenvolvimento Regional

Franca, 10 de julho de 2020.

Orientador(a): _____

Nome:

Instituição:

Examinador(a): _____

Nome:

Instituição:

Examinador(a): _____

Nome:

Instituição:

DEDICATÓRIA.

AGRADECIMENTOS

Manifestações Black Lives Matter: I'm can't breath.

Manifestações Vidas Pretas Importam: Eu não consigo respirar.

Ailton Krenak: Quando você se sentir que o céu esta ficando muito baixo, é só empurrá-lo e respirar.

SUMÁRIO

RESUMO	I
ABSTRACT	II
LISTA DE GRÁFICOS	III
LISTA DE FIGURAS	IV
LISTA DE TABELAS	V
INTRODUÇÃO	1
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	8
CAPÍTULO 1: A FORMAÇÃO HEGEMÔNICA MERCANTILISTA ANTROPOCÊNTRICA NO BRASIL ..	11
1.1 HERANÇA COLONIAL: A CASA GRANDE E A SENZALA.....	12
1.2 A CONSERVAÇÃO DA ESTRUTURA COLONIAL NO PODER E A ESTRATRIFICAÇÃO SOCIAL NA MODERNIDADE	19
CAPÍTULO 2: A ERA DAS CRISES E A DEPENDÊNCIA MODERNA	26
2.1 ESTADO CRÍTICO	26
2.2 O PODER E A CRIATIVIDADE	35
2.3 A ARQUITETURA DO PODER CORPORATIVO GLOBAL	37
2.4 A CONSTRUÇÃO DA HEGEMONIA BURGUESA INTERNACIONAL E A DEPENDÊNCIA EXTERNA, UMA REFERÊNCIA A CELSO FURTADO	45
2.5 DIFUSÃO DA CIVILIZAÇÃO INDUSTRIAL	47
2.6 INDUSTRIALIZAÇÃO DEPENDENTE: A TERCEIRA VIA DE ACESSO	49
CAPÍTULO 3: DESENVOLVIMENTO IN-SUSTENTADO	54
3.1 PACTO SOCIAL PROGRESSISTA E A INSERÇÃO SOCIAL PELO CONSUMO	55
CAPÍTULO 4: A QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL	72
4.1 A CRISE AMBIENTAL E OS POVOS INDÍGENAS E TRADICIONAIS	72
4.2 ANÁLISE DA TABELA 1 – COMPARAÇÃO DOS CONFLITOS NO CAMPO DO BRASIL	78
4.2.1 NÚMERO DE OCORRÊNCIAS DE CONFLITOS POR TERRA, OCUPAÇÕES/RETOMADAS, ACAMPAMENTOS E PESSOAS ENVOLVIDAS	79
4.2.2 ÁREA TOMADA POR CONFLITOS POR TERRA	85
4.2.3 CONFLITOS PELA ÁGUA	87
4.2.4 TOTAL DO NÚMERO DE CONFLITOS NO CAMPO.....	89
4.2.5 ANÁLISE DA VARIAÇÃO PERCENTUAL ANUAL – TERRA, ÁGUA E TOTAL	92
4.2.6 A NATUREZA E O DESENVOLVIMENTO	96
CONCLUSÃO	106
REFERÊNCIAS	111
ANEXO.....	114

RESUMO

O nosso trabalho procura, antes de teorizar o desenvolvimento e seus trajetos para a sustentabilidade, expor os rumos os quais acarretaram na sua in-sustentabilidade, por meio do objetivo de analisar os mecanismos que levaram e, ainda hoje, estabelecem a hegemonia mercantilista antropocêntrica no seio do desenvolvimento brasileiro, pois tanto no período histórico como contemporâneo, segundo nossa visão, tal poder hegemônico sempre prevaleceu e, acreditamos que tal arranjo não leva à sustentabilidade, mas à in-sustentabilidade do desenvolvimento nacional. Assim, ao identificar esse arranjo, em forma de projeto, podemos propor novas perspectivas capazes de superá-lo e de subverter sua susceptibilidade às crises e aos conflitos. Para a análise proposta no objetivo deste trabalho, foram realizadas pesquisas qualitativas e quantitativas, abordando os temas referentes à formação hegemônica mercantilista patriarcal/antropocêntrica, a partir da expansão da empresa colonial europeia para depois, considerarmos o estado crítico da conjuntura mundial e nacional, a qual o desenvolvimento guiado pela estreita visão utilitarista e dominada por fins acumulativos – de poder e recursos – gerou. Perspectiva essa que a onda progressista, ou o pacto neoliberal progressista manteve, por meio de políticas públicas, as quais visavam apenas a redistribuição de renda, ou seja, capitalizar os pobres (em renda) para garantir o lucro aos empresários. Como resultado, tal estratégia política rompeu o tecido político e aprofundou o senso comum da sociedade de mercado: a inserção social pelo consumo. Tais fatores se configuram em alguns dos mecanismos do desenvolvimento que, por sua vez, carregam consigo problemas de antes e outros novos, como a desigualdade social, os conflitos socioambientais, a destruição do meio ambiente, enfim, crises as quais a hegemonia secular que guia as transformações e inovações sociais do desenvolvimento não conseguiu superar, pois é parte inerente do seu processo de controle e acumulação. Destarte, concluímos que a hegemonia mercantilista e antropocêntrica é secular e, desde o período colonial, manipulou o desenvolvimento brasileiro em direção à sua in-sustentabilidade. Em vista dessa situação, incitamos à subversão dessa hegemonia, para uma que não seja monopolizada pelos interesses de uma fina camada da população mundial e valorize, principalmente, a força criativa dos conflitos, manifestações e organizações sociais, para que dessa forma, possa romper com a sociedade de mercado por meio de um progressismo popular e multivalorativo, que combata o mercantilismo, utilitarismo e a acumulação, como meio e fim para o desenvolvimento.

Palavras-Chave: Desenvolvimento, Hegemonia, In-sustentabilidade.

ABSTRACT

Our work seeks, before theorizing development and its paths to sustainability, to expose the directions that it has led to in its unsustainability. Through the objective of analyzing the mechanisms that led and, today, cemented the anthropocentric mercantilist hegemony at the heart of Brazilian development, because both in the historical and contemporary periods, according to our view, such hegemonic power has always prevailed and, we believe, that such arrangement it does not lead to sustainability, but to the unsustainability of national development. And by identifying this arrangement, in the form of a project, we can propose new perspectives capable of overcoming it and subverting its susceptibility to crises and conflicts. For the analysis proposed in the objective of this work, qualitative and quantitative researchers were carried out addressing the themes referring to the hegemonic patriarchal / anthropocentric mercantilist formation, from the expansion of the European colonial company. To then consider the critical state of the world and national conjuncture, which the development guided by the narrow utilitarian vision and dominated by cumulative ends - of power and resources - has generated. This perspective is that the progressive wave, or the progressive neoliberal pact, maintained, through public policies which aimed only at the redistribution of income, that is, to capitalize the poor (in income) to guarantee the profit to the entrepreneurs. As a result, this political strategy broke the political fabric and deepened the common sense of the market society: social insertion through consumption. Such factors are configured in some of the mechanisms of development that, in turn, carry with them problems of before and new ones, such as social inequality, socio-environmental conflicts, the destruction of the environment, in short, crises which the secular hegemony that guides the social transformations and innovations of development it has not been able to overcome, as it is an inherent part of its process of control and accumulation. Thus, we conclude that the mercantilist and anthropocentric hegemony is secular and, since the colonial period, it has manipulated Brazilian development towards its unsustainability. In view of this situation, we encourage the subversion of this hegemony, for one that is not monopolized by the interests of a thin layer of the world population and that values, above all, the creative force of conflicts, demonstrations and social organizations and, in this way, may break with the market society, through popular and multivalued progressivism, combating mercantilism, utilitarianism and accumulation, as a means and an end to development.

Key words: Development; Hegemony; Unsustainability.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Macrotendências	31
Gráfico 2 - Protagonistas nos Conflitos por Terra – Brasil 2003-2018	78
Gráfico 3 - Número de Ocorrências de Conflitos e Ocupações/Retomadas	82
Gráfico 4 - Conflitos por Terra – Pessoas Envolvidas	83
Gráfico 5 - Famílias Envolvidas em Conflitos por Terra – Brasil 2003 - 2018	84
Gráfico 6 - Área Envolvida em Conflitos – Hectares	85
Gráfico 7 - Variação Percentual Anual – Conflitos por Terra	86
Gráfico 8 - Conflitos por Água, Anual – Número de Conflitos	87
Gráfico 9 - Variação Percentual Anual – N° de Conflitos e Pessoas Envolvidas	88
Gráfico 10 - Total – N° de Conflitos	91
Gráfico 11 - Pessoas Envolvidas em Conflito – 2009 - 20018	91
Gráfico 12 - Variação Percentual Anual (2009 – 2018) dos conflitos por terra e água, pessoas envolvidas, e área envolvida (hectares)	93

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - A estrutura Bow-tie e seus componentes	41
Figura 2 - A estrutura Bow-tie relacionada ao componente (LCC)	41
Figura 3 - O mapeamento das SCC (1318 nós e 12191 links)	41
Figura 4 - Um zoom sobre as maiores TNCs do setor financeiro. Com alguns ciclos em destaque.	41
Figura 5 - Conexões Financeiras Internacionais	43
Figura 6 - Estrutura predial hierárquica e segmentada de canalização e controle do poder – primeira coluna – e de recursos – segunda coluna	69
Figura 7 - Riscos Climáticos: 1,5°C x 2°C no Aquecimento Global	73

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Alertas de desmatamento	74
Tabela 2 - Conflitos por Terra	83
Tabela 3 - Conflitos pela Água	87
Tabela 4 - Total de Conflitos no Campo Brasil	90
Tabela 5 - Violência contra a ocupação e a Posse	105
Tabela 6 - Comparação dos conflitos no campo Brasil (2009– 2018)	115
Tabela 7 - Violência contra a ocupação e a posse	116
Tabela 8 – Variação Percentual Anual	117

INTRODUÇÃO

O projeto de desenvolvimento – desde sua evolução colonial, passando por sua industrialização dependente e entrada na modernidade – carrega consigo a marca da invasão e da dependência externa em seus fundamentos. Enquadrado no molde europeu, o progresso nacional não conseguiu superar suas chagas coloniais ainda abertas na sociedade brasileira. As marcas do patriarcado, do escravismo e do latifúndio monocultural ainda ecoam sobre o território tupiniquim.

A partir dessa perspectiva, entendemos que o desenvolvimento brasileiro reproduz a velha estrutura oligárquica de poder e controle dentro da ordem pelo progresso, o qual tenta se adaptar aos imperativos internacionais (a exemplo da divisão internacional do trabalho) e traça seu caminho em meio às crises de sempre e outras novas. Tal paradigma conserva o Brasil como um prolongamento do mercantilismo europeu e estadunidense e, assim, determina sua evolução colonial. Desse modo, este país navega em águas rasas e se encontra à mercê do mercado financeiro dominado pelas grandes Corporações Transnacionais que, por sua vez, expandem seu controle mundial por meio da Rede de Controle Corporativo Global (HOLANDA, 2018; FREYRE, 2003; RIBEIRO, 1995; PRADO JR, 1961; FURTADO, 1999, 2008; VITALI, GLATTFELDER E BATTISTON, 2011).

Em meio a esse contexto mundial, o Brasil conserva sua face mais cruel: a do desemprego, da desigualdade, da segregação espacial, do desmatamento, do latifúndio, dos conflitos socioambientais contra os povos indígenas e tradicionais, do autoritarismo, do machismo, do preconceito, da violência de estado, enfim, a lista de retrocessos continua e é imensa. Destarte, a democracia brasileira embarca em uma nova onda e “peleja” para se manter em pé. A crise política e econômica de 2008, oriunda dos E.U., chegou aqui em 2014, onde foi aprofundada em 2016 com o impedimento da presidenta Dilma Rousseff¹ que instalou um campo em disputa ainda aberto, muito instável, cujos efeitos levaram a quebra hegemônica

¹ Para melhor compreensão sobre o processo do golpe político contra a presidenta Dilma Rousseff e a quebra hegemônica neoliberal progressista, assistir a três documentários. O Processo, filme de Maria Augusta Ramos, de 2018, traz filmagens sobre os bastidores, do julgamento e da votação a qual culminou no impeachment da então presidenta. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Hhe3u1_s5DA&ab_channel=CineminhaCaseiro. O segundo, Democracia em Vertigem de 2019, é um documentário que intercala a vida pessoal da diretora do filme, Pietra Costa, junto a ascensão e queda da onda progressista estabelecida no Brasil durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff na presidência. Disponível em: <https://www.netflix.com/search?q=democracia%20em%20vertigem>. O terceiro, Excelentíssimos, filmado em 2016, trata da articulação política, judicial e midiática que se deu para a manipulação da população e da operação política a qual resultou no impedimento de Dilma e da ascensão da extrema direita e do conservadorismo no poder. Documentário de 2018, dirigido por Douglas Duarte. Disponível em: <https://tamandua.tv.br/busca/?termo=excelent%C3%ADssimos>.

neoliberal progressista e arrastou o país para a extrema direita conservadora ao eleger um presidente saudoso da ditadura militar de 1964, Jair Bolsonaro (FRASER, 2020; PINHEIRO-MACHADO, 2019; SANTOS, 2018; DOWBOR, 2017; SACHS e LOPES et al., 2014; KRENAK, 2019).

Entre “Lulismo” e “Bolsonarismo”, o povo ainda sonha em adquirir sua carta de alforria; em meio a esse cenário a população se indignou e, em 2011, foi para as ruas embarcando na primavera global de manifestações populares, envolvida por uma nova estética e pelas redes sociais, onde emergiram os novíssimos movimentos sociais organizados através do elemento pré-figurativo. Ainda mais progressistas do que antes, essas insurgências em marcha no Brasil duraram até 2013 e injetaram um novo fôlego criativo para as lutas sociais. Apesar da guinada para o lado neoliberal, desvio de sentido este que preparou o terreno para o golpe político em 2016 contra Dilma, não impediu-se a Primavera de florescer, pela vontade de justiça social presente na juventude brasileira. Esse fato que pode ser constatado com as ocupações das escolas de São Paulo-capital, pelos secundaristas em 2016 (PINHEIRO-MACHADO, 2019; SANTOS, 2018).

A construção desse cenário que compõe o desenvolvimento nacional, segundo nossa visão, tem sua raiz fincada na evolução do controle hegemônico mercantilista patriarcal/antropocêntrico, fruto do colonialismo e depois do transplante socioeconômico e cultural, estabelecido pelo pacto entre oligarquias nacionais liberais e conservadoras, oriunda da Casa-Grande, com agentes capitalistas nacionais e internacionais, mas principalmente europeu e estadunidense, para a construção do estado moderno brasileiro². Tal projeto de país se transforma ao longo do tempo, todavia não perde sua hegemonia burguesa, a fim de controlar esse *modus vivendi* brasiliense através do senso comum enraizado na civilização industrial: a inserção social pelo consumo (FURTADO, 1999, 2008; PRADO JR., 1961).

Nesse sentido, a partir de tal hegemonia descrita acima, nossa pesquisa mostra que o desenvolvimento nacional, no seu plano secular, foi dominado pela razão utilitarista e da eficiência – conceitos estes implícitos tanto no campo mercantilista como no antropocêntrico – a qual enquadra a Natureza como recurso natural e o homem e a mulher como mão de obra à serviço da acumulação, além de colocar o homem também como único sujeito e foco de valor, ou capaz de gerar algum tipo de valoração. Ora, se a acumulação se enquadra como principal

² Para melhor conhecer a modernização dependente e o controle externo sobre o desenvolvimento nacional, assistir à série documental *Imagens do Estado Novo*, de Eduardo Escorel, lançada em 2015, a qual trata da ascensão e queda do Estado Novo, isto é, do período ditatorial de Getúlio Vargas entre 1937 e 1945. Disponível em: <https://tamandua.tv.br/series/serie.aspx?serieId=564>.

fim do desenvolvimento, este só pode estar limitado pela estreita ideologia do desenvolvimento econômico como modelo imperativo às esferas política, econômica, social, cultural e ambiental (KRENAK, 2019; GUDYNAS, 2019, FURTADO, 1999, 2008).

Atualmente, faz-se necessário estabelecer um projeto de desenvolvimento multifacetado para além do crescimento econômico e da inserção social pelo consumo, o qual consiga promover a formação de cidadãos capazes de compreender seus territórios e suas necessidades de maneira crítica para, dessa forma, resgatar o poder criativo da população, como por exemplo, as Primaveras – novíssimos movimentos sociais – e as ocupações/resistência que ocorrem no campo e na floresta (SACHS E LOPES, 2014, FURTADO, 2008, PINHEIRO-MACHADO, 2019).

Na medida em que se possa superar o drama da in-sustentabilidade, a qual permeia toda a história do “desenvolvimento” nacional e mundial a prefiguração aparece como um elemento inovativo pois, mesmo que virtual, carrega consigo o apanágio que implica na resolução das contradições históricas e contemporâneas, orientando o pensamento no sentido de encaminhar uma nova ordem a qual as inovações e as transformações sociais, dominadas pelo valor econômico, sejam ressignificadas e respeitadas em suas multivalorações (KRENAK, 2019; GUDYNAS, 2019; SACHS, 2014; CPT 2019; FURTADO, 2008; RIVERA e BRETON, 2020).

Quando se trata de multivalorações, o Brasil é um território privilegiado para se aprofundar nesse sentido, pois este país continental abriga uma biodiversidade extremamente rica, formada pelos seus grandes biomas como a Amazônia, o Pantanal, Cerrado, Caatinga, Mata Atlântica e os Pampas. Além disso, em uma pátria onde reside mais de 240 milhões de pessoas, reside também uma diversidade cultural imensa, com visões de mundo únicas. São diferentes povos indígenas e comunidades tradicionais, onde cada tribo ou comunidade possui um cosmos próprio e, dessa forma, mantém ligações particulares com o território, compreendendo os índios Guaranis, Krenaks, Yanomamis, comunidades de Quilombolas, Seringueiros, Quebradoras de Babaçu, Caiçaras, entre diversas outras culturas e etnias.

Acredita-se que toda essa sociobiodiversidade³ seja uma das fonte para a composição de um novo senso comum, capaz de guiar um novo bloco contra hegemônico, tanto

³ Para entender melhor e se aprofundar no tema sociobiodiversidade, ler o livro Biodiversidade e Comunidades tradicionais no Brasil, de 2000, com organização de Antonio Carlos Diegues. Disponível em: [https://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/750/2/Biodiversidade%20e%20comunidades%20tradicionais%20no%20B](https://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/750/2/Biodiversidade%20e%20comunidades%20tradicionais%20no%20Brasil.pdf)

rasil.pdf.
DIEGUES, Antonio Carlos (Org.). *Biodiversidade e Comunidades tradicionais no Brasil*. MMA/NUPAUB: São Paulo, 2000. 208 p.

no seu campo distributivo quanto do reconhecimento (KRENAK, 2019; GUDYNAS, 2019). Contudo, no Brasil, existem conflitos socioambientais que abarcam diversos atores e agentes, os quais fomentam a in-sustentabilidade nacional e que ocorrem em diferentes escalas e territórios de maneira sistêmica, cujos efeitos vão contra tal perspectiva multivalorativa. Em sua maioria, os conflitos sociambientais são provocados por interesses que beneficiam o capital privado em detrimento das pautas populares. Dessa maneira, constatamos que a situação crítica e conflituosa no Brasil perpassa toda a Estrutura Predial, Hierarquica e Segmentada de Canalização e Controle do Poder e de Recursos, a qual edifica a sociedade mercado (estrutura esta que identificamos neste trabalho no capítulo três, p. 85) (CPT, 2019; KRENAK, 2019, GUDYNAS, 2019).

Pelo exposto, tal arquitetura, citada nas linhas acima, sustenta a estreita lógica do desenvolvimento dominado pela ideologia mercantilista, a qual mina outras formas de valoração por meio de conflitos violentos, ou seja, diferentes formas de valorações não encontram espaço equivalente dentro dessa perspectiva, levando ao cerceamento da liberdade desses povos e comunidades, pois o valor intrínseco da Natureza, por exemplo, ou das população tradicionais e os povos indígenas com seu território, não são levados em consideração, pelo contrário, são combatidos. Dessa maneira, o poder criativo socioambiental sofre perdas irreparáveis e o problema histórico desses conflitos se aprofunda, afetando mais de 900.000 brasileiros e brasileiras (SACHS e LOPES, *et al*, 2014; FURTADO, 2008; CPT, 2019; GUDYNAS, 2019, KRENAK, 2019)

A partir da perspectiva lançada nas linhas acima, trazemos a seguinte provocação: que um progresso sequestrado pela acumulação, restringe as transformações e inovações sociais as quais nutrem o desenvolvimento sustentável, por isso o limita. E se a hegemonia secular mercantilista antropocêntrica, a qual identificamos neste trabalho, guia esse modelo de desenvolvimento que, por sua vez, leva a composição de cenários críticos os quais aumentam as in-junções sociais, pois limitam a liberdade e aumentam a desigualdade, sendo que só há sustentabilidade no desenvolvimento, quando este opera no sentido de trazer justiça social⁴ e ambiental, tal paradigma hegemônico só pode se configurar como um mecanismo da in-sustentabilidade. Segundo o livro Gramática Aplicada, o prefixo latino IN pode ser explicado como negação ou falta de, ou seja, alguma coisa imperfeita, intocada, ainda não alcançada ou até equivocada, o que significa que a sustentabilidade do desenvolvimento brasileiro e global se

⁴ Para saber mais sobre justiça social e democracia assistir a aula de Marilena Chaui, denominada de Breve história da democracia, feita para o mini-curso da TV Boitempo, sobre Democracia: história, formas e possibilidades. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=k1MIsK5D0LQ&t=3523s&ab_channel=TVBoitempo.

encontra nesta posição (CARVALHO, 2014).

Sendo o desenvolvimento a expressão da capacidade de responder criativamente às crises sociais, este se configura num fator ligado às inovações, transformações e à justiça social e ambiental, uma vez que para acontecer tal dinâmica é essencial liberdade, igualdade e solidariedade. O desenvolvimento in-sustentável ameaça tal projeto por subverter este sentido, ao deslocar a lógica dos fins (voltadas para o bem-estar, liberdade, igualdade e solidariedade) aos meios (a serviço da acumulação capitalista) (FURTADO, 2008; MASI, 2015).

A partir do panorama geral, chegamos ao seguinte problema: o Brasil apresenta pouca liberdade e uma extrema desigualdade no quadro do desenvolvimento nacional. Baseando-se na série documental “A História do Anarquismo: sem deuses, sem mestres⁵”, de Ramonet Tancrede (2016), abordamos o seguinte questionamento levantado pelo professor e historiador da universidade do Quebec, Normand Baillargeon, que uma sociedade com igualdade e sem liberdade, se transforma numa prisão, por outro lado, uma sociedade com liberdade e desigual, se torna uma selva. Em vista das provocações descritas, introduzimos as seguintes indagações: Será que ao longo da história nacional, até os dias de hoje, o desenvolvimento brasileiro, atravessado pela hegemonia mercantilista e antropocêntrica, conseguiu estabelecer a liberdade e a igualdade?; Por que apenas 6 pessoas brasileiras possuem a mesma riqueza que outros 100 milhões de brasileiros?; Por que mais de 960.000 pessoas vivem em conflitos?; Será que é justo manter um tipo de valor, o monetário, para essa enorme diversidade social e ambiental?; Que tipo de valoração é essa a qual uma árvore derrubada vale mais do que uma árvore plantada?; Ou mesmo, quão justa é aquela razão antropocêntrica que delimita as mulheres e os homens como um instrumento da acumulação?; E, por fim, como subverter tal perspectiva?. No Brasil se vive, então, numa selva e numa prisão, onde a selva é de concreto e aço e a prisão é a violência que vem da lei do mais forte – no sentido de subjugar e dominar, tanto o ser humano quanto à Natureza.

Em razão desses questionamentos, o objetivo geral do nosso trabalho baseia-se em analisar os mecanismos que levaram e, ainda hoje, estabelecem a hegemonia mercantilista antropocêntrica no seio do desenvolvimento brasileiro, pois tanto no período histórico como contemporâneo, tal poder hegemônico sempre prevaleceu e, acreditamos, que tal arranjo não leva à sustentabilidade, mas à in-sustentabilidade do desenvolvimento nacional. E ao identificar

⁵ Série documental sobre o Anarquismo, a qual conta suas origens e destino através de seus personagens, suas revoltas e influência no mundo, ou seja, a história dessa ideologia política que tem lutado por liberdade e igualdade há mais de 150 anos. Disponível em: <https://tamandua.tv.br/series/hist%C3%B3ria-do-anarquismo-sem-deuses-sem-mestres>.

este arranjo, em forma de projeto, podemos propor novas perspectivas capazes de superá-lo e de subverter sua susceptibilidade às crises e aos conflitos.

Pelo exposto, no primeiro capítulo, fizemos uma análise histórica do que, acreditamos ser, os fundamentos do desenvolvimento brasileiro, implementado por meio da empresa colonial européia a qual invadiu e dominou esses vastos territórios tropicais, bases estas construídas pelo mercantilismo e o patriarcalismo escravocrata. Contudo, o período colonial também foi o eixo de formação cultural popular brasileira e assim, seguimos nossa evolução colonial, pois de acordo com esta pesquisa, nosso país ainda se configura como um prolongamento do capitalismo europeu, isto é, ainda não superou a secular hegemonia a que nos referimos neste trabalho, aqui transplantada. Desse modo, o Brasil saiu de um mercantilismo de senhores de engenho, para o liberalismo conservador e “moderno” (HOLANDA, 2018; FREYRE, 2003; RIBEIRO, 1995; PRADO JR, 1961; FURTADO, 1999).

No segundo capítulo, começamos a esboçar as consequências críticas geradas no Brasil e no mundo em relação à política, à economia, ao meio ambiente e à questão social, através das contradições neoliberais materializadas em crises. Para tanto, escrevemos sobre a Era das Crises e o Estado Crítico pelo qual a humanidade atravessa hoje, situação que é produto do desenvolvimento in-sustentável. Tal paradigma levou a uma indignação mundial materializada nas ruas, como já acordado, pelas Primaveras, fato que se configura como uma força criativa e inovativa capaz de gerar transformações sociais e de trazer o novo quando o velho esta morrendo (FRASER, 2020; PINHEIRO-MACHADO, 2019; SACHS e LOPES, 2014; VITALI, GLATTFELDER E BATTISTON, 2011, FURTADO, 2008) .

Tais movimentos sociais, a exemplo do Occupy Wall Street em 2011, com o slogan “Nós somos os 99%” e o “Feminismo para os 99%”, cunhado por Fraser (2020), combatem, entre outras coisas, a “Rede de Controle Corporativo Global”. Esse arranjo também foi motivo de preocupação para o nosso trabalho e por isso, realizamos a tradução e análise do artigo escrito por Vitali, Glattfelder e Battiston (2011), o qual identificou tal arquitetura, ainda no capítulo dois. E, para finalizar, fizemos uma referência a Celso Furtado (2008) e seu livro *Criatividade e Dependência*, na civilização industrial, a fim de expor a construção hegemônica burguesa internacional e a dependência externa.

A partir do panorama exposto, no capítulo três identificamos que o desenvolvimento manobrado pelo poder hegemônico o qual, neste trabalho, é objeto de análise mesmo sob o pacto progressista neoliberal, é in-sustentado, pois apesar do Brasil ter conquistado avanços importantes na área social durante os governos de Lula e Dilma, não lançou mão de um projeto impregnado pelo mercado, por isso limitado à inserção social pelo

consumo em que perpetuou os mecanismos de reprodução da desigualdade. Dessa forma, não se manteve quando a crise econômica de 2008 atingiu o país em 2014, a qual evoluiu para uma nova crise econômica e política. Com isso, tal pacto progressista apenas contornou o conservadorismo arranhando a superfície hegemônica mercantilista antropocêntrica; isso significa que foram conquistados avanços, contudo quando estes dependem mais do mercado do que da população, também se está sujeito às intempéries críticas inerente ao neoliberalismo (SANTOS, 2018; PINHEIRO-MACHADO, 2019; FRASER, 2020).

Nesse sentido, acrescentamos as crises socioambientais, analisadas qualitativamente e quantitativamente no quarto capítulo, geradas dentro do território nacional por conflitos relacionados aos povos indígenas e tradicionais, as quais se desdobram de maneira violenta e diversa em todos os estados do Brasil, atingindo centenas de milhares de brasileiras e brasileiros, os conflitos por terra e água se tornaram uma luta constante contra a hegemonia secular no poder (CPT, 2019; KRENAK, 2019).

Trazemos também, no capítulo quatro, a relação Natureza e desenvolvimento, a fim de mostrar como o modelo de exploração do meio ambiente está vinculado à visão antropocêntrica de delimitar o homem, a mulher e a Natureza que, por sua vez, se mantém por meio do modelo utilitarista de enquadrar o mundo. Entretanto, não trazemos apenas uma perspectiva pessimista em relação à sustentabilidade do desenvolvimento. Procuramos identificar os modos multivalorativos de lidar com o meio ambiente, os quais fomentem o poder criativo popular e os agreguem nos direcionamentos tomados pelo desenvolvimento, para além do mercantilismo e do seu senso comum: à inserção social pelo consumo (KRENAK, 2019; GUDYNAS, CPT, 2019; FURTADO, 2008).

Dessa forma, concluímos o que fora exposto durante todo este texto. Nos encontramos numa conjuntura crítica e urgente, a qual Fraser (2020) faz referência no título de seu livro “O velho está morrendo e o novo não pode nascer”, fato este que aprofunda ainda mais a in-sustentabilidade do desenvolvimento, pois se enraíza aquilo que não faz mais sentido, que é a hegemonia antropocêntrica mercantilista. Contudo, pensamos também, em meios de se construir uma perspectiva contra-hegemônica, por meio das organizações e manifestações do campo e da cidade, organizadas em rede e atravessadas pelo elemento prefigurativo. Podemos dizer, então, que uma proposta progressista, porém popular, e uma visão multivalorativa do mundo, podem se tornar a base para subverter as estruturas da sociedade de mercado.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho foi desenvolvido a partir do esforço para se entender melhor a conjuntura nacional sociambiental e econômica, contida no quadro do desenvolvimento nacional, por meio da análise da sua in-sustentabilidade com ênfase nos povos indígenas e tradicionais do Brasil. Para tanto, realizaram-se pesquisas qualitativas e quantitativas, sendo que o livro de Celso Furtado (2008), “Criatividade e Dependência: na civilização industrial”, configura-se no sentido abordado por nossa pesquisa, dado ao processo de desenvolvimento brasileiro, por se tratar de uma obra que permeia todo o texto da dissertação desde a entrada do Brasil na modernidade até a conjuntura contemporânea.

No primeiro capítulo, a pesquisa se desdobra no sentido de revelar a gestação e geração das bases do desenvolvimento nacional, destacando a invasão colonial portuguesa e o estabelecimento do modelo patriarcal, monocultural, latifundiário e escravista, presentes no período que vai do século XVI ao XIX, assim como a formação cultural tupiniquim, colocando em evidência a relação de poder, o machismo e o patriarcalismo com o meio ambiente, além do modelo de produção e reprodução da sociedade em formação no território que viria a se formar no Brasil. Com o intuito de expor nossa evolução colonial a partir do domínio do agente externo na construção das raízes brasileiras, neste primeiro esforço, nossa pesquisa é embasada por referencial bibliográfico relacionados a autores como Sergio Buarque de Holanda (2018), Gilberto Freyre (2003), Darcy Ribeiro (1995), Caio Prado Júnior (1961) e Celso Furtado (1999).

No segundo capítulo, num primeiro momento, abordamos a era das crises sinérgicas e sistêmicas, as quais foram cultivadas ao longo do processo de construção e desenvolvimento da sociedade capitalista moderna. Posteriormente, abordamos a ruptura hegemônica no quadro político, isto é, a ruptura no pacto pela ordem e governabilidade entre progressismo e neoliberalismo que, por sua vez, abriu espaço para o avanço da extrema direita ultraconservadora, ao mesmo tempo que levou a indignação e insurgência das primaveras globais – protestos populares à esquerda, compreendendo manifestações que ocorreram no mundo todo e se configuraram como os novíssimos movimentos sociais. Posto isso, abriu-se um campo em disputa desde a explosão da crise no mercado financeiro estadunidense, em 2008. Esse texto foi construído por meio de pesquisa qualitativa que aborda autores como Rosana Pinheiro-Machado (2019); Nancy Fraser (2020) e; Ignacy Sachs, Carlos Lopes e Ladislau Dowbor (SACHS et al., 2014).

Em um segundo momento, buscamos explicar brevemente a relação entre

criatividade e poder no sequestro dos centros de decisões estatais por interesses particulares, aliados ao poder político e suas manipulações de cenários. Para tanto, numa primeira aproximação, utilizou-se o referencial bibliográfico voltado para Furtado (2008) e Dowbor (2017), para depois aprofundar no poder corporativo global, o qual atua como um dreno canalizador e concentrador de recursos, por meio da Rede de Controle Corporativo Global. Na construção dessa parte do texto, realizou-se tradução, estudo e análise do artigo em inglês, *Network of Global Corporation Control* de 2011, feito pelo ETH, junto a algumas citações baseadas em Furtado (2008) e Dowbor (2017).

Aprofundamos também, nesse capítulo, o estudo no livro “Criatividade e Dependência” (CELSONO FURTADO, 2008), mais especificamente nos capítulos referentes à “Emergência e Difusão da Civilização Industrial I e II”, a fim de identificar o processo pelo qual se sustenta o modelo do capitalismo moderno hegemônico no Brasil. Isso significa abordar os fatores que levaram à Revolução Burguesa e, conseqüentemente, à Revolução Industrial e colocar em evidência o cenário de dependência industrial instalado no Brasil. Paradigma esse que nada mais é do que a perpetuação do sistema de dominação do desenvolvimento pelos países com maior poder acumulativo (Europa e EUA), tratando-se da nossa evolução colonial no cenário moderno mundial.

Projeto que vai além das transformações técnicas, tal perspectiva se insere também nos novos modos de vida, baseados no racionalismo instrumental que submetem o homem e a Natureza à eficiência mercantil: o homem como força de trabalho e a Natureza como Recurso Natural. Tal modelo reducionista favorece apenas o crescimento econômico em detrimento de pautas socioambientais e, para além dessa perspectiva, insere-se a maioria da população mundial no mundo, no sentido mais amplo, por meio do consumismo. Por conseguinte, o desenvolvimento foi gestado no ventre da acumulação e gerado a partir da submissão de todos os processos produtivos e das relações sociais ao mercantilismo, isto é, ao crescimento econômico. Esse período da dissertação é de suma importância, pois mostra como ocorrem as transformações sociais, o processo de industrialização dependente e a tecnologia, os comportamentos sociais importados de culturas europeia e estadunidense, e a relação e o sentido dado à acumulação. A terceira via de acesso à industrialização mostra a visão de Celso Furtado sobre como o Brasil lida com o seu desenvolvimento: reproduzindo a dependência com o exterior, uma vez que o conjunto desses processos pode ser chamado de desenvolvimento, ou, pelo menos, uma parte significativa dele.

Ao adentrar no capítulo três, é apresentada uma reflexão sobre aonde queremos chegar a partir do tão aclamado desenvolvimento, por meio de uma análise sobre a “onda

progressista” instalada na América Latina e no Brasil entre 1998 e 2016, época de otimismo nacional, crescimento econômico e avanço em pautas sociais. Todavia, o projeto progressista neoliberal não se sustentou e se desfez a partir das manifestações de 2013 (manifestações que se transformaram ao longo de sua jornada, antes pela esquerda, para depois ser dominada por uma onda neoliberal a qual ajudou o impedimento da presidenta eleita democraticamente) e, logo depois, com impeachment da presidenta Dilma Rousseff. Tal panorama traça também uma ligação entre políticas públicas, mercado produtivo e inserção social pelo consumo, isto é, a mercantilização do desenvolvimento e sua relação com a in-sustentabilidade. Para chegar a tal entendimento, foi realizada pesquisa qualitativa, por meio do referencial bibliográfico ligado a Rosana Pinheiro-Machado (2019), Fabio Luis Barbosa dos Santos (2018), Celso Furtado (2008) e Nancy Fraser (2020). Junto à pesquisa qualitativa, com o intuito de evidenciar o fluxo da concentração do poder dos recursos, elaboramos a Figura (5), a qual representa a estrutura de poder e canalização de recursos no quadro do desenvolvimento mercantilizado, cuja sua dinâmica ocorre de baixo para cima em diferentes segmentos que compõe ou manobram o desenvolvimento.

Já no capítulo quatro, procuramos adentrar na questão socioambiental relacionada à situação do meio ambiente e aos povos indígenas e tradicionais. Para tanto, foram realizadas pesquisas qualitativas e quantitativas. Num primeiro momento abordamos, de maneira não muito profunda, a situação adversa do meio ambiente em nível global e nacional, junto às suas consequências relacionadas à Natureza e à sociedade em geral. Sendo assim, evidenciamos outro lado da in-sustentabilidade do desenvolvimento relacionado ao meio ambiente, como também, fizemos referência aos conflitos e poder de luta dos povos indígenas e tradicionais no campo, conflitos esses relacionados à água e à terra. Nesse sentido, realizamos uma pesquisa qualitativa embasada nos seguintes autores: Eduardo Gudynas (2019), o Relatório Anual do Desmatamento no Brasil (2020) e CPT (2019).

Para um segundo momento do capítulo quatro, realizou-se uma pesquisa quantitativa junto à Tabela 1, retirada do Caderno de Conflitos no Campo Brasil 2018, a qual mostra a Comparação dos Conflitos no Campo Brasil (2009 – 2018). Nessa pesquisa, foram elaborados e produzidos 10 gráficos (Gráficos 3 ao 13) os quais tem por objetivo mostrar a complexidade desses conflitos que ocorrem no Brasil inteiro, assim como suas diferentes faces. Como resultado, percebemos que, longe de sanar esse problema, as políticas públicas direcionadas aos povos tradicionais e indígenas tem agravado os conflitos pela terra ou pelo território, fato esse que mostra mais uma indicação da in-sustentabilidade do “desenvolvimento” brasileiro.

CAPÍTULO 1: A FORMAÇÃO HEGEMÔNICA MERCANTILISTA ANTROPOCÊNTRICA NO BRASIL

Atualmente, a sociedade encontra-se embarcando em uma nova era, a pós-moderna – que neste trabalho identificamos como a era das crises –, onde tudo que não seja inovador parece ser rotulado como retrógrado e nem um pouco criativo. As mudanças de paradigmas, como os modos de vida, produção, trabalho, comunicação, relação e organização social, além do avanço tecnológico e da globalização, entre diversos outros aspectos que implicam no desenvolvimento de qualquer território, estão acontecendo de maneira muito rápida e intensa, inclusive com a propagação de cenários críticos os quais criam raízes na sociedade brasileira e mundial. Com efeito, tal situação torna a realidade cada vez mais complexa e difícil de ser assimilada pela população.

De fato, tal perspectiva condiciona muitas pessoas a questionarem o porquê de levar em consideração contextos e acontecimentos passados, com o intuito de compor um caminho para o desenvolvimento sustentável. Contudo, a ideia da nossa pesquisa não põe de lado a história brasileira *sui generis*, nem dela tenta escapar, mas tem a intenção de colocá-la como peça crucial para entender a hegemonia mercantilista antropocêntrica, isto é, a hegemonia da in-sustentabilidade e, por isso, a lança para o presente. Ora, se fomos gerados a partir da empresa colonial europeia, como classifica Furtado (2009) e Prado Jr.(1961), analisar como a tal empresa que moldou as bases as quais possibilitaram que esse projeto de dominação se prolongasse ao longo do tempo e, portanto, determinasse nossa evolução colonial, se faz crucial para esta dissertação.

Nesse sentido, os mecanismos e instrumentos que engendraram e construíram uma sociedade com características fundamentadas na acumulação, foram gestados em diferentes momentos na linha do tempo, além de constituídos por diferentes perspectivas, interesses, atores e agentes. Foram cenários e modelos diversos da história socioeconômica nacional agregada, muitas vezes de forma violenta à mundial, que definiram os rumos do desenvolvimento brasileiro, primeiramente pela invasão e dominação do agente externo – nesse caso Portugal – e, depois, por pactos entre a elite oligarquica nacional – cria da Casa Grande – com agentes liberais externos. Esse arranjo foi determinante para instalar as contradições do desenvolvimento nacional.

1.1 HERANÇA COLONIAL: A CASA GRANDE E A SENZALA

Segundo Holanda (2018 p. 35), a “implantação da cultura europeia em extenso território, dotado de condições naturais, se não adversas, largamente estranhas a sua tradição milenar, é, nas origens da sociedade brasileira, o fator dominante mais rico em consequências”, uma vez que se importa do exterior, primeiramente de Portugal e depois de diferentes países europeus, a estrutura material, humana, cultural e as concepções de sociedade para fundar o Brasil. Isto significa que vieram “de países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas ideias, e timbrando em manter tudo em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra”.

Nesse sentido, para Freyre (2003, p. 16), o invasor português foi aquele que na batalha pela dominação do território em que viria a se constituir o Brasil, partindo de técnicas e poder militar “superior”, venceu, suprimiu, dominou e escravizou o indígena e, mais tarde, importou o negro da África para também escravizá-lo no laboro penoso da bagaceira. Em meio a esse cenário, a escassez de mulheres brancas e a falta de gosto e gente para o trabalho levou o colonizador ibérico a transigir com índios e africanos, prática nada estranha à cultura portuguesa da época que já carregava consigo a marca da escravidão e, conseqüentemente, da miscigenação em Portugal. Além disso, a exigua presença de mulheres brancas criou condições de imposição e submissão sexual “entre vencedores e vencidos, entre senhores e escravos, sem deixarem de ser relações – as dos brancos com mulheres de cor – de “superiores” com “inferiores” (FREYRE, 2003, p. 16).

O antagonismo de culturas diferentes foi determinante na constituição dos modos de vida brasileiros: “a europeia e africana, a católica e a maometana, a dinâmica e a fatalista”, das quais se extraíram a sua vida, sua moral, sua economia, sua arte, além de criar uma sociedade principiada em um regime de “influências que se alternam, se equilibram ou se hostilizam”. Esse caráter fundador leva então a “antagonismos de cultura, à flexibilidade, à indecisão, ao equilíbrio ou à desarmonia deles resultantes, formação *sui generis* da sociedade brasileira, igualmente equilibrada” (FREYRE, 2003 p. 34). Por outro lado, Darcy Ribeiro (1995, p. 23) coloca que não é de “formas anteriores de sociabilidade” que o povo-nação surge no Brasil, nem de antagonismos culturais e, muito menos, de uma maneira igualmente equilibrada, mas sim, é fundado sobre um regime de “concentração da força de trabalho escrava, recrutada para propósitos mercantis alheios a ela”. Com efeito, esse modelo secular põe em

evidencia a construção social e econômica, que viria ser a brasileira, levada a cabo através de “processos tão violentos de ordenação e repressão que constituíram, de fato, um continuado genocídio e um etnocídio implacável”. Para o sociólogo, a gestação do povo brasileiro é fruto “do entrechoque e do caldeamento do invasor português com índios silvícolas e campineiros e com negros africanos, uns e outros aliciados como escravos”.

É a partir da visão de Ribeiro (1995), citada nas linhas a cima, a qual contradiz a visão da formação do Brasil de Freyre (2003), que levamos em consideração como o princípio da colonização desse país a partir da empresa colonial européia, assim como do patriarcalismo brasileiro. Contudo contamos com diversos referencias de Freyre (2003), principalmente em relação ao patriarcalismo. Isto posto, não acreditamos que esse país, em algum momento da sua história, teve equilíbrio entre as raças, pelo contrário, sempre prevaleceu o preconceito, a violência, a repressão e a segregação social e espacial por parte de um protagonismo pragmático e ideológico, da elite oligarquica branca.

Essa mistura abarcou, segundo Gilberto Freyre (2003, p. 19), a língua, costumes, práticas, inclinações sexuais, técnicas, misticismo, festividades, religião, culinária, enfim, as formas de vida brasileira que desenham essa sociedade como fruto de um caldeamento cultural transoceânico e transcontinental. Uma gestação que se inicia com o princípio da expansão do mercantilismo, do antropocentrismo, do avanço das técnicas e dos primórdios da civilização moderna europeia.

Nessa confluência, que se dá sob a regência dos portugueses, matrizes raciais díspares, tradições culturais distintas, formações sociais defasadas se enfrentam e se fundem para dar lugar a um povo novo, num novo modelo de estruturação societária. Novo porque surge como uma etnia nacional, diferenciada culturalmente de suas matrizes formadoras, fortemente mestiçada, dinamizada por uma cultura sincrética e singularizada pela redefinição de traços culturais dela oriundos. Povo novo, ainda, porque é um novo modelo de estruturação societária, que inaugura uma forma singular de organização sócio-econômica, fundada num tipo renovado de escravismo e numa servidão continuada ao mercado mundial. Novo, inclusive, pela (...) vontade de felicidade, num povo tão sacrificado, que alenta e comove todos os brasileiros (RIBEIRO, 1995, p.19).

E, de acordo com Prado Jr. (1961), a colonização dessas terras tropicais que viria a se constituir no território nacional foi algo muito além do que um mero acaso na busca por uma rota para as índias. Segundo ele houve:

Um tal caráter mais estável, permanente, orgânico, de uma sociedade própria e definida, só se revelará aos poucos, dominado e abafado que é pelo que o precede, e que continuará mantendo a primazia e ditando os traços essenciais da nossa evolução colonial. Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café para o comércio europeu. (...) É um tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país (PRADO JR., 1961, p.25).

Dessa maneira, o Brasil se configura com aspectos de um país preparado e moldado para subserviência “porque se viabiliza como um proletário externo”, e assim não se revela para si mesmo, mas se volta para o exterior, o que significa “gerar lucros exportáveis pelo exercício de provedor colonial de bens para o mercado mundial”, por meio da exploração e do desgaste da população que se perpetua ao longo do tempo, tanto aquela que reside no país, como aquela que se importa (RIBEIRO, 1995, p.20).

Para Furtado (1999, p. 58), a expansão geográfica da civilização europeia ocorreu junto à economia de mercado, fundamentada pelo discurso racional, carregada do imaginário de fortuna e da catequização dos indígenas, considerado esse processo a “primeira grande vitória política a qual pesou o avanço das técnicas” e Prado Jr. (1961, p. 16 e 17) ainda reforça esse caráter de empresa, a partir da constatação de que a formação do império ultramarino português deriva da expansão marítima da Europa por meio do desenvolvimento do seu comércio continental depois do séc. XV. Os “descobrimentos” são um capítulo dessa história, na qual se articulam em conjunto e “tudo que se passa são incidentes da imensa empresa colonial a que se dedica a Europa”; neles não há espaço para outra ambição além do alargamento de seus horizontes comerciais e da catequese católica, fatores os quais fundamentam uma visão bem definida com que o povo europeu aborda a América (PRADO JR. 1961, p 16 e 17)

A experiência de articular um poder político – monarquia – com o espírito de empresa burguês, segundo Furtado (1999, p. 59), “serviu de modelo para a criação das companhias de comércio e navegação (...) na Holanda e na Inglaterra como instituições de direito privado, mas exercendo funções públicas”, entre elas a ocupação, defesa e exploração das terras americanas que constituirão o Brasil. Porém, alerta Castro (1965) que a força de subjugação se concentrou na exportação de processos econômicos e instituições muito mais atrasadas e opressivas, a fim de perpetuar o seu domínio. Pelo exposto, nota-se claramente o esforço de domínio para a exploração utilitária da mulher e do homem na natureza, em qualquer

que fosse o território para fins acumulativos, em que o privado e a monarquia pactuam entre si através de um acordo o qual é direcionado para a dominação e estruturação territorial, a partir da expansão das linhas de comércio e do avanço tecnológico. Dessa forma, a hegemonia mercantilista e antropocêntrica começa ser moldada e, para completar, na visão de Furtado (1999, p. 57), o que se entende hoje como Brasil em “uma reflexão sobre as raízes de nossa cultura tem (...) a vaga ideia de expansionismo europeu do século XVI, interregno entre dois mundos ordenados: o da fé e o do conhecimento científico”.

Mas trazendo esse agudo interesse, o colono europeu não traria com ele a disposição de por-lhe a serviço, neste meio tão difícil e estranho, a energia do seu trabalho físico. Viria como dirigente da produção de gêneros de grande valor comercial, como empresário de um negócio rendoso; mas só a contragosto como trabalhador. Outros trabalhariam para ele (PRADO JR., 1961, p. 22 e 23).

O Brasil brota, então, a partir de uma nova formação cultural que emerge na Europa, como “um dos múltiplos desse processo de expansão geográfica da civilização europeia nos albos da era moderna” (FURTADO, 1999), cenário esse o qual cultivou o desejo de aumentar a empresa colonial, por meio do potencial de lucro que se poderia gerar em relação ao alto investimento aplicado na defesa do território. Em contrapartida, Ribeiro (1995, p. 15) mostra que o Brasil adquire, também, “qualidades diferenciadoras oriundas de suas matrizes indígenas e africanas”, as quais se misturam e, segundo as condições ambientais, deram a forma de produção e a natureza de seu objetivo. Onde emerge uma gente nada uniforme, mesmo condicionada pela articulação dessas forças que impacta todo o território, o que seria uma pressão para a homogeneização do Brasil, o efeito foi o contrário. Condicionada pela diversidade ecológica brasileira, formou-se paisagens humanas distintas “onde as condições do meio obrigaram adaptações regionais”, com meios de produção adaptados originando uma economia singular que “conduziram a especializações funcionais aos seus correspondentes gêneros de vida”, tendo, por fim, a imigração que trouxe europeus, árabes e japoneses.

Por essas vias se plasmaram historicamente diversos modos rústicos de ser dos brasileiros, que permitem distingui-los, hoje, como sertanejos do Nordeste, caboclos da Amazônia, crioulos do litoral, caipiras do Sudeste e Centro do país, gaúchos das campanhas sulinas, além de ítalo-brasileiros, teuto-brasileiros etc. Todos eles muito mais marcados pelo que têm em comum como brasileiros, do que pelas diferenças devidas a adaptações regionais ou funcionais, ou de miscigenação e aculturação que emprestam fisionomia própria a uma ou outra parcela da população (RIBEIRO, 1995, p. 19).

Tal paradigma poderia ter marcado profundamente o Brasil por disputas que o dilaceraria através da confluência das diversas matrizes formadoras, caso a oposição de elementos diferenciadores imiscíveis ganhasse maior proporção. Todavia, a sociedade e a cultura brasileira se formaram e se moldaram pela tradição civilizatória europeia ocidental lusitana, diferenciadas por traços culturais herdados dos índios americanos e dos afrodescendentes. Além disso, cresceu junto à unidade nacional as disparidades, as contradições e os antagonismos manifestados pela “distância social, gerada pelo tipo de extratificação que o próprio processo de formação nacional produziu (...), tornando as distâncias sociais mais intransponíveis que as diferenças raciais” (RIBEIRO, 1995, p.20 e 23), ainda mais numa sociedade forjada pelos grilhões da escravidão e do latifúndio patriarcal, a qual manteve-se durante séculos, varando gerações e moldando seu caráter social.

A partir dessa gestação do Brasil, pelo império mercantilista europeu e lusitano em detrimento dos indígenas e depois dos afrodescendentes, instalou-se aqui o reino do patriarca, onde ofuscou o científico e propagou a opressão e repressão mais do que a razão e eficiência. Mais pelo latifúndio escravista e da monocultura do que pelo desenvolvimento do comércio e das cidades, tal contexto favoreceu a emergência de ilhas enormes de poder que se auto-sustentavam e se espalhavam, formando a diversidade cultural brasileira a partir de bases totalmente desumanas.

A gênese do ser cultural brasileiro é que os portugueses não foram apenas os dominadores, mas também o único segmento da população que se manteve em contato com suas matrizes culturais, dela se realimentando. Em todo o período colonial os portugueses foram uma minoria em face da presença indígena, e mais ainda da africana que logo começou a fluir como força de trabalho. Mas o peso da minoria portuguesa na formação do que viria a ser a cultura brasileira é decisivo. Não apenas porque são senhores confrontando-se com escravos ou semi-escravos, mas também porque os portugueses partiram de um domínio de técnicas superiores e continuaram a alimentar-se de fontes culturais superiores (FURTADO, 1999, p. 57).

Junto a esse processo de formação do povo brasileiro e da unidade nacional, a civilização moderna europeia vai tomando forma por meio da criatividade cultural orientada por dois processos: o primeiro possui sua formação a partir de uma nova leitura da cultura clássica, direcionando-a a traduzir o mundo exterior diante de estruturas racionais que o identifica por intermédio da “linguagem matemática à legitimação do poder pela eficiência”, e o segundo, de mutação cultural, que ocorre através da ampliação das fronteiras para horizontes

transoceânicos conducentes a intercâmbios planetários que deram origem à cultura brasileira (FURTADO 1999, p. 57).

No que tange expor as bases para o estabelecimento do mercantilismo e do antropocentrismo, por meio do utilitarismo, do romantismo e da ciência, o dinamismo do novo quadro cultural que brota com o humanismo na Europa traça um “processo criativo multifacetado”, reproduzindo uma nova imagem do homem como um ser global, inspirada pelo Romantismo, cenário esse que emerge a partir de “uma sociedade competitiva em que a criatividade tecnológica surge como recurso de poder dominante”. Fora desse quadro cultural europeu, o Brasil trava seu processo cultural em um estágio pré-humanismo, no qual Aleijadinho pode ser considerado o último gênio da Idade Média (FURTADO, 1999, p.62).

Segundo Furtado (2008), a expansão do mercantilismo por meio da abertura de novas linhas comerciais de amplitude global, durante o século XVI, marca o início do processo de expansão do excedente – que foi gerado a custo de uma estrutura sociopolítica essencialmente desigual e desumana em seus diversos aspectos – drenado para a Europa que, por sua vez, viabiliza o processo acumulativo que levaria à Revolução Burguesa e Industrial. Ademais, o poder concentrado nas mãos do patriarca junto à propriedade do latifúndio e dos meios de produção, ancorado na monocultura e na mão-de-obra escrava, produzia toda a riqueza colonial que era enviada à metrópole, além de que o poder do *paterfamílias* dentro do seu engenho era incontestado e transbordava para fora de suas fronteiras por meio de seu poder político. Soberano dentro e fora do engenho, o senhor patriarca tinha o controle da vida e da morte de todos aqueles que, de uma forma ou de outra, estavam ligados a ele: escravos, empregados, esposa, filho, filha, genros e até inimigos políticos. Esse sistema patriarcal de colonização portuguesa foi implantado no início no século XVI, varou o século XVIII e chegou ao XIX ainda agregado na independência do Brasil (FREYRE, 2003; HOLLANDA, 2014).

Representada pela casa-grande e pela senzala, tal estrutura madrugou sob a sociedade brasileira, dominando a colônia praticamente sozinha até muito depois de proclamada a independência do Brasil, paradigma esse que gerou uma civilização com raízes agrícolas cujos reflexos se perpetuam até hoje. E é no berço da propriedade latifundiária e escravocrata que se formou a sociedade brasileira, refém desse sistema, onde as cidades são meramente um apêndice dessa empreita e, assim, criadas de maneira deficiente já que não supriam nem a necessidade básica da população durante a era patriarcal (FREYRI, 2003; HOLLANDA, 2014).

A força concentrou-se nas mãos dos senhores rurais. Donos das terras. Donos dos homens. Donos das mulheres. Suas casas representam esse imenso poderio feudal. Feias e fortes. Paredes grossas. Alicerces profundos. Óleo de baleia. Refere uma tradição nortista que um senhor de engenho mais ansioso de perpetuidade não se conteve: mandou matar dois escravos e enterrá-los nos alicerces da casa. O suor e às vezes o sangue dos negros foi o óleo que mais do que o de baleia ajudou a dar aos alicerces das casas-grandes sua consistência quase de fortaleza (FREYRE, 2003, p.19).

Tal poderio também se fez através da poligamia patriarcal do senhor de engenho e de seus filhos que, recheados de sadismo, caíam em cima das escravas “sobre as alcovas com camas que em geral parecem ter sido de couro, rangendo as pressões dos adultérios dos coitos danados (...); sobre as relações de brancos com escravos”, além daqueles que eram casados e se casavam novamente com as escravas africanas ou índias. E em meio a esse contexto machista, as meninas eram obrigadas a se sujeitarem ao casamento encomendado ainda na idade de treze, quatorze anos, além do cenário criado e alimentado pelos senhores, chegar ao ponto de mandarem “queimar vivas, em fomalhas de engenho, escravas prenhas, e as crianças estourarem no calor das chamas.” (FREYRE, 2003, p. 22 e 23).

Com base nesse alicerce patriarcal, latifundiário e escravista, ancorado na monocultura e no poder de mando, quase que incontestado da oligarquia rural, é que se fundou a estrutura societária brasileira, mas não sem antes usarem a mulher como instrumento de colonização, sempre por vias da subjugação, dominação e “superioridade” de mando do homem branco. Pelo intercurso com a mulher índia ou negra, “multiplicou-se o colonizador em vigorosa e dúctil população mestiça, ainda mais adaptável do que ele puro ao clima”, e que também provocou a sífilização geral da população que aqui residia: a sífilis atingiu a casa-grande, a senzala, as cidades e a aldeia indígena, doença a qual chegou a se tornar símbolo de masculinidade e virilidade entre os homens que exibiam suas marcas com orgulho varão (FREYRE, 2003, p. 37).

Somado a isso, segundo a visão de Sergio Buarque de Holanda (2014, p. 96), a “nostalgia dessa organização compacta, única e intransferível (...) não podia deixar de marcar nossa sociedade, nossa vida pública, todas as nossas atividades”. Ou seja, o resultado da empresa colonial no Brasil pode ser medido pela influência do agente externo que, por sua vez, estruturou nesse território uma sociedade dominada pelo patriarcalismo e voltada ao mercado externo, cuja a base produtiva era sustentada pelo trabalho escravo na lavoura monocultural.

Em meio a essa sociedade baseada no latifúndio escravocrata e monocultural,

sobrevivia uma população “livre” miserável à margem de todo sistema político, econômico e social. Tratava-se de cerca de 6 milhões de pessoas, entre elas matutos, caipiras, caboclos, agregados e sertanejos pobres que, já no século XIX, encontravam-se sem emprego e eram acometidos por doenças e pela escassez de alimentos advindos da monocultura e do regime escravista que levou à deficiência de fontes naturais de nutrição que poderiam ter sido supridas pela policultura. A monocultura é o sistema de plantio que mais perturba o equilíbrio ecológico, “principalmente quando é de fora a planta que vem dominar a região”. E, entende-se ainda que: “muitas daquelas fontes foram por assim dizer pervertidas, outras estancadas pela monocultura, pelo regime escravocrata e latifundiário, que em vez de desenvolve-las, abafou-as, secando-lhes a espontaneidade e a frescura” (FREYRE, 2003, p. 48).

1.2 A CONSERVAÇÃO DA ESTRUTURA COLONIAL NO PODER E A ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL NA MODERNIDADE

Desde o século XVI até o XIX, o centro da família emanava o poder no Brasil sob o mando do patriarca, dentro e fora do seu latifúndio, força essa que desbancava o Estado e a companhia de comércio. Segundo Freyre (2003, p. 40 e 58): “Os senados de Câmara, expressões desse familismo político, cedo limitam o poder dos reis e mais tarde o próprio imperialismo”, e é desse mandonismo, passado de pai para filho, o qual se assenta na vida política do país sustentado pela tradição conservadora, que se constrói as bases do desenvolvimento nacional, em princípio como “autoridade” ou “defesa da Ordem”, o patriarcalismo ao longo do tempo.

Para Holanda (2014, p. 86), as estruturas da sociedade brasileira, em sua gênese, foram moldadas pelas raízes rurais, as quais permaneceram ditando as regras da evolução colonial do Brasil até a Abolição da Escravidão em 1888. Segundo o autor, o poder de mando dos “fazendeiros escravocratas e de seus filhos, educados nas profissões liberais” se estendia à política, “elegendo-se ou fazendo eleger seus candidatos”, e dessa forma, monopolizavam e dominavam “os parlamentos, os ministérios, em geral todas as posições de mando”, construindo seus alicerces dentro das instituições a partir de seu incontestado domínio. Sendo assim, o bloco hegemônico instaurado no período colonial, é formado pelo poder irrestrito do patriarca escravocrata no comando socioeconômico desse território. Sustentado pelo mercantilismo europeu, a combinação do patriarcalismo e do mercantilismo, lançam as bases da hegemonia

in-susntentável do desenvolvimento nacional, em que o patriarcalismo⁶, no seu sentido renovado e atual, se confunde com o antropocentrismo, segundo Gudynas (2019).

Em contrapartida, a Lei Eusébio de Queiroz, de 4 de setembro de 1850, veio se manifestar como o primeiro abalo na sociedade escravista da época. Levada a cabo por interesses mercantis poderosos e paixões nacionais, junto à ajuda da Inglaterra, se deu o golpe mais duro na luta contra a escravidão: a proibição do tráfico de mulheres e homens africanos para o comércio de escravos no país. Logo, com a proibição dessa atividade, responsável pelas maiores e mais consistentes fortunas brasileiras, os traficantes deveriam “forçosamente deixar em disponibilidade os capitais até então comprometidos” para o Estado brasileiro, já emancipado em 1822. Tal fato pode ter sido relacionado à fundação do Banco do Brasil em 1851, a partir de “um plano deliberado de aproveitamento de tais recursos na organização de um grande instituto de crédito” (HOLANDA, 2014, p. 89). Essa perspectiva, segundo Holanda (2014), “favoreceu” o regime republicano e a entrada do país na “modernidade” por meio de reformas nos perímetros urbanos do Brasil, como é o caso do Rio de Janeiro entre 1851 e 1855, direcionadas aos setores do meio de transporte, financeiro e de comunicação, as quais inauguram um período liberal no país responsável por liberar a ânsia do enriquecimento através das facilidades de crédito. As importações crescem para o futuro trunfo dos mercadores e especuladores urbanos, modelo que se desdobra, em 1864, na primeira crise econômica do país, condicionada pelas formas de vida copiadas de nações já inseridas na Revolução Burguesa e Industrial. Essa transformação social, econômica, cultural e política abarcou e transportou de súbito, aquela gente abastada, criada nos moldes do patriarcalismo brasileiro, que, levadas para a cidade, carregaram consigo as marcas do preconceito e o teor de vida da Casa Grande (HOLANDA, 2014).

Pelo exposto, percebe-se que há em curso transformações na sociedade brasileira, no sentido de aprofundar o desenvolvimento nacional pela razão mercantilista em detrimento da política escravista, mas que, contudo, não corrigiu a determinação patriarcal como elemento de força hegemônica. Com isso, as transformações sociais que direcionam o desenvolvimento nacional ocorreram com intensidade superficial, conservando o bloco hegemônico oriundo do período colonial no poder. Enquanto as centenas de milhares de afro-descendentes libertos da escravidão – contingente populacional o qual era maior do que o europeu

⁶ Para se aprofundar no tema sobre a sociedade patriarcal, atualmente, e seus efeitos, principalmesnte, nos próprios homens, ler *Seja Homem: a masculidade mascarada*, de JJ Bola. Bola, JJ. *Seja Homem: a masculinidade desmascarada*. Tradução de Rafael Spuldar. Porto Alegre: Dublinense, 2020. 171 p.

– foram soltos na miséria que o Brasil e suas cidades se encontravam, acarretando na perpetuação da segregação social e espacial, da desigualdade, do preconceito, do machismo, principalmente sobre aqueles e aquelas que sofreram a crueldade da escravidão, levando à primeira crise nacional.

Segundo a visão de Furtado (1999, p. 64), nesse contexto, o “atraso cultural” acumulado pelo Brasil pós-barroco deve ser explicado por um cenário mais amplo; uma vez que a Revolução Industrial que despontava na Europa no último quartel do século XVIII foi viabilizada pelo colonialismo, que gerava excedentes capazes de sustentar o estabelecimento da vida urbana e industrial, proporcionada pela mecanização e utilização de novas fontes de energia, o processo acumulativo subentendido na atividade social era estruturado. Para o economista, tais “fatores que intensificaram o investimento e diversificaram os padrões de consumo” no Brasil não foram capazes de promover uma revolução social, como a Revolução Burguesa, em território nacional. Consequentemente, a entrada desse país na modernidade se restringiu à estruturação urbana e à diversidade do consumo, limitado a uma “elite” privilegiada, fato o qual expõe o transplante cultural ocorrido em relação aos países europeus e a deficiência do desenvolvimento brasileiro em relação às contradições sociais herdadas da formação nacional.

Acerca do processo destacado, Darcy Ribeiro (1995, p. 23), mostra que o povo brasileiro se desenvolve como nação mediante um movimento de estratificação social subjacente à uniformidade cultural brasiliense. Esse antagonismo social fica evidente por meio de uma fina camada que se privilegia em relação ao grosso da população, fazendo dos abismos sociais ainda mais profundos e intransponíveis. O sociólogo a que nos referimos, deixa claro a falta de liberdade e igualdade no quadro do desenvolvimento nacional.

Nessas condições, exacerba-se o distanciamento social entre as classes dominantes e as subordinadas, e entre estas e as oprimidas, agravando as oposições para acumular, debaixo da uniformidade étnico-cultural e da unidade nacional, tensões dissociativas de caráter traumático. Em consequência, as elites dirigentes, primeiro lusitanas, depois luso-brasileiras e, afinal, brasileiras, viveram sempre e vivem ainda sob o pavor pânico do alçamento das classes oprimidas. Boa expressão desse pavor é a brutalidade repressiva contra qualquer insurgência e a predisposição autoritária do poder central, que não admite qualquer alteração da ordem vigente. A estratificação social separa e opõe, assim, os brasileiros ricos e remediados dos pobres, e todos eles dos miseráveis, mais do que corresponde habitualmente a esses antagonismos. Nesse plano, as relações de classes chegam a ser tão infranqueáveis que oblitera toda comunicação propriamente humana entre a massa do povo e a minoria privilegiada, que a vê e a ignora, a trata e a maltrata,

a explora e a deplora, como se esta fosse uma conduta natural. A façanha que representou o processo de fusão racial e cultural é negada, desse modo, no nível aparentemente mais fluido das relações sociais, opondo à unidade de um denominador cultural comum, com que se identifica um povo (...), a dilaceração desse mesmo povo por uma estratificação classista de nítido colorido racial e do tipo mais cruamente desigualitário que se possa conceber (RIBEIRO, 1995, p. 23 e 24).

Voltando ao quadro europeu da Revolução Industrial, Furtado (1999) aponta para dois aspectos agregados que viabilizaram o acúmulo do excedente concentrado no setor produtivo: a criação de novas linhas de comércio e o crescimento da produtividade, ambos possibilitados pelo avanço tecnológico. Todavia, o isolamento desses dois fatores levou ao aprofundamento da dependência externa pela Divisão Internacional do Trabalho, perspectiva que o Brasil se inseriu a fim de estabelecer acesso aos produtos oriundos da Revolução Industrial, resultando no processo de modernização dependente nacional o qual põe em marcha nossa evolução colonial.

A divisão internacional do trabalho evoluiu no sentido de isolar esses dois processos. Um país que se especializa na produção agrícola para a exportação teria, ainda que de forma limitada acesso aos frutos do avanço tecnológico sob a forma de novos bens de consumo, sem ter que investir para elevar a produtividade física do trabalho (...) e o acesso a um mercado externo em expansão davam origem a um excedente que permitia pagar os bens de consumo sofisticados que estavam penetrando no mercado internacional. Foi o que se chamou de modernização dependente: utilização do excedente gerado pela exportação de produtos primários e retidos localmente. Foi esse incremento que permitiu o Brasil reproduzir os novos padrões de comportamento (FURTADO, 1999, p.64).

Diferente da Europa, que com o Romantismo emergiu em uma nova visão de mundo, o Brasil embarcou no modelo de modernização dependente que gerou um comportamento criativo imitativo potencializador da distância entre a elite branca e rala, porém farta de poder e de riquezas, e o povo pobre e miserável, que era maioria. Entendimento esse que o autor José de Alencar exboça, ao “revestirem os homens da terra de valores que lhes são culturalmente estranhos, traduz em realidade a rejeição dos valores do povo verdadeiro”. Tal realidade de exclusão e isolamento das culturas populares levou “seu caldeamento com considerável autonomia em face da cultura das classes dominantes”, ao passo que as diferentes culturas regionais que marcam o Brasil são resultado da “autonomia criativa da cultura das raízes populares” e os traços dessa cultura popular autônoma são resgatados apenas no século XX (FURTADO, 1999, p. 64 e 65).

A urbanização, apesar de criar muitos modos citadinos de ser, contribuiu para ainda uniformizar os brasileiros no plano cultural, sem, contudo, borrar suas diferenças. A industrialização, enquanto gênero de vida que cria suas próprias paisagens humanas, plasmou ilhas fabris em suas regiões. As novas formas de comunicação de massa estão funcionando ativamente como difusoras e uniformizadoras de novas formas e estilos culturais (RIBEIRO, 1995, p. 20).

Em meio a esse quadro de industrialização dependente, forma-se a classe média junto ao avanço da urbanização, situação que coloca em evidência a presença do povo e torna mais difícil suprimir sua criatividade cultural. Desse modo, por um lado, a ascensão da classe média põe fim à exclusão e ao isolamento cultural do povo e, por outro, marca o começo de sua descaracterização criativa, fato influenciado pela crescente dominação pela economia dos Estados Unidos em relação às culturas de massas brasileiras e aos seus meios extraordinários de difusão (FURTADO, 1999).

Uma visão panorâmica do processo cultural brasileiro (...) revela, num primeiro plano, o crescente papel da indústria transnacional da cultura, instrumento da modernização dependente. Num segundo plano, assinala-se a incipiente autonomia criativa de uma classe média assediada pelos valores que veicula essa indústria, mas conservando uma face voltada para a massa popular. Em terceiro plano, perfila-se o povo sob ameaça crescente de descaracterização (FURTADO, 1999 p.66).

Ademais, junto com a modernidade e com a formação das cidades brasileiras, perpetuou-se o abismo social a partir das contradições geradas pelos ecos do patriarcalismo escravocrata e do latifúndio monocultural, mais fortes do que a força necessária para superá-los, ou seja, mostra-se difícil superar esse *modus vivendi* que “aparta os ricos e os pobres, como se fossem castas e guetos”. Entende-se, portanto, que os privilegiados se escondem e se isolam em espaços cada vez mais selecionados pelo seu custo, onde é construída uma “barreira de indiferença para com a sina dos pobres, cuja a miséria repugnante procura ignorar ou ocultar numa espécie de miopia social que perpetua a alternidade” (RIBEIRO, 1995, p. 24 e 25), sendo essa situação mitigada pela classe popular brasileira através das lutas seculares daqueles que foram excluídos do poder e da riqueza. À exemplo, tem-se quando o povo-massa de uma região se organiza e luta por uma perspectiva própria e alternativa de organização socioeconômica e ambiental, como ocorreu com os Cabanos, em Canudos, no Contestado e entre os Mucker (RIBEIRO, 1995, p. 24 e 25). O elemento inovativo e prefigurativo presente nas organizações sociais e populares se torna essencial quando falamos sobre desenvolvimento, principalmente se ressaltarmos o transplante “civilizatório” moderno europeu, cujo resultado foi deixar um

desenvolvimento brasileiro capenga.

Ribeiro (1995, p. 25) explica que o abismo social também tem o efeito de levar à consciência dessas injustiças por aqueles, os quais, por elas são atingidos. Nesse contexto, tal percepção possui a força de provocar, além de tristeza, aflição e indignação, a intransigência no povo a ponto de eclodir em convulsões anárquicas marcadas por uma violência assustadora, a qual coloca as classes dominantes em modo constante de vigilância, na busca persistente em manter a ordem, por meio de “revoluções preventivas, conducentes a ditaduras vistas como mal menor que qualquer remendo na ordem vigente”. Assim sendo, o povo-massa corre o risco de ser vencido e esmagado “por forças repressoras, que restaurariam, sobre os escombros, a velha ordem desigualitária”.

A modernidade e a globalização aprofunda a divisão internacional do trabalho, mostrando-se como fator de intensificação do projeto internacional da dependência do desenvolvimento brasileiro, ao passo que o fato de ter acesso à criatividade passa a ser crucial aos povos que querem continuar a contribuir para o enriquecimento do cenário cultural transnacional ou àqueles que serão degredados ao papel passivo de simples consumidores de bens adquiridos no mercado (FURTADO, 1999).

O grande desafio que o Brasil enfrenta é alcançar a necessária lucidez para concatenar essas energias e orientá-las politicamente, com clara consciência dos riscos de retrocessos e das possibilidades de liberação que elas ensejam. O povo brasileiro pagou historicamente, um preço terrivelmente alto em lutas das mais cruentas de que se tem registro na história, sem conseguir sair, através delas, da situação de dependência e opressão em que vive e peleja. Nessas lutas, índios foram dizimados e negros foram chacinados aos milhões, sempre vencidos e integrados nos plantéis de escravos. O povo inteiro, de vastas regiões, às centenas de milhares, foi também sangrado em contra-revoluções sem conseguir jamais, senão episódicamente, conquistar o comando de seu destino para reorientar o curso da história. Ao contrário do que alega a historiografia oficial, nunca faltou aqui, até excedeu, o apelo à violência pela classe dominante como arma fundamental da construção da história. O que faltou, sempre, foi espaço para movimentos sociais capazes de promover sua reversão. Faltou sempre, e falta ainda, clamorosamente, uma clara compreensão da história vivida, como necessária nas circunstâncias em que ocorreu, e um claro projeto alternativo de ordenação social, lucidamente formulado, que seja apoiado e adotado como seu pelas grandes majorias. Não é impensável que a reordenação social se faça sem convulsão social, por via de um reformismo democrático. Mas ela é muitíssimo improvável neste país em que uns poucos milhares de grandes proprietários podem açambancar a maior parte de seu território, compelindo milhões de trabalhadores a se urbanizarem para viver a vida famélica das favelas, por força da manutenção de umas velhas leis. Cada vez que um político nacionalista ou populista se encaminha para a revisão da institucionalidade, as classes dominantes apelam para a repressão e a força (DARCY; RIBEIRO, 1995, p. 25 e 26).

Dessa forma, a partir da formação secular da estrutura de poder nacional, percebe-se, claramente, que as bases do “desenvolvimento” no Brasil foram moldadas pela e para dominação da estreita visão do homem branco ocidental europeu, dotado da razão mercantilista, perspectiva que atualmente é hegemônica nesse país. Isso significa que o modelo de exploração da natureza, da mulher e do homem, assim como a concentração de poder e de recursos, carrega consigo o conservadorismo colonial da “casa grande”, pois a hegemonia mercantilista e antropocêntrica a qual, identificamos neste capítulo, se estabeleceu, se transformou e se aprofundou quando o Brasil entrou na modernidade – após a abolição da escravidão –, mas ela já se encontrava presente em todo o percurso colonial, visto que havia um acordo entre a monarquia e as companhias de comércio. Acordo esse que gravitava entorno da rentabilidade da exploração, principalmente do comércio de açúcar e de escravos, modelo regido pelo valor que emanava do homem no sentido de dominação, tanto do próprio ser humano quanto da Natureza. Esse modelo de empresa colonial europeia enquadrou-se no desenvolvimento nacional, de poder hegemônico, o qual é fruto de contradições que se mantêm até hoje, levando a estabelecer a seguinte relação: entre o agente externo, o mercantilismo, o utilitarismo, o patriarcalismo e o antropocentrismo como elementos principais na formação do bloco hegemônico que, por sua vez, limita o desenvolvimento nacional à sua insustentabilidade.

CAPÍTULO 2: A ERA DAS CRISES E A DEPENDÊNCIA MODERNA

Ora, um desenvolvimento que se alimenta de crises porque tem suas bases enraizadas na contradição, o qual limita, muitas vezes por completa, a liberdade e cresce com a desigualdade, não pode ser tido como uma coisa que se faz evoluir, ou um modelo progressista. As transformações sociais no Brasil, expostas no capítulo anterior, levaram à abolição da escravidão e a inserção cultural desse país na modernidade, conservando a oligarquia patriarcal da Casa Grande e o mercantilismo sob o domínio europeu no cerne da estrutura de poder republicana, ou seja, aquela velha hegemonia se manteve. Deixamos assim, o seguinte questionamento: Aonde esse modelo de desenvolvimento chegou?

2.1 ESTADO CRÍTICO

Os ideais de “liberdade, igualdade e fraternidade” atualmente se encontram vazios dentro de um sistema capitalista em crise. Crise a qual a filósofa Nancy Fraser (2020, p. 34 e 35) define como política e global, com seu epicentro nos Estados Unidos a partir da eleição de Donald Trump. Tal situação decorre do fato de que a população, em geral, deixou de acreditar nas velhas elites políticas que se instalaram no espaço político durante as últimas décadas e agora busca outras ideologias, organizações e lideranças. Segundo a autora, “houve um enfraquecimento dramático, se não um simples colapso, da autoridade dos partidos e das classes políticas estabelecidas”. Além disso, a crise gerada no campo político possui característica sistêmica, o que significa que ela se formou na esfera política e transbordou para outras vertentes, quer seja econômica, ecológica e/ou social, caracterizando, portanto, uma crise geral.

Por outro lado, a cientista-social, Rosana Pinheiro-Machado (2019, p. 18), identifica que esse cenário crítico, se originou no mercado imobiliário na Califórnia em 2007 e se alastrou para todo o sistema financeiro dos Estados Unidos, tomando conta do campo político. Portanto, antes mesmo de Trump ser eleito, ocorreu uma situação crítica de grande magnitude, em que, além da desestabilização do sistema financeiro, houve também, um impacto significativo no campo político.

O touro, esculpido em 3,5 toneladas de cobre, situado nas proximidades de Wall Street, em Nova York, simboliza a vitalidade – mas também a vaidade e a virilidade – do mercado financeiro norte-americano. Esses atributos, contudo, foram colocados à prova após 2007, em uma das maiores crises econômicas da história globalizada. No início concentrado no setor imobiliário na Califórnia, não demorou para que o caos se espalhasse por

todo o sistema financeiro dos Estados Unidos, da Europa e pelas demais redes do capital interconectado. Se a crise foi sistêmica seus desdobramentos também foram. A tensão surgiu na zona de mercado e se alastrou para a esfera política. Uma fratura foi aberta na estrutura global, produzindo um abalo sísmico no mundo para muito além da economia (Pinheiro-Machado, 2019, p.17).

Ainda sobre o tema, os estudiosos e pensadores Ignach Sachs, Carlos Lopes e Ladislau Dowbor, expõem em seu texto “Crises e oportunidades em tempos de mudança” que a conjuntura global atravessa uma era de convergência de crises em diferentes campos da sociedade global, relacionadas aos “valores, as pandemias, a demografia, a educação, a pasteurização cultural, de identidades, da banalização da vida, da miséria (...) e da falta de água que já atinge mais de um bilhão de pessoas”. Panorama esse realista e urgente, motivo pelo qual foi exposto em diferentes reuniões mundiais com seus horizontes estatísticos detalhados por variações possíveis. Na visão desses autores, essa tendência sinérgica se constitui na maior ameaça ao desenvolvimento sustentável, levada a cabo por comportamentos irresponsáveis e criminosos, os quais assolam todo o planeta Terra. “Na forte expressão adotada como título do Fórum de Salvador, trata-se de uma crise civilizatória” (SACHS et al, 2014 p. 37 e 38).

Aqui, também acrescentamos as crises socioambientais geradas dentro do território nacional por conflitos relacionados aos povos indígenas e tradicionais, aos quais se desdobram de maneira violenta e diversa em todos os estados do Brasil, atingindo centenas de milhares de brasileiras e brasileiros, os conflitos por terra e água se tornaram uma luta constante contra a hegemonia secular no poder, vinculadas ao latifúndio monocultural (agropecuária e o agronegócio), as mineradoras, ao empresariado e ao Estado nacional (CPT, 2019).

A partir desse contexto, é de se entender que cresça a desilusão política a qual beira a desilusão democrática, responsável por levar a população de alguns países, entre eles o Brasil, a se agarrar naqueles canditos que se diziam avessos a política tradicional, os “outsiders”. E, nesse vácuo de poder, quem se arma “melhor”, triunfa. Pinheiro-Machado (2019, p. 24) explica que, em clima de vale tudo, a extrema-direita já vinha se articulando desde 2000 e a crise de 2008 tornou-se à oportunidade ideal para que ela ganhasse espaço. Segundo a escritora, “no mundo todo, e não foi diferente no Brasil, a nova direita surfou na insatisfação latente, direcionando-a e organizando-a para o lado do autoritarismo e do conservadorismo”.

No sentido de encontrar um caminho para uma mudança de perspectiva, a fim

de superar esse contexto mundial crítico, Fraser (2020, p. 57), ao evidenciar a frase “feminismo para os 99%”, percebe que identificar a dinâmica distintiva da crise, se faz necessário para construir meios capazes de resolvê-la. Apoiada nas ideias de Antônio Gramsci, a feminista coloca que esse sentimento generalizado de descrença política e indignação se desdobra numa crise de hegemonia. Tal perspectiva indica que a mudança de poderes hegemônicos junto à sua contrapartida organizacional, o bloco hegemônico, enseja na conjuntura um novo paradigma dominante, ou senão, paira um clima patológico em disputa na atmosfera sociopolítica e econômica, no qual “o velho está morrendo e o novo não pode nascer”. Este último cenário só pode ser superado quando se estabelece uma nova articulação de uma coalizão capaz de gerar um novo senso comum, mais forte e persuasivo, ou seja, uma contra-hegemonia com um novo bloco contra-hegemônico. Em suas palavras

Hegemonia é o termo que ele usa para explicar o processo pelo qual uma classe dominante faz com que sua dominação pareça natural ao infiltrar os pressupostos de sua própria visão de mundo como sendo o senso comum da sociedade. Sua contrapartida organizacional é o bloco hegemônico: uma coalizão de forças sociais díspares que a classe dominante reúne e através dela afirma sua liderança. Se quiserem desafiar esses arranjos, as classes dominadas devem construir um novo e mais persuasivo senso comum, ou uma contra-hegemonia, e uma nova e mais poderosa aliança política, ou um bloco contra-hegemônico (NANCY FRASER, 2020, p. 35 e 36).

Junto à ideia de Gramsci em relação à hegemonia e contra-hegemonia, Fraser (2020) agrega sobre como a composição do senso comum atua e dá forma ao bloco-hegemônico. O senso comum é composto por aspectos distributivos e de reconhecimento, os quais agem tanto na estrutura econômica como no valor da sociedade, perspectivas que dão sentido, guiam e sustentam a dinâmica hegemônica ao longo do tempo. Segundo a filósofa:

Todo bloco hegemônico incorpora um conjunto de valores e suposições sobre aquilo que é justo e correto e sobre aquilo que não é. Desde pelo menos a metade do século XX, nos Estados Unidos e na Europa, a hegemonia capitalista foi forjada pela combinação de dois aspectos diferentes de direito e justiça – um focado na distribuição, ou no reconhecimento. O aspecto distributivo transmite uma visão sobre como a sociedade deve alocar bens divisíveis, especialmente os rendimentos. Esse aspecto diz respeito à estrutura econômica da sociedade e, ainda que indiretamente, às suas divisões de classe. O aspecto do reconhecimento expressa um senso de como a sociedade deve repartir o respeito e a estima, as marcas morais de pertencimento enquanto membros da sociedade. Focado na ordem dos status na sociedade, esse aspecto se refere às hierarquias desse status (FRASER, 2020, p. 36 e 37).

Sendo assim, a hegemonia guiada pelo seu lado distributivo e representativo tem um papel importante no desenvolvimento, de direcioná-lo conforme as decisões políticas/econômicas tomadas, ou mesmo, manipular a população em torno de um senso comum, ou, também, de esclarecer à sociedade sobre quem esse arranjo favorece e corrigir as contradições do próprio desenvolvimento. Dessa forma, a hegemonia quando estabelecida, consegue direcionar as transformações sociais no sentido de manter no poder aqueles que compõe o bloco hegemônico, assim como tem o poder de derrubar esse bloco com um novo arranjo hegemônico, como explicado acima. Por exemplo, as transformações que aconteceram no período colonial e depois da emancipação do Brasil, como uma república federativa e independente, não visaram corrigir as contradições do sistema anterior, mas sim, manter aquela velha hegemonia (mercantilista e patriarcal/antropocêntrica) no controle dessas próprias transformações, com o objetivo de manter uma classe dominante em meio aos seus privilégios e, assim, também dominá-la – modernização dependente.

Nesse caso, percebe-se que o desenvolvimento e suas transformações sociais no Brasil não chegaram a provocar revoluções como a Francesa/Burguesa e a Industrial, consideradas apenas superficiais, o que significa que a hegemonia a qual abarca o Brasil, além de ser secular, é transnacional, onde pactua a “elite” nacional e internacional a fim de manter o mercantilismo baseado na acumulação como a razão dessa relação.

Pinheiro-Machado (2019) explica que a fraquejada do touro em 2007 foi o estopim para uma indignação mundial frente à atual conjuntura crítica, a qual provocou a emergência dos novíssimos movimentos sociais. A partir de então, com essas insurgências do século XXI, foi possível perceber novas características que se materializavam em 2011, em relação as manifestações, “ocupações e protestos” populares. Essa germinação de movimentos sociais, a socióloga em questão, define como as “Primaveras”.

Em meio a esse panorama, de crises e protestos, pelo qual toda a humanidade atravessa, a produção de bilionários não pára. A constante concentração de recursos nas mãos de poucos indivíduos coloca em evidência um dos pontos que deve ser atacado, já que o sucesso medido pela conta bancária não é mais compatível com a cenário atual, aliás nunca foi. Além disso, seu efeito agrava os problemas sociais e empurra a sociedade para um cenário desigual, cada vez mais difícil de ser superado (SACHS et al., 2014, p. 37 e 38).

No mesmo sentido, a convergência dos desequilíbrios e tensões geradas no planeta se perpetuará enquanto o crescimento econômico for tido como a solução de todos os males que afligem a sociedade (SACHS et al., 2014, p. 37 e 38), motivo pelo qual faz-se necessário responder aos seguintes questionamentos: Se a hegemonia secular, mercantilista

e antropocêntrica, levou o desenvolvimento nacional a uma conjuntura imersa em crises, como tal força de dominação pode se transformar na solução dos seus próprios efeitos colaterais? E, ainda, como essa forma de exploração do planeta pode se configurar como maneira de salvá-lo?. A resposta é simples: não há como; é a mesma coisa de tratar um dependente em cocaína com mais cocaína, pois seu corpo e mente, com certeza, se deteriorará. A menos que se supere o dogma do desenvolvimento pelo crescimento econômico, esse projeto continuará moldando os ideais de sucesso da população mundial que, por sua vez, consumirá demasiadamente, manejando tecnologias com o poder de impacto sobre o meio ambiente cada vez mais alto, além de manter a desigualdade social e os conflitos socioambientais⁷.

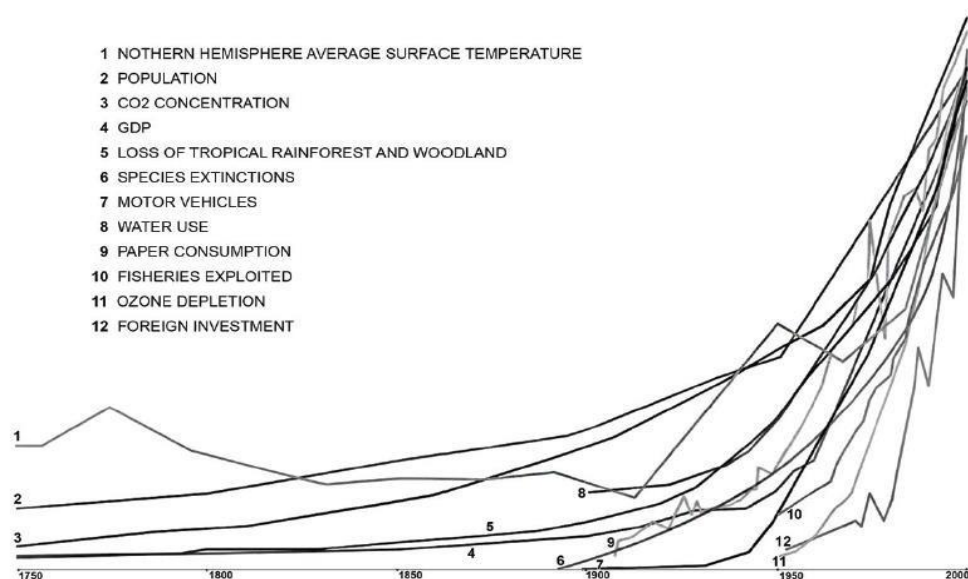
O Gráfico (1), publicado pela revista New Scientist e extraído do livro “A Era do Capital Improdutivo”, aborda o resumo das macrotendências durante um período que vai de 1750 a 2000 e, deixa claro, o quadro de risco em que a população mundial está inserida (DOWBOR, 2017). Medido pela produção e consumo, junto ao crescimento demográfico e seus efeitos no meio ambiente, este Gráfico (1) se desdobra na produção de veículos a motor (7), em áreas de pesca exploradas (10), no PIB (GDP) (4), no consumo de papel (9) e no investimento internacional (12), seguindo a mesma tendência do crescimento da população (2), ao lado de impactos deletérios ao meio ambiente, como o aumento da temperatura da superfície do hemisfério norte (1), do aumento da concentração de CO₂ (3), da perda da floresta tropical e da mata (5), das espécies em extinção (6), do uso da água (8) e da depletação do ozônio (11).

Nota-se, então, que o aumento do consumo e da produção que sustenta o crescimento econômico nos moldes hegemônicos atuais, leva à destruição do meio ambiente por meio de impactados crescentes em diversos elementos que o compõe e o equilibra. Sendo assim, visto que a tendência evidenciada é cada vez mais agressiva, principalmente após 1950, o projeto mercantilista e antropocêntrico ganha espaço e carrega consigo o planeta terra e os seres vivos que o habita, para um cenário imerso em crises.

⁷ Ver documentário “The Corporation”. Direção: Mark Achbar e Jennifer Abbott. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=H8wwyIpvOtM>>. Filmado durante dez anos, o documentário analisa a busca pelo lucro e poder das grandes corporações através da exploração dos trabalhadores em diferentes países. E, o documentário “Dedo na Ferida”. Direção: Sílvio Tendler. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=lhErYR90dCI>>. O qual mostra o poder expropriativo e putocrático exercido pelas grandes corporações financeiras.

Gráfico 1 – Macrotendências

Macrotendências (1750 – 2000)



Fonte: DOWBOR, 2017 p. 18; apud New Scientist, 18 October 2008, p.40.

No conjunto, o gráfico junta as áreas tradicionalmente estudadas separadamente (...). A sinergia do processo torna-se óbvia, como se torna óbvia a dimensão dos desafios ambientais. (...). O essencial é a curva drasticamente ascendente a partir de 1850, com agravamento no período mais recente. A curva da população (2) é (...) explícita visualmente. (...). Em 1900, éramos 1,5 bião no planeta. Hoje, em 2017, somos 7,2 bilhões. (...). A população cresce hoje numa taxa inferior, mas sobre uma base muito maior: somos cerca de 80 milhões a mais a cada ano. E todos querendo consumir mais, cada corporação querendo extrair e vender mais, e tecnologias cada vez mais potentes permitindo ampliar o processo. Numa visão sistêmica e de longo prazo, evidentemente, isto não faz sentido (DOWBOR, 2017, p. 17, 18 e 19).

Fundamentado pelo agente externo e pelos alicerces da Casa Grande, o capitalismo brasileiro – derivação da hegemonia a qual nos referimos – hoje mantém suas raízes e se aprofunda através do neoliberalismo, numa velocidade cada vez maior. O que significa que um sistema secular gestado a partir de bases desumanas e que delas se alimentou, cresceu e se transformou, dificilmente vai mudar os meios e os fins para se governar, pois tal modelo consiste em dominar para continuar a expandir e, dessa forma, lucrar e concentrar riqueza a qualquer custo.

Em contrapartida, o colapso que aconteceu na economia no ano de 2008, segundo Pinheiro-Machado (2019), pode não ter sido o princípio basilar para todas as transformações ocorridas nos últimos tempos, embora tenha aberto espaço para um campo em

disputa, onde houve a ascensão da extrema-direita, mas também levou as primaveras de ocupação. Fraser (2020, p. 37) reforça esse clima de disputas na conjuntura mundial, ao explicar: “podemos dizer que o que tornou o Trump ou trumpismo possível foi à quebra de um bloco hegemônico anterior – e o descrédito de seu nexos normativo distintivo de distribuição e reconhecimento”, crise de hegemonia política que se deu pela erosão de um projeto neoliberal com uma roupagem progressista.

Tal conjuntura crítica, é estudada pela antropóloga Pinheiro-Machado (2019, p. 20), por meio das manifestações sociais que eclodiram pós-crise econômica em 2007. Essas insurgências populares, as primaveras, se materializaram por entre os movimentos globais os quais se caracterizaram como o princípio da formação dos novíssimos-movimentos sociais, carregando consigo a marca da insatisfação e indignação com o neoliberalismo, a globalização e com a democracia nos moldes em que se apresentava. Segundo a autora “a austeridade castiga o dia a dia e a democracia é sequestrada pelos interesses das grandes corporações, além de que os Estados passam a ser um braço gestor do mercado financeiro global, com poucas possibilidades de agir no âmbito social”.

Em continuação, o ciclo de insurgências do século XXI tem seu marco inicial com a Primavera Árabe em 2011. Protestos os quais se alastraram pelo mundo árabe impulsionados pelo uso das redes sociais “contra a corrupção e o autoritarismo e pedindo por mais democracia”. Foram realizadas reivindicações populares por cerca de 300.000 manifestantes, que ocuparam a praça Tahrir por 18 dias até derrubarem o presidente Hosni Mubarak. Ainda em 2011, na Europa, desencadeou-se uma série de protestos contra a austeridade, em países como a Grécia, Portugal e Espanha. Neste último, os manifestantes ocuparam a Praça Puerto Del Sol em Madrid e diversas ruas da cidade, onde demonstraram sua indignação com a representatividade democrática, a política institucional e a crise econômica. Já nos Estados Unidos nesse mesmo ano, em meio ao aumento do desemprego, o movimento “Occupy Wall Street” se espalhou por todo o país com o slogan “nós somos os 99%”, manifestações contra a crescente desigualdade de distribuição de renda, a austeridade e em defesa da democracia real (Pinheiro-Machado, 2019, p.18).

Em meio ao panorama mundial de luta, esses ciclos de insurgências planetárias podem ser interpretados também como tentativa de resgate do poder popular, minado pelo 1% mais rico da população mundial, com a tomada de consciência pelo povo como se refere Ribeiro (1995), ao afirmar que a tomada de consciência pelo povo/massa é o modo de modificar esse *modus vivendi* herdado do patriarcado escravista para finalmente avançar democraticamente. E, aproximando tal pensamento com as ideias de Fraser (2020) e

Pinheiro-Machado (2019), entende-se por insurgências populares aquelas que protestavam contra o cenário atual de distribuição e exigiam o espaço de direito no âmbito do reconhecimento, caso que fortalecia a crise hegemônica a partir da ruptura do pacto dentro do bloco-hegemônico neoliberal progressista. Ora, se o neoliberalismo com uma roupagem progressista não se sustenta mais, abre-se espaço para a formação de um bloco contra hegemônico por meio da geração de um novo senso comum, uma vez que as minorias políticas – não minorias populacionais – foram excluídas dos centros de decisão durante todo o processo de “desenvolvimento” do Brasil, já se cansaram de serem postas à margem da sociedade por forças expropriativas e de sofrerem pela falta de oportunidade, carência de serviços básicos, desigualdade e poluição do meio ambiente. Tal ruptura hegemônica pode-se transformar numa oportunidade de reverter esse quadro conjuntural plutocrático, através da força oriunda da organização e manifestação social.

Fraser (2020) identifica uma hegemonia mais recente, formada por um pacto entre agentes de campos antagônicos da política, da economia, da ética, da militância e dos movimentos sociais, o neoliberalismo e o progressismo, bloco hegemônico no qual suas últimas expressões foram Bill Clynton e Barack Obama, nos EUA, sendo que no Brasil, pode ser identificada, segundo Santos (2018), pela onda progressista instalada no governo petista de Luiz Inácio Lula da Silva. Por outro lado, no campo histórico, propomos uma outra hegemonia secularizada, aquela exposta no primeiro capítulo, composta pelo mercantilismo, no campo da distribuição e do antropocentrismo, na seara do reconhecimento, a qual sempre prevaleceu e orientou o desenvolvimento brasileiro de governo ou modelo político e econômico. Nesse sentido, essa ruptura a qual Fraser (2020) faz referência, também é superficial, pois a mudança profunda e revolucionária deve atingir aquela hegemonia secularizada e propor algo novo, ou seja, inovador.

Para Pinheiro-Machado (2019, p. 18 e 21), as Primaveras, assim como a Jornada de Julho de 2013 no Brasil, foram reivindicações à esquerda, de caráter antissistêmico e de forte apelo populista, que deram origem aos novíssimos-movimentos sociais os quais só floresceram pelo uso das redes sociais e por sua característica principal: a “lógica de lutas prefigurativa”. “Prefiguração é o entendimento de que as lutas não podem reproduzir internamente as hierarquias que tentam combater” e esta perspectiva possui sua força geradora baseada na vontade de criar uma sociedade melhor a partir da radicalização democrática de uma nova geração forjada na rua e, nas redes sociais, que busca, “na atuação microscópica e na ação direta, o afeto radical, a criatividade política e a horizontalidade”, junto à

descentralização do poder. Isso significa por em prática, com o auxílio de uma constelação de coletivos e de indivíduos que se agrupavam e recriavam, novos sentidos do bem comum e do coletivo. A prefiguração também aparece como um elemento inovativo pois, mesmo que virtual, carrega consigo o apanágio que implica na resolução das contradições históricas e contemporâneas, orientando o pensamento no sentido de encaminhar uma nova ordem a qual as inovações e as transformações sociais dominadas pelo valor econômico, sejam ressignificadas e respeitadas em suas multivalorações, na medida em que se possa superar o drama da in-sustentabilidade que permeia toda a história do “desenvolvimento” nacional e mundial” (BRETON e RIVERA, 2020).

A natureza radicalmente democrática dos protestos seria uma antítese da natureza desagregadora do trabalho no neoliberalismo, em que o trabalhador muitas vezes tem uma rotina repetitiva, exaustiva e solitária. Por isso, haveria necessidade de forjar uma sociabilidade reversa nos acampamentos. Assim, as ocupações urbanas procuravam virar do avesso o individualismo e a chamada racionalidade neoliberal que imperam em nosso cotidiano: eram um basta à indiferença das multidões anônimas das cidades (PINHEIRO-MACHADO, 2019, p. 21 e 22).

A hegemonia neoliberal progressista, a qual Nancy Fraser (2020) elucida e que regeu o desenvolvimento nos últimos anos até a ascensão de governos ultraconservadores e de ultra-direita, é fundamentada por uma política de distribuição focada num “programa econômico expropriativo e plutocrático, com uma política de reconhecimento liberal-meritocrática”. E, segundo os professores Sachs, Lopes e Dowbor, esse projeto neoliberal, ancorado na financeirização e potencializado pelas incriveis tecnologias hoje disponíveis a esse segmento, tem se apropriado dos ganhos da produtividade a ponto de produzir um quadro global radicalmente desequilibrado e de caos financeiro, com efeitos de desigualdade, desemprego e deformação de prioridades.

Pelo exposto, nota-se que há uma hegemonia secular oriunda do período colonial a qual já fizemos referência. Contudo, existem outras intermitentes cujo seu arranjo modifica o bloco-hegemônico histórico susperficialmente apenas para dar uma roupagem de mudança e engajamento político/social, mas que a real intenção e efeito é de manter o velho e impedir o novo de nascer. Uma vez que tais modelos permanente ou intermitente, secular ou contemporâneo, possuem a mesma essência mercantilista e antropocêntrica os quais guiaram o desenvolvimento até a era das crises, nota-se que esse modelo, renovado ou não, só perpetua problemas históricos como a fome, a desigualdade, a falta de liberdade e cria novas situações

críticas, as quais se misturam com os problemas antigos por força sinérgica, em que de uma forma ou de outra, a in-sustentabilidade sempre se fez presente no desenvolvimento do Brasil, como também do mundo.

2.2 O PODER E A CRIATIVIDADE

Devido às causas anteriormente destacadas, as quais se desdobram em diferentes efeitos sociais e ecológicos, entender a estrutura desse arranjo de forças se faz necessário para melhor compreender o modelo de desenvolvimento que abarca a sociedade nacional e mundial. Para tanto, nossa pesquisa recorre, inicialmente, a Celso Furtado (2008), que no ano de 1978 em meio a máscara do “desenvolvimentismo nacional” e ao autoritarismo representado pela ditadura, escreve seu livro “Criatividade e Dependência na Civilização Industrial”, onde coloca em evidência uma correlação de forças desiguais, uma em face da outra, porém angariando vantagens mútuas, cada qual em seus núcleos de poder. Forças essas que até então estavam encobertas e se desdobravam na apropriação do poder pela estrutura econômica global em detrimento dos Estados nacionais e das políticas sociais, como por exemplo: a flexibilização dos Direitos Trabalhistas. Este fato leva-nos a identificar que o monopólio do poder vem antes da concentração da riqueza.

Furtado (2008, p. 37), dentro da análise econômica, esclarece que o poder vem da capacidade de modificar o contexto a partir de um fator volitivo pelo qual o agente impõe a própria vontade, consciente ou não, contexto esse modificado a partir da previsão e orientação do comportamento de milhares de outros agentes. Tal processo é tido como parte constitutiva da criatividade, e que dentro da força criativa existe o elemento poder subentendido. Logo, a criatividade pode ser entendida como um elemento manipulador de cenários, tendo a capacidade de elevar a complexidade da realidade através de inovações. Com efeito, os agentes que não exercem o poder são aqueles com pouca autonomia dentro da estrutura econômica e social, portanto com comportamento meramente adaptativo e de fácil previsão. Sendo assim, dado que a posição de elemento motor do desenvolvimento vem da faculdade de transformar um conjunto de circunstância dentro de uma situação, por meio da inovação, o comportamento desse sistema pode ser observado a partir da iniciativa de agentes privilegiados que “modificam o contexto em que atuam ou que evitam que outros modifiquem contra seus interesses”. Premissa essa, destacada pelo economista, que põe em evidência a relação que existe em comum entre o poder econômico e o poder político, imposto a uma coletividade da visão globalizadora.

Ainda, segundo Furtado (2008, p. 38), dentro da razão macroeconômica, o Estado se insere como uma estrutura constituída por centros de decisão capazes de identificar e interpretar interesses comuns e definir objetivos globais, a fim de coordenar as iniciativas particulares e assegurar a direção desses objetivos. Decisões essas que possuem a intenção de “limitar o poder de iniciativa de certos agentes; ou canalizar esse poder em função de objetivos de ordem mais geral”. Todavia, a teoria a qual a economia mundial se orienta é ancorada na teoria dos mercados, que por sua vez se funda na microeconomia, “cujo efeito se esgota na reação do consumidor” e daí brota o equilíbrio geral.

O que se quer dizer com tais interpretações sintéticas é que, de uma forma ou de outra, pela macro ou microeconomia que se unem, essas concepções se limitam em tentar compreender os comportamentos individuais, para assim canalizá-los em decisões que os condensam e, dessa forma, manipular os agentes em prol de objetivos convenientes. Isso significa cercear a autonomia criativa de coletivos populacionais para assim manipulá-los e coordená-los, ao passo que, dentro da esfera política e econômica existe um punhado de agentes privilegiados, que unem forças e tentam se apoderar dos espaços e dos recursos ali presente, para neles se manterem ao longo do tempo. Isso significa que existe uma constante tentativa de tomada hegemônica com o objetivo de restringir e direcionar os rumos do desenvolvimento em benefício próprio, à exemplo da invasão colonial portuguesa, já destacado neste trabalho.

No mesmo sentido, o professor e economista Ladislau Dowbor (2017) explica que, atualmente, o sistema financeiro transnacional atua de forma estruturada e possui a capacidade de sequestrar centros de decisões importantes dentro dos Estados Nacionais. Apoiados, uns nos outros, por meio de relações de propriedade, esses agentes privilegiados constroem uma rede restrita e fortemente centralizadora do poder e da riqueza, a qual, por meio do domínio das tecnologias da informação, realizam transações expropriativas extremamente vultuosas e pouco conhecidas e estudadas.

Controlar de forma estruturada e hierárquica uma cadeia produtiva gera naturalmente um grande poder econômico, político e cultural. Econômico, pelo imenso fluxo de recursos, maior do que o PIB de numerosos países. Político, pelo da apropriação de partes dos aparelhos de Estado. E cultural, pelo fato da mídia de massa mundial criar, com pesadíssimas campanhas publicitárias, uma cultura de consumo e dinâmicas comportamentais que lhes interessa, gerando boa parte dos problemas globais que enfrentamos (DOWBOR, 2017, p. 39).

As corporações transnacionais, quando atuam em rede, se configuram como principais agentes no bloco-hegemônico mercantilista antropocêntrico. Para chegar a tal conclusão, nossa pesquisa ressalta a importância de um estudo realizado pelo Instituto Federal Suíço de Pesquisa Tecnológica (ETH) no ano de 2011, pioneiro em expor um arranjo arquitetônico de tomada do poder e de recursos em escala planetária, por meio de dados quantitativos da rede de manipulação do sistema financeiro e produtivo global exercido pelas empresas financeiras transnacionais. Tal estudo é denominado de “The Network of Global Corporate Control”, isto é, A Rede de Controle Corporativo Global (VITALI, GLATTFELDER E BATTISTON, 2011).

2.3 A ARQUITETURA DO PODER CORPORATIVO GLOBAL

A fim de expor como se organiza o poder corporativo no planeta, os pesquisadores do ETH Vitali, Glattfelder e Battiston explicam que, antes da divulgação do estudo, “A Rede de Controle Corporativo Global” (Figuras 1 a 4), existia apenas um consenso intuitivo entre a universidade e a mídia em relação ao controle corporativo da economia mundial por um bloco nuclear restrito, pequeno e bem fechado, formado por corporações transnacionais muito poderosas (TNCs). Tal arranjo foi posto em evidência, por meio do cálculo quantitativo do controle de uma rede corporativa com alcance mundial. Essa arquitetura em rede possui o desenho de gravata borboleta (bow-tie), capaz de agir de maneira estruturada e de canalizar e direcionar o poder político junto aos recursos naturais e financeiros do mundo capitalista, poder de controle esse que se expande e, ao mesmo tempo, se concentra no capital interconectado. “Linkada” por laços de propriedade (“ownerships”) entre as empresas, essa rede em forma de gravata borboleta (bow-tie) infla, consideravelmente, a capacidade de atuação das corporações que pertencem ao núcleo. Diante disso, o pensamento teórico latente refere que toda grande corporação possui uma estrutura de poder piramidal constituída por “subsidiárias abaixo e um número de acionistas acima” (VITALI, GLATTFELDER E BATTISTON, 2011; DOWBOR, 2017).

Celso Furtado (2008, p. 38) também tenta compreender tal apropriação do poder através de um sistema que evoluiu no seio da civilização industrial. Para tanto, o economista explica que esse sistema é formado por aqueles agentes cujo comportamento pode influenciar milhares de outros que, por sua vez, estão fadados a um comportamento meramente adaptativo, como já foi explicado acima. Sendo assim, uma vez que a grande

empresa ou corporação tem a capacidade de manipular e administrar preços, condicionar os hábitos dos consumidores e modificar os mercados mediante o crédito a partir de seus interesses, ela exerce um amplo poder de maneira inequívoca. Poder pelo qual condiciona as grandes empresas e corporações a planejarem “setorialmente uma parte da atividade de um dado sistema econômico”, ou até mesmo, ter o controle direto e total da área de atividade na qual está inserida. Ainda, segundo o economista, “recursos de organização, como regime de subcontratação, permitem conciliar um grau elevado de planejamento setorial com considerável flexibilidade no nível de execução”, da mesma forma que os oligopólios formados para controlar as atividades empresariais permitem “um planejamento da atividade empresarial a médio e longo prazo dentro de margens de risco relativamente estreitas”.

A investigação em questão selecionou 43.060 TNCs com alta receita operacional, conforme a definição da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Tais corporações foram extraídas de um universo de 30 milhões de agentes econômicos listados pela Orbis em 2007, e a partir das 43.060 TNCs escolhidas, identificaram-se 600.508 nós e 1.006.987 laços de propriedade, os quais se configuram como componentes conectivos da rede. Todo componente conectivo é gerado por uma TNC, o qual vai em direção a outra e significa que a teia de influência se forma a partir de uma TNC que, por sua vez, gera um laço de propriedade com outra TNC, configurando-se os fluxos de controle, ou seja, a entrada e a saída dos mesmos, “in-section and out-section”. Dessa maneira, percebe-se que os fluxos de saída são significativamente maiores do que os de entrada, conforme aponta o estudo do ETH (VITALI, GLATTFELDER E BATTISTON, 2011).

Dentro da rede *bow-tie* os laços de propriedades (ownership) são firmados pelos acionistas (shareholder), sendo que cada um deles possui o direito a uma fração da receita da firma (dividendos), além de voz no processo de decisão, ou direito ao voto em suas reuniões, em que o poder de decisão está relacionado à fração da receita da firma. Portanto, quanto maior a participação acionária numa empresa, isto é, quanto mais um agente econômico investe/compra suas ações, maior influência terá em seu controle sem ser o dono de sua totalidade. Tal influência surge do interesse particular do acionista acerca das direções e estratégias de mercado que a empresa vai tomar, ao passo que o controle é medido através do valor investido/adquirido (ownership) nesta firma. A partir daí, tem-se a maneira pela qual o poder corporativo se concentra e infla, visto que o poder de controle não está em ser dono de tudo, mas apenas da maior parte do maior número de firmas possível. Isto significa também que, na verdade, aqueles os quais possuem pedaços minoritários da empresa possuem quase nenhum controle sobre ela, restando-lhes apenas um comportamento adaptativo. E, para além

das conexões diretas de propriedade, existe também os links indiretos, onde os acionistas conseguem interferir em outras empresas por meio do controle indireto das mesmas. (VITALI, GLATTFELDER E BATTISTON, 2011).

Em relação aos componentes conectivos, eles se destacam pela sua abundância, sendo muito pequeno os nós que possuem pouca influência na rede. Contudo, as conexões mais robustas, as quais se caracterizam por exercerem maior controle sobre as relações de propriedade (ownership) na estrutura bow-tie, em sua maioria, são praticadas pelas TNCs com maior valor de mercado (all the top TNCs). Essas TNCs estão presente em $\frac{3}{4}$ (três quartos) de todos os nós da rede, onde aquelas com maior valor econômico participam de 94% da receita operacional total de todas as corporações da rede (VITALI, GLATTFELDER E BATTISTON, 2011).

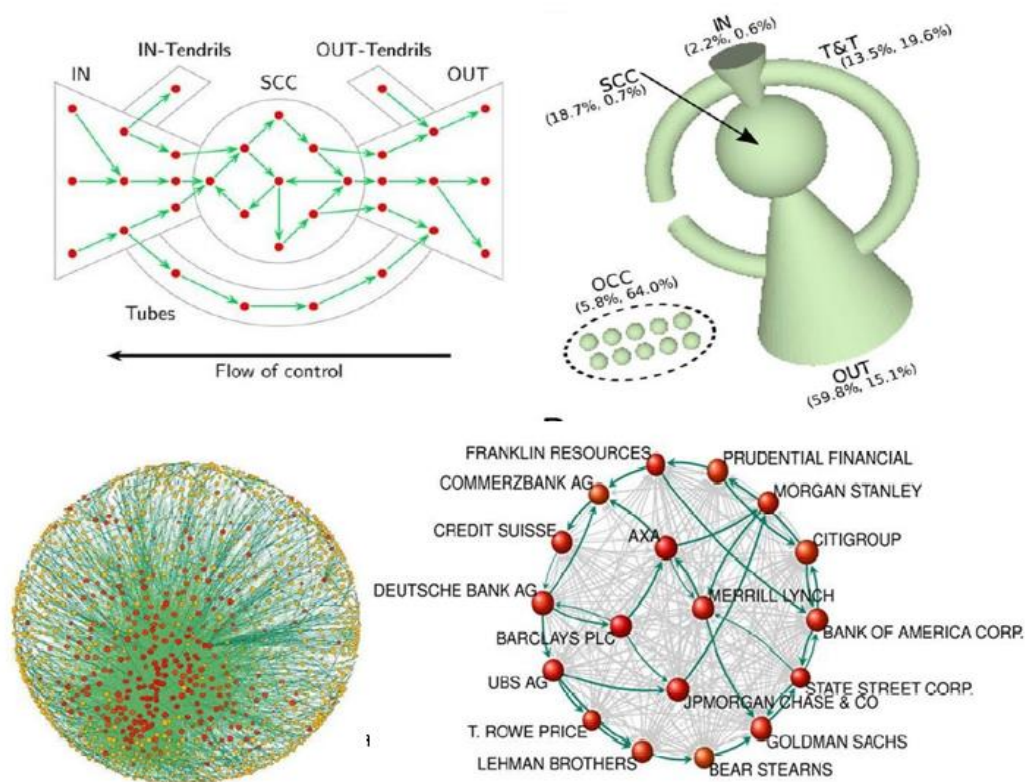
E, no que diz respeito à topologia da rede, duas propriedades foram extremamente importantes para o trabalho desses pesquisadores do ETH. A primeira refere-se à abundância dos ciclos, nos quais duas TNCs compartilham ações, ou seja, duas corporações possuem participação mútua nos laços de propriedade em relação a outra TNC (mutual cross-shareholdings). Esse procedimento, em sua generalização dentro da rede, gera um componente fortemente conectado (strongly connected component, SCC), no qual um conjunto de firmas compartilham com os outros membros uma relação direta ou indireta de laços de propriedade. Com efeito, promove campos de interesse e resultados comuns, em que esses agentes se fortalecem ou enfraquecem juntos. Tal arranjo, tem por estratégias “medidas anti tomada de controle, redução de custos de transação, compartilhamento de riscos, aumento da confiança e de grupos de confiança. Qualquer que seja a sua origem, no entanto, enfraquece a competição de mercado”. Já o outro componente possui um fator conectivo dominante que se caracteriza por ser o maior e mais forte (the largest connect component, LCC). Em decorrência da arquitetura da rede de corporações transnacionais ser formada por uma estrutura de bow-tie, ela possui um núcleo (core) fortemente amarrado e formado por 1.347 nós (de 600.508 identificados na rede), nos quais acontecem os LCCs. Essa propriedade do modelo bow-tie é bem menor do que todas as outras seções da estrutura, onde a redução de 99,77% dos nós mostra o tamanho mínimo do núcleo em relação o resto da arquitetura (VITALI, GLATTFELDER E BATTISTON, 2011 e DOWBOR, 2017, 2011,p.2).

O núcleo é densamente conectado com membros tendo, em média, laços de propriedade com outros 20 membros. E como resultado, por volta de $\frac{3}{4}$ dos laços de propriedade (ownership) entre as firmas no núcleo permanece nas mãos das firmas que pertencem ao próprio núcleo. Em outras palavras, este é um grupo extremamente unido (tightly-knit group) de corporações que em

sua acumulação possui a maior parte das ações de um e outro (hold the majority share of each other) (VITALI, GLATTFELDER E BATTISTON, 2011, p.3).

A Figura (1) mostra que o modelo bow-tie é constituído por componentes de entrada “in-section” (IN), de saída “out-section” (OUT), pelo núcleo formado pelo “strongly connected component” (SCC) e pelos tubos. Já o modelo apresentado na Figura (2), coloca em evidência a estrutura bow-tie a partir do maior componente conectivo (LCC) e de outros componentes conectivos (other connected components, OCC), nos quais o volume de cada seção é logaritimicamente equivalente à parcela da receita operacional das TNCs compartilhada por laços de propriedade; entre parênteses, está a percentagem da receita operacional envolvida nestes laços de propriedade. A Figura (3) exhibe 1.318 nós, cujo o tamanho foi escalonado pela sua receita operacional por meio de logaritmo calculado e utilizado no estudo, junto aos seus 12.191 links, os quais ocorrem por meio dos laços de propriedade que dão forma ao núcleo, e o fluxo de recurso que flui dos componentes conectivos, segue no sentido do amarelo para o vermelho, caracterizando o domínio da rede. Por fim, a última Figura (4) é um zoom sobre algumas das maiores TNCs do setor financeiro junto aos seus nós (as esferas vermelhas) e às suas conexões, além da direção dos fluxos de propriedade e controle. As quatro figuras abaixo são de referência do estudo dos pesquisadores Vitali, Glattfelder e Battiston (2011, p.3).

Figura 1 – A estrutura Bow-tie e seus componentes; **Figura 2** – A estrutura Bow-tie relacionada ao componente (LCC); **Figura 3** – O mapeamento das SCC (1318 nós e 12191 links); **Figura 4** – Um zoon sobre as maiores TNCs do setor financeiro.



Fonte: Vitali, Glattfelder e Battiston (2011, p. 3).

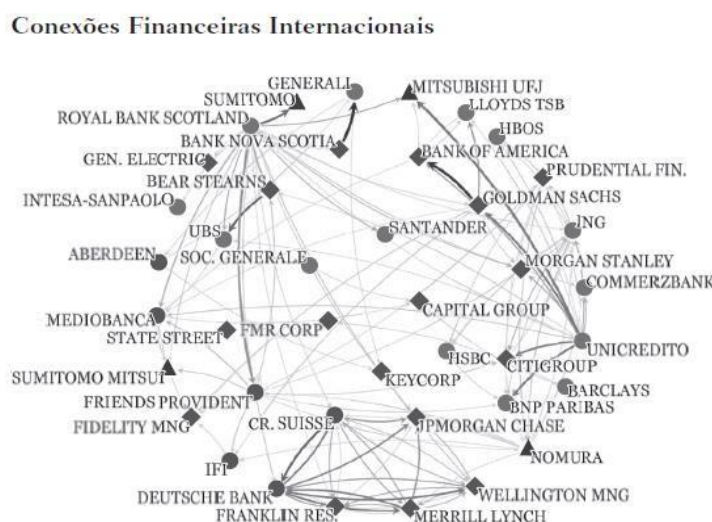
A partir dessa premissa, pode-se considerar o seguinte raciocínio: entre 30 milhões de agentes econômicos, 43.060 foram selecionadas como capacitadas (TNCs) para exercer alguma influência dentro desta rede transnacional, ou seja, 99,85% dos agentes econômicos foram excluídos da rede. Este ínfimo percentual de 0,15% de agentes inseridos na estrutura bow-tie, tem seu poder expandido e potencializado quando seu raio de influência se expande através do 1.006.987 fluxos/laços de propriedade, interligados por dos 600.508 nós. Contudo, no núcleo (core) da estrutura bow-tie, a quantidade de nós é reduzida para 1.347, excluindo 99,77% do total de nós contido na rede, o que permite concluir que essa propriedade da estrutura é muito excludente e fechada, havendo menos de 1% (0,33%) dos nós de interação. Não obstante, apenas 147 TNCs possuem um controle em conjunto sobre 4/10 (quatro décimos) do valor econômico das empresas transnacionais de todo o mundo. Tal poder de controle, desse grupo “seleto” de top hanked holders, emana do núcleo – o qual se configura como o núcleo do núcleo – e é exercido por meio de uma teia extremamente complexa de relações de propriedade, na qual o controle sobre uma e outra TNC é quase total. Isso significa que, apenas 0,4% das TNCs (top hanked holders) controla 40% de toda a rede. Logo abaixo

em prejuízo às pautas sociais.

O trabalho também aponta outros efeitos colaterais provocados pela concentração extrema de poder em torno do núcleo, como é o caso do questionamento sobre sanidade financeira global, uma vez que a densidade conectiva é muito profunda e todo o sistema financeiro interconectado fica exposto ao risco sistêmico. Resultado disso, concentra-se na seguinte situação: se o cenário mundial está favorecendo bons rendimentos, toda a rede responde de maneira similar, e assim, ganha em robustez. Contudo quando o cenário mundial se arrefece, até se tornar crítico, as firmas tendem a entrar em depressão simultaneamente. Outro agravante diz respeito à competição de mercado a partir de blocos econômicos capazes de manipular o mercado financeiro, atuando em diversos segmentos da economia mundial e nacional (VITALI, GLATTFELDER E BATTISTON, 2011 e DOWBOR, 2017).

Ademais, na Figura (5), “Conexões Financeiras Internacionais”, estão destacados alguns dos links realizados por gigantes transnacionais, sendo os círculos representações dos grupos europeus; os losangos, dos estadunidenses; e os triângulos, referências a outros países. Nessa imagem percebe-se a predominância de TNCs oriundas da Europa e dos EUA, ficando evidente para onde é canalizado e drenado os recursos mundiais (DOWBOR, 2017), o que permite concluir que a era das colonizações nunca foi totalmente superada, apenas transformada.

Figura 5 – Conexões Financeiras Internacionais



Fonte: DOWBOR, 2017 p. 44, apud VITALI, GLATTFELDER E BATTISTON (2011)

As características do mercado financeiro e produtivo, baseadas em inovações capazes de modificar contextos, não visam apenas aumentar a complexidade de determinado

sistema, mas também pretendem manipular o sistema econômico por meio de decisões arbitrárias que visam limitar o poder de decisão de determinados agentes, além de possuírem o intuito de canalizar tal poder a fim de gerar uma estabilidade hegemônica (FURTADO, 2008).

O mesmo caráter disciplinador têm certas decisões relacionadas com o mercado de mão-de-obra, com o uso de recursos não renováveis, com a liquidez externa etc. É a partir da identificação dos centros de onde emanam essas decisões destinadas a compatibilizar as iniciativas da multiplicidade de agentes, que exercem poder em graus distintos, que se define o perfil do sistema econômico. A necessidade de lograr um certo grau de coerência entre as atuações desses centros coordenadores explica a presença de um centro hegemônico como elemento tutelar das atividades econômicas (FURTADO, 2008, p. 38 e39).

E, o professor Ladislau Dowbor (2017, p. 46) alerta: mesmo que alguns dos cientistas fechem os olhos e restrinjam o seu campo de visão a respeito da profundidade do problema gerado e que “as empresas comprem umas às outras por razões de negócios e não para “dominar o mundo””, significaria não enxergar que tais agentes ultra-privilegiados estão também comprando a concentração de poder político, já que “não ver a conexão entre essa concentração de poder econômico e político constitui ingenuidade ou evidente falta de realismo”.

Dessa forma, mostramos um dos mecanismos de controle e apropriação do poder e de recursos do neoliberalismo, assim como ele se autoconsome, como um vírus que mata o corpo o qual parasita, pois tal sistema se alimenta e se aprofunda através de crises. E, em razão de tal sistema ter um poder substancial e estrutural no bloco-hegemônico mercantilista antropocêntrico, ele exerce um poder inequívoco e dominante. Ou seja, o desenvolvimento é regido por uma hegemonia dominada pelo poder corporativo global expropriativo que, por sua vez, se alimenta da desigualdade distributiva e representativa, fato este o qual também leva ao cerciamento da liberdade onde o desenvolvimento é monopolizado pela rede de controle corporativo. O efeito sistêmico disso se faz tão profundo e enraizado que se uma única corporação “quebra”, influencia a renda ou qualidade de vida de milhões de pessoas por todo o mundo, como abordado neste capítulo.

Por fim, esclarece-se que neste texto foi abordado apenas uma parte das informações contidas no estudo “The Network of Global Corporation Control”, com o intuito de trazer luz à evolução, ampliação e aprofundamento do poder expropriativo exercido pela burguesia mercantilista, que se desenvolvia na época da colonização para a burguesia financeira contemporânea. Parte sempre atuante dentro do Bloco-Hegemônico e, por isso,

influyente nos centros de decisões, a burguesia capitalista evolui para a neoliberal, ampliando sua capacidade de acumulação através do avanço tecnológico, agregado ao seu secular racionalismo enraizado em toda a civilização industrial, a sociedade d oconsumo.

2.4 A CONSTRUÇÃO DA HEGEMONIA BURGUESA INTERNACIONAL E A DEPENDÊNCIA EXTERNA, UMA REFERÊNCIA A CELSO FURTADO

Para explicar a característica hegemônica evidenciada acima, se faz necessário, segundo nossa visão, trazer luz ao processo histórico, social e econômico de apropriação do excedente em prol da acumulação que fundou as bases para a Revolução Burguesa, levando à Revolução Industrial e moldando o mundo a partir de seus princípios baseados na razão instrumental e da eficiência, a qual engendrou o senso comum da modernidade e do progresso na civilização industrial. Para tanto, será feito um rápido esforço de aproximação desse processo com o desenvolvimento, a partir da referência ao escritor, ex- ministro e economista Celso Furtado (2008). Tal perspectiva enquadrrou a população mundial num ideal de inserção, pertencimento e respeito social atingidos, por meio da sofisticação e diversidade do consumo, possibilitado pelo poder de compra (FURTADO, 2008; FRASER, 2020).

Além disso, consideramos a “evolução do processo de desenvolvimento” ao longo do tempo, no quadro político, econômico e cultural, fatores cruciais para estudar a sua in-sustentabilidade, já que não basta referenciarmos as teorias que tentam direcionar o desenvolvimento para o seu cenário ideal. Dessa maneira é necessário identificar os caminhos por ele percorrido, a partir daqueles elementos que tem o poder de manobrá-lo, caso do poder hegemônico secular que nos referimos e, para evidenciar esse processo iremos utilizar dois capítulos da obra já citada, “Criatividade e Dependência”, de Celso Furtado: “Emergência” e “Difusão da Civilização Industrial I e II”.

Furtado (2008, p. 56 e 57) explica que a abertura das rotas comerciais no meio do século XVI, junto ao acesso à mão-de-obra escrava ou servil, aos novos metais preciosos e ao poder naval, resultou na expansão do raio de ação das atividades econômicas europeias. Realizado por via autoritária, esse processo possibilitou a dilatação do excedente drenado para a Europa, “com amplas consequências para as atividades produtivas preexistentes e reflexos sociais”. Nesse período multissecular, relacionado ao colonialismo – que nos referimos no primeiro capítulo – constituiu-se a base para o estabelecimento das sociedades capitalistas contemporâneas, posto que a história social e política da Europa “está

intimamente vinculada ao processo de absorção desse excedente, que se expandia por indução externa”. Tal paradigma possibilitou e potencializou a acumulação burguesa europeia devido ao excedente, cujo promoveu e dinamizou as atividades econômicas internas, ao passo que, parte dele, gerado localmente dentro do velho continente, era monetizado.

Nos casos de maior relevo, o Estado tenderia a transformar-se em arena na qual iam penetrando as novas forças sociais que o excedente em expansão estava reforçando. As transformações subsequentes do sistema de dominação social, que viriam a ser conhecidas como “revolução burguesa” constituem a fase decisiva da formação das sociedades capitalistas de nossa época. A revolução burguesa não é outra coisa senão a forma particular que assumiu a evolução social europeia (FURTADO, 2008, p.58).

A partir da sua forte posição financeira, a burguesia rompe barreiras com o objetivo de penetrar nos centros de decisão e obter (ocasionalmente impondo) “mudanças institucionais que permitiam ampliar sua área de ação” e, dessa forma, abrir caminhos para o enquadramento de diversos setores da vida social em determinações mercantilistas: “livre iniciativa, livre contratação, livre circulação”. Essas medidas acarretaram na subordinação das forças produtivas pelo projeto mercantil, fato que resultou na “transformação dos recursos produtivos primários – a força de trabalho do homem e a terra – em mercadoria, ou seja, em objetos que se transacionam com base em um valor de troca”. Isso significou delimitar o “homem como força de trabalho e as terras como fator de produção”, sendo que para orientar-se nesse sentido deveria-se produzir e ter acesso à informação, além de contabilizar todos os recursos produtivos e a inventividade. Segundo Furtado (2008, p. 59 e 60), “era toda uma nova visão do processo social da produção, essencialmente racional, que ia emergindo”.

A subordinação das atividades diretamente produtivas aos ideais mercantis foi a alavanca mestra para o alto dinamismo do desenvolvimento das forças produtivas, chegando-se à “divisão do trabalho, à simplificação das tarefas, à redução do tempo que o produto permanecia em mãos de cada trabalhador, à homogeneização das tarefas que acompanhariam a introdução de novos instrumentos”, ao passo que esse processo de transformação implicava na apropriação da força física e mental dos trabalhadores e trabalhadoras pelos critérios mercantis. Além disso, a Revolução Industrial é vista como um sub-produto dessa nova ordem social que emerge da autonomia e do empoderamento da burguesia, ancorada no racionalismo de mercado, ou seja, “acumular, ampliar o excedente, vieram a constituir objetivos em si mesmos, considerando-se como “racional” a eliminação de todo obstáculo à eficiência produtiva” (FURTADO, 2008, p. 61).

Projeto da Revolução Burguesa, a Revolução Industrial é dominada por

princípios mercantis de eficiência racional, sendo que tal perspectiva coloca um valor de troca em todos os elementos do processo produtivo. Tal quadro impõe, assim, uma necessidade fundamental para inserção nesse processo: o imperativo de acumulação prévia, ou seja, o projeto de desenvolvimento já nasce com a existência de princípios excludentes. E, ainda, agora que as forças produtivas estão sob o controle burguês, sua posição tende a se fortalecer frente à estrutura de poder e, com efeito, se auto alimentar por meio da ampliação da produção de excedente e da futura acumulação. Ora, se há um processo acumulativo que exerce uma pressão crescente sobre os centros de decisão institucional e que ganhou dinamismo e desenvoltura através da inovação técnica, por sua vez, tomada pela especulação, a inovação pela eficiência virou objeto de transação mercantil e tornou-se o caminho mais curto para atingir o poder (FURTADO, 2008).

2.5 DIFUSÃO DA CIVILIZAÇÃO INDUSTRIAL

Furtado (2008, p. 65 e 66) explica que a gestação e a difusão da civilização industrial ocorreu de maneira diversa em Estados que se encontravam com diferentes níveis de acumulação. No caso europeu, e das suas civilizações coloniais na Oceania e na América do Norte, o segmento industrial “processou-se no quadro de um sistema de cultura que se vinha transformando em decorrência da ascensão da classe burguesa, no sentido da secularização, da primazia dos critérios de racionalidade, do prestígio do conhecimento” baseado na observação empírica. É nesse cenário que a luta contra o dogmatismo do conhecimento científico e contra as formas tradicionais de organização social, fundamentada na forte estratificação e imobilidade das pessoas, ganha a imagem de libertação do indivíduo; os grupos de maior estabilidade política foram constantemente perturbados por grupos sociais constituídos por uma inserção social diversa e, por sua vez, com menor estabilidade política e capazes de preservar alguma autonomia pois, segundo o autor, as “novas formas de organização social dariam maior complexidade às estruturas intermediárias (...) (sociedade civil), criando condições para que parcelas crescentes da população sejam incorporadas à esfera política”. Portanto, dentro do contexto europeu, a difusão da civilização industrial e a consequente Revolução Burguesa ganham uma crescente ligação com o plano político, que se veste como processo de democratização, ou seja, “de crescente ligação do princípio de legitimidade à representatividade social do poder”

Caso esse que não se repete com a difusão da civilização industrial em nível

planetário, por haver distintos interesses políticos dentro dos diferentes Estados nacionais. Celso Furtado (2008, p. 69) lança luz à três diferentes modelos de inserção, sendo os dois primeiros implementados a partir da tomada de consciência dos Estados da Rússia e Japão, em relação à defasagem acumulativa e a ameaça de dominação externa. Porém, o que nos interessa nesse texto é abordar o modelo abarcado pelo Brasil, a terceira via de acesso, que pode ser considerada “um subproduto dessa dominação”, a dominação burguesa industrial europeia, isto é, nossa evolução colonial pode ser explicada por meio da terceira via de acesso.

A via de acesso tupiniquim à civilização industrial, segundo Furtado (2008), é inicialmente indireta, modelo que, implementado a partir da divisão internacional do trabalho, conduz a um processo de dependência estrutural.

Ora, os acessos aos mercados em expansão da Europa teve como contrapartida a penetração de valores materiais da civilização industrial. Os produtos exportados pelos países industrializados da Europa refletiam um grau de acumulação relativamente avançado, e os que eles importavam, o baixo grau de acumulação e/ou a maior abundância de recursos naturais das demais regiões do mundo. O comércio exterior fomentava a especialização e aprofundava a divisão do trabalho, portanto ampliava o fosso entre os níveis de acumulação. Explica-se, assim, que a formidável expansão do comércio internacional, ocorrida a partir dos anos 40 do século XIX, haja assumido a forma de um intercâmbio entre produtos manufaturados e matérias-primas. A infra-estrutura desse sistema, constituída pelas linhas de navegação de longo curso, grandes canais como o de Suez e o do Panamá e as redes de estradas de ferro estendidas por todos os continentes, foi financiada pelas economias industrializadas e concebida em função de seus interesses (FURTADO, 2008, p.70).

À vista disso, o acesso indireto à civilização industrial perpassa no Brasil a partir da aceleração do processo acumulativo sustentado pela “transferência de mão-de- obra de atividades de auto-subsistência para plantações de café, de cacau, de borracha e outras” que gerava um poder de compra nos mercados internacionais. Isso significa que os padrões de consumo e de acumulação modernizavam-se, porém “fora do setor produtivo: na infra-estrutura urbana e em bens de consumo duráveis importados”. Esse cenário permitiu a integração do Brasil nos mercados internacionais, por meio da produção primário-exportadora que não exigia “transformações de monta nos métodos de produção, o que conduzia ao imobilismo das estruturas sociais”. Tal sistema de dominação social era sustentado e fortalecido pelo considerável aumento de excedente drenado para aqueles donos de extensas parcelas de terra que nutriam a monocultura patriarcal, herdada do processo colonial destacado nesse trabalho, como também abria portas para alianças externas. Paradigma esse instalado a

partir do “acesso indireto” e que logo mostrou-se limitado, ao tentar romper com a dependência externa. Além disso, uma vez que as estruturas de dominação social foram reforçadas pelo processo acumulativo fora do sistema produtivo, os conceitos ideológicos pregados pela Revolução Burguesa “liberalismo, individualismo, racionalismo” se transformaram em sistemas de apoio dessa mesma dependência, pois as velhas estruturas de dominação não foram destituídas do poder como ocorreu na Europa. Furtado (2008, p. 70 e 71) explica que:

A acumulação é apenas o vetor que permite, mediante a inovação, introduzir as modificações no sistema de produção e nas estruturas sociais que chamamos de desenvolvimento. Certo: existe uma interdependência entre essas modificações e o processo de acumulação; se uma parte crescente da força de trabalho se dedica à produção de equipamentos em geral (...), é porque esses equipamentos permitem aumentar a produtividade física dos trabalhadores que os vão utilizar. Por outro lado, se a produção por trabalhador está aumentando, é porque a sociedade está se transformando para absorver um fluxo crescente de produtos finais. Desenvolvimento é, portanto, um processo de recriação das relações sociais que se apóia na acumulação. A partir deste ponto de observação não é difícil compreender que, se a acumulação se transforma em um fim em si mesma (quando passa a constituir a base do sistema de dominação social), o processo de criação de novas relações sociais transforma-se em simples meio para alcançá-la. A inexorabilidade do progresso levando à desumanização do indivíduo na civilização industrial é um desdobramento desse processo histórico (FURTADO, 2008, p. 73).

Dessa forma, as transformações e inovações das estruturas sociais da Revolução Burguesa e Industrial, ancoradas na acumulação, guiou e cimentou a hegemonia da in-sustentabilidade no seio do desenvolvimento mundial ao penetrar os ideais capitalistas em toda a sociedade ocidental, além de estruturar o mundo para a produção de excedentes exportáveis, os quais são drenados para a Europa e sua burguesia. Atualmente, como possível observar na Figura (5), tal perspectiva se estabeleceu e evoluiu para chegar ao neoliberalismo.

2.6 INDUSTRIALIZAÇÃO DEPENDENTE: A TERCEIRA VIA DE ACESSO

É a partir da evolução das estruturas sociais que se pode perceber com mais evidência o quadro da industrialização dependente, em que sua estreita vinculação com o mercado globalizado instala um eixo de importações, representado por um braço dos sistemas produtivos do exterior (nesse caso com a Europa e Estados Unidos), sem maiores vinculações com os sistemas produtivos preexistentes. Tal dependência estrutural fica clara quando o campo industrial é composto, em sua grande parte, de “indústrias de empacotamento de

produtos farmacêuticos, de montagem de aparelhos e outras nas quais os agentes locais têm apenas uma ideia do que estão produzindo (FURTADO, 2008, p. 75)”.

Considerando a tecnologia e as inovações como um fator que implica tanto nas relações sociais quanto no sistema produtivo e cuja orientação é a acumulação, no quadro da industrialização dependente, a tecnologia atua de forma a aprofundar essa dependência criativa e a favorecer a acumulação de agentes econômicos do exterior. Tanto no que diz respeito às transformações sociais fundamentadas na “diversificação da demanda (a natureza dos produtos finais) gerada por grupos sociais que tiveram acesso indireto à civilização industrial”, quanto naqueles relacionados à monta do processo produtivo, mesmo quando se imagina ter uma indústria brasileira, “os agentes locais integram-se numa equipe estruturada no tempo e no espaço, cabendo tarefas mais “nobres” de fabricação dos equipamento e de concepção destes produtos finais a outros agentes localizados no exterior” (FURTADO, 2008, p.75).

Ora, se temos uma cultura “moderna” importada da sociedade europeia, baseada na diversidade e no poder de consumo ancorado na inovação tecnológica dependente, que, por sua vez, tem como vetor principal a acumulação, gera-se uma sociedade cujo desenvolvimento é meramente adaptativo em relação àqueles Estados que detém um poder cumulativo maior, advindo da industrialização direta. Esse fato acarreta a dependência criativa tanto no que se refere à organização social, como ao sistema produtivo ou à canalização dos recursos gerados localmente. Com efeito, tem-se toda a estrutura social, cultural e produtiva moldada por comportamentos imitativos que acentuam ainda mais as desigualdades sociais via dependência externa (FURTADO, 2008).

O processo de industrialização assumira a forma de um esforço de adaptação do sistema produtivo a essa demanda sofisticada, o que o desvincula do sistema de forças produtivas preexistentes. Surge assim um subsistema produtivo de alta densidade de capital, que não corresponde ao nível de acumulação alcançando no conjunto da sociedade, com fraca capacidade de geração de emprego como o referido subsistema permanece estruturalmente ligado a economias não somente mais avançadas na acumulação, mas também em permanente expansão, os vínculos de dependência tendem a reproduzir-se (FURTADO, 2008, p.75).

Compreendidos pela difusão planetária da civilização industrial europeia, os ideais de modernidade lançam sobre o planeta interconectado pelo capitalismo global um senso comum capaz de secularizar as “necessidades” materiais junto à busca em demasia pela diversificação da produção e do consumo, em detrimento de medidas populares; sistema esse

o qual monta uma estrutura hegemônica capaz de se aprofundar, expandir e concentrar o poder criativo naqueles que se encontram num processo acumulativo mais avançado. Furtado (2008, p.80) esclarece que “o processo de acumulação é o eixo em torno do qual evolui não somente a economia capitalista, mas o conjunto das relações sociais em que se implantou a civilização industrial”.

Com efeito, o economista Furtado (2008, p. 76) explica ainda que “o sistema de incitações, inerente ao gênero, é inseparável de formas de comportamento que tendem a acentuar as desigualdades de nível de patrimônio e de renda, com reflexos na estrutura de dominação” e controle social (aspectos relacionados a ordem), em razão da natureza do acesso à civilização industrial por meio da divisão internacional do trabalho. Fato decisivo para a determinação da estruturação social e que remonta as formas tradicionais de dominação social que, por sua vez, também foi ou é vetor determinante para a dependência externa nacional.

Celso Furtado (2008) explica também, com bastante clareza, como ocorre o processo de estruturação social, levado a cabo por agentes econômicos e políticos e mantido pelos sistemas tradicionais de produção agrícola e de extração de minério para exportação. Segundo ele, a divisão internacional do trabalho reforça sua posição frente à sociedade nacional, condição a qual acarreta problemas de desigualdade social e desequilíbrios ecológicos, assim como o controle da população por uma estrita disciplina social, a fim de manter a eficiência e a exploração no trabalho. Esses são traços delimitados pelo racionalismo europeu que inserem o homem e a mulher dentro da estreita colocação de força de trabalho.

É possível que essa inserção haja assumido a forma de implantação de “enclaves” agrícolas ou mineiros, controlados do exterior: as transformações sociais são mínimas, e o processo modernização faz-se sob o controle estrito das estruturas de dominação tradicionais. Mas também é possível que, em razão da prevalência do regime familiar na exploração agrícola, a passagem da agricultura de subsistência para a comercial afete a massa da população rural, tanto em seus hábitos de consumo como em suas técnicas de produção. A integração da população nos circuitos comerciais também leva a resultados diversos, conforme sejam mais ou menos raros os recursos de terra a que tem acesso essa população. Em síntese: fatores institucionais – controle do acesso à terra por uma minoria, ou prevalência da organização familiar – ou de ordem ecológica – maior ou menor pressão sobre os recursos naturais face à técnica prevalente – contribuirão decisivamente para moldar o perfil social através da inserção no sistema de divisão internacional do trabalho. Esse perfil social projetar-se-á nas estruturas de dominação e no processo subsequente de interação no quadro da dependência. As estruturas sociais que se definem nessa fase de acesso indireto à civilização industrial tendem a reproduzir-se no período ulterior de industrialização, independente do papel que desempenhe o Estado na promoção desta (FURTADO, 2008, p.78).

Ademais, o processo de acumulação requer permanente transformação e inovações dos estilos de vida da população ancorada na diversificação e sofisticação do consumo e na ampliação do potencial da força de trabalho por meio do avanço nas técnicas. Caso da urbanização moderna, que ocorre como parte deste projeto, antes de ser uma nova forma de interação social, se configurou num pólo de homogeneização interna dos padrões de consumo baseados no enquadramento espacial da população que, por sua vez, mantém a regularidade do trabalho, para assim assegurar o dinamismo acumulativo em constante expansão. Neste projeto, manter a ordem social também se configura num elemento crucial para tal empreita, a qual se deve manter também por critérios econômicos, caracterizados por estímulos criados pelo próprio sistema econômico que condiciona o conjunto social a um estado de estrito controle sustentado pelo processo acumulativo (FURTADO, 2008).

Sendo assim, com a sociedade apartada pelo poder de compra, os fatores socioeconômicos se constituem em peso decisivo para aprofundar as desigualdades e a estratificação social em prol da acumulação. Isso ocorre uma vez que, existe uma estrutura social desigual e, em contrapartida, um senso comum moldado por uma “panóplia de técnicas sociais visando a condicionar a “massa de consumidores”, cujas “necessidades são programadas em função dos respectivos níveis de renda”; junto ao acesso restrito à minoria aos produtos mais “sofisticados”, num mercado compartimentado em função da renda dos consumidores. Essa discriminação entre os consumidores se configura, ainda, numa estratégia eficaz para se confundir a ascensão social com a diversificação e sofisticação do consumo, assim como para difundir a distribuição de produtos mais sofisticados, que antes eram reservados à minoria da população em geral. Consequentemente, a reprodução das desigualdades e o sistema de estímulos à ascensão social baseado no consumo, são duas faces da mesma moeda (FURTADO, 2008, p. 80 e 81)⁹.

O fluxo de inovações na esfera do consumo torna fictícia a ascensão social, mas a difusão de certas inovações permite que se diversifiquem os padrões de consumo da grande maioria da população. A interdependência entre o sistema de estímulos, que opera no nível dos indivíduos, e o fluxo de inovações, que estimula a acumulação, faz que a civilização industrial tenda implacavelmente a manter a sociedade estratificada em função de padrões de consumo (FURTADO, 2008, p. 81).

⁹ Ver o minidocumentário: “ENTREMUNDO – Um dia no bairro mais desigual do mundo”. Direção: Thiago B. Mendonça e Renata Jardim. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=emj6jqA6Ywg>>, o qual retrata o contraste social entre a comunidade Paraisópolis e o bairro Morumbi, através de imagens que demonstram os preconceitos de classe e o racismo (24 min.).

Isso posto, o sistema econômico baseado na acumulação, para estabelecer um senso comum, necessita de algo mais elaborado do que uma simples coação. Foi necessário estabelecer uma interdependência entre a ascensão social pela diversidade do consumo, a ordem social, a acumulação e a desigualdade socioeconômica, dentro da estrutura social nacional, para cimentar essa hegemonia mercantilista antropocêntrica planetária. Assim, tal configuração daria os caminhos e as ideologias do desenvolvimento no Estado moderno. Porém, não se pode perder de vista a ideia de que a elevação do nível de vida baseada apenas no poder aquisitivo e na sua diversificação, pode gerar efeitos reversos na sociedade, uma vez que ela se nutre da desigualdade socioeconômica. Para Furtado (2008), essa ideologia deve ser desmistificada quando se trata de desenvolvimento equitativo.

A percepção dessa problemática, a partir de uma consciência crítica fundada na prática do desenvolvimento, está por trás de grande parte dos movimentos políticos contemporâneos nos países em que mais avançou o processo de acumulação: as lutas contra a poluição, contra o desperdício de recursos não renováveis, a defesa do patrimônio cultural, a rejeição do consumismo. Esses movimentos têm em comum o fato de que pretendem explicitar um conjunto de fins, a partir de uma visão global da sociedade. Dessa forma identificam-se novos planos de convergência de interesses de grupos que a estratificação social tende a isolar ou mesmo colocar em posições antagônicas. Menos do que uma “colaboração de classes” (estas mantêm sua identidade e dinâmica próprias como grupos em luta), trata-se da descoberta de novas áreas de ação política em que o traço comum é o antagonismo à preeminência da lógica dos meios. A essa elevação da consciência crítica, com respeito ao projeto social implícito na acumulação, deve-se a primeira contestação substantiva da civilização industrial surgida nos países que a engendraram e lideram (FURTADO, 2008, p.87).

Pelo exposto, podemos definir que o objetivo desse texto foi desmascarar a hegemonia mercantilista antropocêntrica que guia a civilização industrial, a qual é formada pela relação entre as transformações e inovações sociais que guiaram o desenvolvimento brasileiro, onde o agente externo é um dos principais atores. Relação esta a qual pode-se estabelecer a partir da colonização, produção de excedente, acumulação, Revolução Burguesa e Industrial, abolição da escravidão, terceira via de acesso, divisão internacional do trabalho, evolução colonial, estratificação, segregação e desigualdade social, conservação da oligarquia patriarcal nacional no poder, mercantilismo, racionalismo, utilitarismo, antropocentrismo, capitalismo, neoliberalismo, crises e insustentabilidade. Todas essas transformações e inovações na estrutura social, chamada de desenvolvimento, as quais resultaram em crises, sempre almejou um único fim, a acumulação.

CAPÍTULO 3: DESENVOLVIMENTO IN-SUSTENTADO

Até aqui abordamos teorias que pensamos ser relevantes para compreender o papel do desenvolvimento no Brasil, analisado nas esferas histórica e contemporânea de sua própria evolução, além de sua relação com o controle internacional. São teorias relacionadas à hegemonia secularizada impregnada na estrutura socioeconômica, política, cultural e ambiental do país e como essa estrutura foi sendo moldada ao longo dos séculos para reproduzir tendências internacionais de dependência, situações essas as quais colocam este país em posição adaptativa e “atrasada” em relação aos países que possuem maior acumulação dentro do cenário internacional (FURTADO, 1999 e 2008).

Para refletir sobre o rumo que o mundo tomava, foram realizados fóruns mundiais com acordos firmados tendo por base diferentes documentos, à exemplo da Agenda 21 e 2030, em que tentaram mudar o sentido do desenvolvimento focado apenas no crescimento econômico. Em razão disso, difundiu-se a percepção do desenvolvimento multifacetado no tocante à sua compreensão e aplicação, tendo o mesmo, atualmente, dilatado seu horizonte para temas como a pobreza, direitos humanos, desigualdade social, aquecimento global, falta de água, desmatamento, inclusão social, povos tradicionais e indígenas junto aos seus territórios, feminismo, poluição, enfim, aspectos que foram sendo perpetuados ou construídos ao longo do tempo e que constituem a in-sustentabilidade.

Significando ainda que o desenvolvimento tenta corrigir seus próprios erros de percurso, tomados por direcionamentos de uma elite política e econômica que se encontra no núcleo da civilização moderna, espraiando seu controle para todo o mundo através do aprofundamento das concentrações de poder e riquezas, do mesmo modo que mantém os quadros de desigualdade e destruição ambiental. Sendo esse o modelo de desenvolvimento que os não desenvolvidos correm atrás, é crucial repensarmos se o caminho trilhado pelos países desenvolvidos é o que realmente devemos seguir, sendo portanto, necessários, meios que equilibrem ou até mesmo revertam tal cenário, tanto no que diz respeito à distribuição, como à representatividade.

Em razão de tudo o que já foi exposto neste trabalho, entender a que passo anda essa hegemonia neoliberal e quais seus efeitos na sociedade brasileira, no tempo atual, se faz crucial para compreendermos o quanto necessário é a emergência de movimentos ou grupos sociais organizados e engajados na luta territorial para gerar contrapartidas à hegemonia secular mercantilista. E, para tanto, necessita-se da formação e do estabelecimento de uma visão que se atente para as pessoas que sempre foram excluídas dos centros de decisões, ou seja, aquelas que

sempre se adaptaram às intempéries da vida dentro do projeto mercantilista de desenvolvimento.

E quando falamos de desenvolvimento in-sustentado, repetimos o que escrevemos na introdução: A partir da perspectiva lançada em todo o texto escrito acima, trazemos a seguinte provocação: que um progresso sequestrado pela acumulação, restringe as transformações e inovações sociais que nutre o desenvolvimento sustentável, por isso o limita. E se a hegemonia secular mercantilista antropocêntrica, que identificamos nesta dissertação, guia esse modelo de desenvolvimento o qual leva a composição de cenários críticos que aumentam as in-junções sociais, pois limitam a liberdade e aumentam a desigualdade, sendo que só há sustentabilidade no desenvolvimento, quando este opera no sentido de trazer justiça social e ambiental, tal paradigma hegemônico só pode se configurar como um mecanismo da in-sustentabilidade. Segundo o livro Gramática Aplicada, o prefixo latino IN pode ser explicado como negação ou falta de, ou seja, alguma coisa imperfeita, intocada, ilegal, ainda não alçada ou até equivocada, isto significa que a sustentabilidade do desenvolvimento brasileiro e global se encontra nessa posição.

3.1 PACTO SOCIAL PROGRESSISTA E A INSERÇÃO SOCIAL PELO CONSUMO

Por meio de uma análise sobre a “onda progressista” instalada na América Latina e no Brasil entre 1998 e 2016, época de otimismo nacional, crescimento econômico e avanço em pautas sociais, lançamos alguns questionamentos: de que maneira tal avanço ocorreu? Ele conservou a hegemonia mercantilista antropocêntrica no seio do desenvolvimento brasileiro? Até que ponto esse arranjo hegemônico se sustentou?

Como já vimos, o Brasil sempre esteve ligado aos países com maior poder acumulativo no universo capitalista conectado, e em relação aos rumos políticos não foi diferente. Nesse sentido, como relatado anteriormente, os Estados Unidos se configuram como o epicentro da crise política, assim como dos direcionamentos políticos, tanto no campo do reconhecimento quanto no distributivo. Sendo assim, a composição hegemônica estadunidense se configurou, até a eleição de Donald Trump, como progressista neoliberal e possui muitas semelhanças com a brasileira. Composição que Fraser (2020, p. 41) faz referência como um pacto social que uniu segmentos divergentes da estrutura política, social e econômica. Consolidado por Bill Clinton e continuado pelo seu sucessor democrata Barack Obama, o senso comum desse projeto foi permeado pelo seu lado do reconhecimento, por uma pauta de inclusão social meritocrática junto ao campo “progressista” que abarcava “seus parceiros menores”,

ocupado pelas “principais correntes liberais dos novos movimentos sociais (feminismo, antirracismo, multiculturalismo, ambientalismo e ativistas pelos direitos LGBTQ+) e, por outro lado, na face distributiva do bloco, foram inseridos os “setores mais dinâmicos, de ponta, “simbólicos” e financeiros da economia dos EUA (Wall Street, Vale do Silício e Hollywood), os quais dominavam o projeto político.

No Brasil, segundo nossa visão, formou-se um bloco bastante semelhante, conhecido como “onda progressista”, assim designado pelo professor Fabio Luis Barbosa dos Santos (2018, p. 14), o qual tomou conta de quase toda a América Latina. Segundo sua visão, “a expressão alude à sucessão de governantes identificados com a esquerda, eleitos em reação ao neoliberalismo na região”, dentre eles o presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva e sua sucessora Dilma Rousseff, ambos do Partido dos Trabalhadores. O autor da obra “Uma história da onda progressista sul-americana (1998-2016)” explica que tal hegemonia foi um movimento originado na periferia mundial, que buscava domesticar o neoliberalismo no seu quintal para salvá-lo da barbárie¹⁰ como estratégia cujo “resultados foram projetos de mudanças que aceitaram os parâmetros da ordem que haviam herdado”. Seguindo pelos trilhos do neoliberalismo, os governos progressistas condicionaram “o ajuste estrutural ao mito do crescimento econômico; a financeirização à exportação primária; e a capitalização dos pobres ao consumo importado”.

Essa via hegemônica intermitente instalada no Brasil se nutria da ideologia do crescimento econômico para superar as amarras do subdesenvolvimento. Aproveitando-se da alta no preço das commodities, o crescimento econômico pôs-se em marcha e possibilitou políticas de distribuição focadas em mitigar a pobreza pelo poder de compra. Dessa forma, enquanto os negócios prosperavam como sempre, o resultado era de relativa pacificação social. Somado a isso, as pautas neoliberais foram sendo vinculadas a políticas de inserção social, de maneira que os agentes econômicos se apoiavam na ordem estabelecida pelo pacto social lulista, para lucrarem em cima de programas e políticas (PINHEIRO-MACHADO, 2019; SANTOS, 2018).

A inserção social pelo consumo foi uma das principais estratégias do pacto progressista neoliberal que, por sua vez, não tem o poder de dar coesão ao tecido social, pelo contrário, ao invés de compô-lo, fragmenta-o através de sua estrutura vertical de classes, a qual se caracteriza pela estratificação social, apartando as pessoas de classes econômicas diferentes.

¹⁰ Assistir documentário “Utopia e Barbárie”. Direção: Sílvio Tendler. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=cn9li_NePro&t=3611s. Documentário filmado durante dezenove anos, em diversos países, retratando alguns dos episódios mais polêmicos dos últimos tempos, com o holocausto, muro de Berlim, bomba de Hiroshima, entre outros. Além da explosão do neoliberalismo.

Ou seja, esse é um modelo montado por camadas segmentadas, diferenciadas pelo poder de consumo, e que não gera coesão social suficiente para implementar uma inserção social consistente e sustentável ao longo do tempo (PINHEIRO-MACHADO, 2019; SANTOS, 2018; FURTADO, 2008).

“A onda progressista explicita os estreitos limites para a mudança dentro da ordem na América Latina. O ensejo de modificar estas sociedades sem enfrentar a raiz dos problemas – que remete à articulação entre dependência e desigualdade legado do passado colonial – limitou a mudança à superfície da política. Porém, a alternância eleitoral é funcional à democracia burguesa e às classes dominantes, principalmente em momentos em que o padrão, descrito por Florestan Fernandes como o Estado Autocrático Burguês, é chacoalhado” (SANTOS 2018, p. 19).

Pinheiro-Machado (2019, p. 29 e 30) expõe que, em uma década dos governos petistas, o Brasil estava experimentando um período de “inclusão social e financeira via consumo”, na qual a “economia estava crescendo, havia mobilidade social, a fome estava sendo eliminada e o desemprego caía”, ou seja, existia esperança para o povo. Havia também as políticas públicas inclusivas que faziam brotar um novo país. Como afirma a autora: “os negros, pobres e indígenas agora acessam o ensino superior, o que promoveu um abalo nas estruturas elitistas brasileiras, impulsionando toda uma nova geração a lutar por políticas culturais, reconhecimento e identidade”. Essa mistura, segundo a antropóloga, foi o que provocou o surgimento de pessoas “mais críticas e exigentes em relação ao próprio sistema que agora estão acessando”, resultando num campo mais fértil para a insurgência de revoluções. “Os jovens que entravam na universidade sentiam na pele que aquele lugar não estava preparado para recebê-los e mantiveram-se vinculados a coletivos movimentos sociais por meio dos quais pudessem resistir, somar forças e multiplicar afetos”. Esse foi um mérito petista, talvez o maior e mais significativo produto gerado da onda progressista tupiniquim, e, justamente daí que surgiram as Jornadas de Junho de 2013.

Já que falamos tanto sobre o neoliberalismo, é importante acrescentar um pouco sobre como ele foi engendrado nesse país. Segundo Santos (2018), o Brasil emplaca sua entrada para esse modelo de governança neoliberal em 1994, quando Fernando Henrique Cardoso foi ministro da Fazenda e implementou o plano real, a fim de segurar a inflação, a estabilização monetária e atrair investimentos externos, caso em que foi bem sucedido. Tal projeto veio com a abertura comercial e financeira, além das privatizações para a redução do Estado, e das

políticas monetária e fiscal rígidas que diminuíram o poder de manobra do Estado e as taxas elevadas de juros. Com efeito, “a apreciação cambial (paridade do real com o dólar) e a abertura comercial estimularam importações que auxiliaram a conter os preços, mas comprometeram a indústria nacional”, já que não conseguiram competir com as importações, gerando desequilíbrios comerciais mitigados por investimentos estrangeiros em ativos nacionais e privatizações, ao passo que se nutriam do aprofundamento da política de exportação de produtos primários.

Contudo, a cereja do bolo foi a atração de capital especulativo a partir “da abertura do mercado brasileiro de títulos públicos lançados e cotados no exterior”, colocando o Brasil como emissor de capital fictício. E junto desse conjunto de medidas que favorecem o domínio financeiro exterior em detrimento das contas nacionais, foi instalada outra engrenagem referente ao ajuste estrutural, negociado junto ao FMI em meio à crise de 1999, quando Fernando Henrique Cardoso (FHC) iniciava o seu segundo mandato. Impôs-se, então, a lei de responsabilidade fiscal, que “estabelece uma hierarquia no gasto orçamentário, consagrando prioridade máxima aos credores financeiros em detrimento de políticas sociais e investimento público”. Esse projeto converteu o Brasil “em plataforma de valorização de capital financeiro internacional” (SANTOS, 2018).

Em meio a esse plano, Lula é eleito em 2002 a partir da Carta ao povo brasileiro. Tal carta simbolizou um acordo entre uma economia neoliberal e os movimentos sociais e dos trabalhadores, marcando o estabelecimento hegemônico progressista neoliberal, ou melhor, do progresso de acumulação. Nas palavras de Celso Furtado (2008, p. 107), que já colocava o progresso como um braço do capitalismo global em 1978, “a ideia de progresso foi principalmente usada com vistas a favorecer um pacto social com interesses antagônicos”. A carta de Lula ao povo brasileiro foi, assim, uma reprodução do mesmo pacto que engendrou a industrialização dependente no Brasil, no qual agentes políticos e econômicos internos se amasiavam com interesses externos e se fortaleciam por meio da ideologia de desenvolvimento baseada em critérios de competitividade internacional.

Segundo Santos (2018), o Lulismo mostrou-se fiel ao compromisso com o capital financeiro exterior, e teve seu desenvolvimento embasado na competição internacional, o qual foi implementado por meio de medidas como “processos de liberalização, desregulação e privatização, Lei de Responsabilidade Fiscal, superávits primários, limite ao endividamento do setor público, flexibilização das relações de trabalho, redução e cortes de direitos adquiridos”. Todavia, na visão do escritor, a medida mais significativa e responsável por firmar o projeto progressista neoliberal foi em relação à previdência do setor público, a qual passou

do “modelo da previdência social para as previdências privadas e rompeu com a ideia de solidariedade geracional” em prol de um modelo individualista – cada qual com sua conta – associando o trabalhador aos mecanismos de risco do mercado financeiro. Ou seja, o trabalhador perde seu vínculo de solidariedade com as gerações aposentadas para se aliar a interesses especulativos do mercado financeiro internacional.

E, por essa via, avançou o governo petista, a fim de conciliar o elemento externo ao liberalismo econômico, onde por meio de incentivos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES), o governo aplicou a política das “campeãs nacionais”, com o objetivo de internacionalizar as principais empresas de capital nacional consideradas internacionalmente competitivas. Como exemplo, pode-se citar a JBS, que recebeu 6 bilhões de reais e se tornou a maior produtora de carne no mundo; a Votarantim Celulose que recebeu 2,4 milhões para adquirir a Aracruz Celulose, formando a Fibria; ou o financiamento de 1,5 bilhão para a fusão entre a Sadia e a Perdigão, gerando o grupo Brasil Foods, o maior exportador de frangos do mundo; e ainda o financiamento do setor da construção civil, que espalhou negócios por toda a América Latina e África lusitana e se beneficiou do Programa Minha Casa Minha Vida junto ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) (SANTOS, 2018).

Entretanto, tal projeto não passou de 2014, devido aos escândalos de corrupção que emergiram, agregados à desaceleração do crescimento provocado pelo arrefecimento do mercado de commodities, motivo pelo qual a capacidade do BNDES e do governo foram impedidas de continuar investindo nas “campeãs nacionais”. Junto a esse revés, também houve a dúvida sobre sua eficiência, em consequência de algumas empresas passarem para o controle internacional após serem beneficiadas pelo BNDES, como foi o caso do conglomerado AMBEV, que passou a ser controlada por uma corporação belga; ou a usina de etanol Santa Elisa, absorvida pela LDC Dreyfuss, empresa francesa; assim como a Alumar e Alunorte vendidas para a Norsk Hydro pela Vale. Diante desse cenário, houve uma baixa no quadro geral da industrialização brasileira, que desde 1985 tem queda em sua participação no PIB, à exemplo do ano de 2013, passando de 35,88% para 13,13%. No entanto, o consumo de produtos importados cresceu de 6% em 1996 para 21,7%, enquanto a exportação de commodities chega a 64,4% das exportações nacional. E não para por aí, parte das empresas se aproveitaram de “crédito a longo prazo para reduzir custos de capital, ou mesmo para lucrar por meio da manipulação das taxas de juros, investindo o dinheiro emprestado na compra de títulos do governo, à pagarem por juros mais altos (SANTOS, 2018 p.109)”.

Tal investimento, levado a cabo pelo Brasil durante os governos de Lula, mostra

o viés distributivo desse projeto progressista que favoreceu corporações transnacionais que, por sua vez, monopolizaram um contingente enorme de poder e recursos, por meio de fusões ou laços de propriedades milionários. Isso desfavoreceu a competição no mercado produtivo nacional, além de operar como um dreno canalizando e concentrando os recursos para um regime de acumulação global e, assim, embarcou no desenvolvimento baseado na competição no exterior (SANTOS, 2018).

Segundo Furtado (2008), o mercado produtivo e financeiro global tem o poder de inserir todos os países que nele embarcam aos critérios homogeneizantes do capitalismo global, hoje liderado pelos EUA, transformando culturas que não possuem vínculos mais profundos com o consumo em meros consumidores aculturados:

Privados progressivamente de memória histórica e senso de identidade, referidos a um sistema de medidas concebido para fins da acumulação, os povos atraídos pela via indireta para a civilização industrial passaram ser classificados, ordenados, etiquetados, transfigurados em entidades abstratas cujo comportamento se explica exhaustivamente a partir de um número limitado de dados. Posto que se concebe “desenvolvimento” como uma performance internacional – ignorando-se o custo da acumulação em termos de valores culturais próprios –, a história dos povos passa a ser vista como uma competição para parecer-se com as nações que lideram o processo acumulativo. Os meios sugeridos para alcançar esse objetivo, sempre fugaz, não terão sido muitos: todos passam idéia de aumento de poupança e/ou criação de condições capazes de atrair recursos externos. Essa doutrina serviria de cobertura para os investimentos diretos estrangeiros, mediante os quais as atividades produtivas dos países dependentes viriam a ser controladas do exterior. Se o objetivo estratégico é acelerar a acumulação, todo aporte de recursos forâneos é positivo. Pelo mesmo caminho justificase a concentração da renda: são os ricos que tem capacidade de poupança. A idéia de Progresso que adotam as minorias privilegiadas e a racionalidade das empresas transnacionais convergem para acelerar a diversificação e sofisticação do consumo, em detrimento da satisfação das necessidades essenciais do conjunto da população (FURTADO, 2008, p.106).

Pinheiro-Machado (2019, p. 99 e 100) explica também que, apesar dos avanços sociais do governo petista – em relação ao combate à pobreza e à fome (que ia sendo quase eliminada), à mobilidade social, e à queda do desemprego – suas políticas sociais focadas na inclusão pelo consumo fizeram com que a população se distanciasse cada vez mais da política, o que condicionou a sociedade civil a um processo de individualização pautado pela busca do reconhecimento e da inserção social por meio do consumo, e na incorporação do mercado em todas as esferas da sociedade acarretando o esvaziamento do tecido político. Conforme as

palavras da autora: “Nesses anos acompanhando os “novos consumidores”, vimos os espaços coletivos minguaem, os bens públicos se degradarem e o tio do pavê se achar superior a seus vizinhos por comprar um carro”, fato que distanciou paulatinamente o Estado da população que se encontrava cada vez mais despolitizada e individualizada. “Aos poucos, houve uma gradual desmobilização das bases petistas e da lógica coletiva. Mas isso não era um problema enquanto a economia ia de vento em popa”.

Todavia, Pinheiro-Machado (2019) explica que existe o outro lado dessa moeda: num país com tradição servil e historicamente apartado pela desigualdade de renda, o ato de a massa adquirir bens ligados ao status social de uma elite recalcada, confunde-a por verem seus símbolos de riqueza perderem a exclusividade, ou o valor e, por isso, fazem-na se sentir ameaçada pelo rompimento das relações servis herdadas da escravidão, o que leva a reações devastadoras. Com isso, há outra face da inserção pelo consumo: o viés da insubordinação. Para explicar melhor esse oximoro dentro da inserção pelo consumo que o Brasil experimentou, a socióloga já citada, lança um exemplo de uma de suas entrevistas:

Kátia prosseguiu falando dos óculos: “Eu ponho meu Ray-Ban e subo no elevador social de cabeça bem erguida”. Em um ato microscópico, ela contestava a segregação social e racial dos espaços em que transitava. Isso também ocorreu na época dos rolezinhos. Nossos interlocutores não eram mais meninos de gangues que, anos atrás, assaltavam na calada da noite para ter um boné. Eles se orgulhavam de estar trabalhando e gostavam de ir ao shopping, no qual entravam pela porta da frente, como faziam questão de enfatizar (PINHEIRO-MACHADO, 2019 p. 101).

Contudo, a visão de Furtado (2008) sobre o progressismo baseado nos princípios burgueses de acumulação e no racionalismo mercantilista foi implementado para cimentar, dentro da sociedade brasileira, um senso comum que só mantém empregos, alta produtividade e a articulação econômica se passassem pelo crivo da acumulação. É a famosa “lenda de crescer o bolo para poder repartí-lo”. Tal compreensão, só foi incorporada em uma sociedade como a brasileira, cheia de antagonismos sociais e estruturalmente instável, onde a população é levada ao desespero pela exploração e opressão, afetada por diversas contradições internas, a partir do momento em que se canalizaram e institucionalizaram recursos para “educar” os membros da coletividade, a fim de uniformizar o pensamento das pessoas no sentido de aceitarem a “superioridade” dos critérios racionais, para estabelecer assim uma nova visão de mundo em que se prevalecesse a estabilidade ao caos. Isso se daria com a ideia de interdependência entre classes e grupos antagônicos, ou seja, um projeto direcionado a manter a ordem pelo progresso,

o qual a escola exerceu e ainda exerce um papel fundamental.

E foi justamente nesse nessa onda que o “modo lulista de regulação do conflito social” se ancorou. Uma vez eleito à presidência em 2002, o PT se esqueceu da construção coletiva e da inclusão social. Como se demonstra no caso destacado por Pinheiro-Machado (2019) e Santos (2018) sobre a Política do Orçamento Participativo (OP) deixada de lado durante os mandatos dos governos petistas, entre os anos de 1990 e 2006 em Porto Alegre, “durante os governos do PT, as reuniões do OP eram um canal fundamental de mobilização social. Seu maior legado foi fomentar o espaço coletivo, dando à mulher pobre a oportunidade de pegar o microfone e falar sobre suas prioridades”. Nessa conjuntura, os governos do PT se configuram no exemplo de política a qual minou a força autônoma das organizações e movimentos sociais, em prol de uma governabilidade fundamentada nas práticas profissionais de política. Uma vez enquadrada na estrutura de governo, ou aparelhada, a força de luta dessas organizações foi enfraquecida, fato que gerou uma liberdade de manobra muito grande por parte do governo. E dessa “liberdade” de governança surgiram as alianças com partidos fisiológicos como o PMDB, hoje MDB, de Michel Temer, articulador do golpe político em 2016, e de escândalos ligados à corrupção, como é o caso do mensalão em 2005 e da Lava Jato, a qual merecia um capítulo à parte. A adesão da Central Única dos Trabalhadores (CUT) neste projeto fechou o acordo que, por sua vez, engajou uma organização que luta contra o neoliberalismo e como uma peça dessa máquina, operando com fundos de investimentos.

O pacto lulista funcionou bem durante o ciclo expansivo da economia, como já citamos em linhas anteriores, tendo perpassado pelos dois mandatos do presidente Lula e pelo primeiro da presidenta Dilma. Durante esse período, o escritor e historiador Santos (2018, p. 125) destaca algumas dinâmicas – emprego, elevação do salário mínimo e ensino superior – as quais assentaram a formação desse acordo, durante o ciclo expansivo da economia nacional, e traça um aspecto em comum entre elas, seu caráter conservador e mercantilista, no qual os interesses do mercado sempre estiveram por trás de quase todos os avanços sociais conquistados durante esse íterim. Ou seja, setores da economia como as empreiteiras, o agronegócio, as mineradoras e o ensino superior privado, canalizaram recursos da União direcionados às políticas sociais, para a acumulação no setor privado; dessa maneira o próprio setor econômico privado foi o que mais se beneficiou dessas políticas, em detrimento das pautas sociais e da população que mais necessita desse investimento. Nesse processo, a população pode até ter garantido alguns direitos, como a moradia, acesso ao crédito, vaga em universidade, entre outros, contudo, o avanço não foi suficiente para reverter o quadro social e também não se sustentou ao longo do tempo. Nas palavras do professor Santos: “enquanto algumas famílias

comeram mais, outras tiveram um filho na universidade pela primeira vez. Todas sonharam em deixar a senzala, embora não juntas.”

Para evidenciar um pouco mais as relações entre o Estado, as políticas públicas e o capitalismo, isto é, da hegemonia secular mercantilista e antropocêntrica do “desenvolvimento” baseado no crescimento econômico, vamos adentrar um pouco em cada um dos três eixos que participaram da dinâmica do pacto lulista.

Quando se fala de esperança nessa fase petista do “desenvolvimento” brasileiro, pode-se dizer, segundo Pinheiro-Machado (2019, p. 102), “de uma esperança precária”, pois essa expectativa nunca superou o consumo de produtos que, quando isolados, não tinham a capacidade de ser um vetor sustentável da mobilidade social, uma vez que muitos brasileiros não tiveram acesso à mobilidade urbana, ao atendimento médico, à moradia, à educação, ao saneamento básico, à segurança, entre outros serviços essenciais a uma vida digna de qualidade, sendo que, o aumento do salário ou o emprego adquirido não foram capazes de prover uma renda apropriada para adquirir todos esses serviços básicos deficientes no quadro da conjuntura nacional. Situação que fica clara a partir das pesquisas de campo, as quais antropóloga citada, realiza na periferia de Porto Alegre:

Basta relembrar a história de Zeca, cujo prazer de ser chamado pelo nome após ter realizado uma compra cara veio em meio a uma narrativa que enfatizava que ele quase havia morrido na fila do SUS. Dona Neli, 57 anos, trabalhadora doméstica e mãe de 16 filhos, sempre dizia que as meninas da favela engravidavam cedo e que os meninos morriam pelo tráfico. Ela não poderia dar uma casa ou pagar universidade para as crianças, então comprava roupa boa, porque “dignidade na aparência é só o que posso dar”. O pessimismo da narrativa não podia ser mais preciso: seu filho, Betinho, aquele mesmo que dizia que seu boné da Nike era uma capa de super-herói, foi assassinado com 12 tiros em uma chacina do tráfico. O Brasil mudava rapidamente para melhor, mas também é verdade que as estruturas racistas, classistas e violentas se mantinham quase inalteradas (PINHEIRO-MACHADO, 2019, p.102).

Tal conjuntura, em grande parte, foi construída em razão da lógica mercantilista impregnada no modelo de governança do país ao longo de sua história, não tendo sido muito diferente com o governo do PT. Muito se falava da nova classe média criada durante o lulismo, no entanto os empregos gerados nessa época apenas aumentaram a base da pirâmide social, já que eram de baixa remuneração (a maioria não passava de um salário mínimo e meio) e mais focalizados naqueles que, historicamente, sobrevivem com pouco, ou seja, “aqueles que são discriminados no mercado de trabalho: mulheres, negros e jovens”. Sendo o setor de telemarketing o que mais empregou nesse contexto. Além do mais, essa população, quando tem

aumentado o seu salário, imediatamente amplia o seu consumo e, por isso, não consegue formar uma poupança. Permitindo-se chegar à conclusão de que o aumento real nos salários de tais pessoas é crucial. Entretanto, quando se tem uma política de valorização do salário mínimo atrelado “à inflação e à variação do PIB” ela apenas funciona em momento de crescimento econômico, tornando-se inócua fora desse contexto (SANTOS, 2018, p. 118 e 119).

Furtado (2018, p. 108) coloca que uma visão estritamente economicista de desenvolvimento é aquela que designa o “desenvolvimento como performance internacional”, ou progressismo de acumulação, que por sua vez age de forma isolada das estruturas sociais, a partir de um pacto entre grupos internos e externos – em favor de seus interesses acumulativos – e que ignora os segmentos sociais e econômicos conflitantes da sociedade, de forma a transportar um estilo de vida material originado fora do seu contexto cultural. Dessa forma, o transplante da civilização industrial é uma importação de comportamentos imitativos e adaptativos que se confundem com o imobilismo social, pois dentro desse projeto importado, com seus processos formadores e dinâmicas constitutivas originais de outro lugar, o transplante cultural coloca os trabalhadores locais como “uma massa de “recursos produtivos” enquadradas na lei de mercado”. Os conflitos sociais, longe de serem uma fonte alimentadora da criatividade política, são percebidos como forma de desperdício de energia da sociedade, sendo que o autoritarismo é um prolongamento importante para impor essa concepção.

Além do exposto, Santos (2018) também explica que a taxa de valorização do salário aplicada no governo FHC foi de 42% no valor real do salário mínimo, entre o período de 1994 a 2002 e, no governo do PT, de 75,6%, entre 2003 e 2014, numa sociedade que necessitava de um salário ideal quatro vezes maior para levar uma vida digna dentro do capitalismo, não foi suficiente para dar ao Brasil a mudança estrutural que tanto precisa a fim de diminuir drasticamente a desigualdade e a segregação social ainda latentes neste país. Aliás, ocorreu um significativo retrocesso nas condições de trabalho, conforme explica o autor citado:

Constata-se uma elevação da taxa de terceirização nas empresas, o aprofundamento da flexibilidade da jornada de trabalho, um aumento na taxa de rotatividade do emprego e um crescimento dos acidentes e mortes no trabalho – indícios de uma deterioração da qualidade do emprego criado (SANTOS, 2018, p.119).

Isso significa que a estabilidade dessas pessoas está totalmente atrelada ao crescimento econômico, já que não foi gerada uma expansão da capacidade e da autonomia da população, principalmente de baixa renda, por meio de estruturação territorial e engajamento político, a qual colocaria as pessoas como peças atuantes no direcionamento e aplicação dos

recursos, como é o caso, por exemplo, do Orçamento Participativo, situação essa que põe as pessoas à mercê das oscilações da economia internacional.

Sendo assim, quando se instalou a crise em 2014, desdenhada pela esquerda – a marolinha de Lula virou um tsunami –, a população de menor poder aquisitivo foi a que mais sentiu os efeitos da vulnerabilidade brasileira em relação ao sistema financeiro mundial. Com isso, em meio a esse projeto, o povo brasileiro estava com mais dificuldade para encontrar trabalho, endividado (num sistema bancário com os maiores juros do mundo) e carentes de sonhos e esperança. E, para piorar, o aumento da violência roubou o resto de dignidade que existia na vida do cidadão pobre. Dessa forma, numa sociedade com ausência de políticas públicas, a “angústia, a violência e o desalento cotidiano foram vividos de maneira individual, já que os fóruns comunitários foram esvaziados”. O que restou foram escândalos de corrupção noticiados por uma mídia hegemônica que só batia no PT, além das igrejas evangélicas dando alento e “um candidato autoritário prometendo, pelo WhatsApp, revolucionar o país” (PINHEIRO- MACHADO 2019, p. 103). Destarte, essa fragilidade do desenvolvimento o torna insustentável, ou seja, as mudanças nas estruturas sociais acontecem mas não são capazes de superar os problemas gerados por períodos passados, o que favorece as elites nacionais tradicionais e reforça o edifício da desigualdade e o apelo ao autoritarismo para aprofundar os direcionamentos políticos e econômicos, vinculados com interesses estrangeiros e alheios ao coletivo populacional.

Continuando com Santos (2018, p. 121) e o pacto neoliberal progressista, que expõe sobre as vagas universitárias criadas nos governos do PT, 90% das 8 milhões pertenciam às universidades particulares. E, num universo em que a oferta de cursos superior subiu 78,5% abarcando 792 municípios, o orçamento para educação, em 2015, foi rebaixado em 17,7 bilhões de reais, ao mesmo tempo que a lógica assumida por esse projeto foi a de financiar o estudante através do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e do Programa Universidade para Todos (Prouni) em faculdades privadas, tendo o governo desembolsado 5,8 bilhões para o primeiro e 12,3 bilhões para o segundo. Outro produto desse modelo foi a criação de 14 novas universidades federais e 100 novos campus, por meio do programa de Expansão das Universidades Federais (Reuni), vigente de 2003 a 2012, o qual possibilitou o aumento de 60% dos cursos presenciais em programas de graduação, porém imersos em uma precariedade notória que acarretou duas extensas greves em 2012 e 2015. Os jovens estudantes que pleiteavam disputar empregos com remuneração acima de um salário mínimo e meio, perceberam que “o trabalho precário, originalmente provisório, tornava-se permanente”, o que faz com que a “precariedade deixe de ser um degrau e se torne uma parede”. Dessa forma “a

vida torna-se angustiante, no sentido etimológico da palavra: comprimido, estreito, estressado”.

Em meio a esse cenário, as cidades brasileiras refletiam e, ao mesmo tempo, provocavam uma angustia latente no povo sufocado pela realidade incerta. Pinheiro- Machado (2019, p. 112) relata que, no Morro da Cruz em Porto Alegre, o lixo tomava conta das ruas, os ambientes públicos estavam “entregues às traças” e o sistema de saúde super lotado, nada fora do comum dentro das vidas que ocupam as periferias deste país, “vidas que agonizam para que os bens públicos funcionem”.

O lixo tomava conta de uma área do Morro da Cruz, periferia de Porto Alegre. Os moradores pediram de todas as formas que o caminhão do lixo passasse lá e recolhesse o material, porque a situação sanitária já estava crítica. O mesmo ocorreu com a pracinha abandonada, com o poste caído, com a goteira da escola e com o buraco no asfalto. A vida dos locais consiste em esperar para serem atendidos na fila do SUS e ter seus filhos sem escola. Em uma das maiores áreas periféricas de uma capital brasileira, simplesmente não há uma escola de ensino médio. Faltam creches. A conexão também é ruim, porque as empresas provedoras de internet não acham lucrativo disponibilizar rede no topo do Morro (PINHEIRO-MACHADO, 2019, p. 111).

E assim segue a vida da maior parte da população tupiniquim, uma vez que o governo pactua com as grandes corporações e com o crescimento econômico, isola o povo e restringe o desenvolvimento a uma lógica economicista, na qual tudo se resume à prática do “bom negócio”. Segundo Santos (2019, p. 122 e 123), o programa “Minha Casa Minha Vida” é outro exemplo claro desse projeto, pois encara a cidade como uma marca, ou um plano empresarial, em que as políticas sociais “se convertem em tecnologias de gestão de massas urbanas empobrecidas” e a governança é focada em “convencer o capital imobiliário a atender os mais pobres”. Nesse caso, o governo teve a intenção de transformar o sem-teto num cliente, ou seja, num consumidor que angaria lucros a partir de um negócio rentável entre trabalhador e capital imobiliário, já dando pra imaginar quem sairá lucrando nesse trato.

A partir desse modelo de desenvolvimento, o racionalismo mercantilista está presente em todas as suas dimensões e, por isso, o setor privado monopoliza o projeto “desde a política de terras até o padrão de urbanização, passando pelo local e a tecnologia construtiva”. Doravante o momento em que o controle do setor imobiliário domina o projeto, a lógica da autoconstrução e dos mutirões desaparece, junto com o plano da reforma urbana, no seu sentido substantivo, o qual encara a cidade como um organismo constituído por diversos elementos interdependentes. Isso significa ter a mobilidade urbana como um direito fundamental e crucial para que a população possa ter acesso à cidade, garantia essa que no “meio de acesso a outros

direitos, foi uma das dimensões sepultadas com essa problemática. Assim como não se questionou a propriedade do solo, não se problematizou a catraca” (SANTOS, 2018, p.124).

Com a questão agrária não foi diferente. As medidas tomadas foram todas voltadas a fortalecer o agronegócio, inclusive a reforma agrária que, por sua vez, foi feita como um dos braços da monocultura e não atingiu os latifúndios, fato esse que confrontou a realidade dos movimentos populares organizados no campo, como é o caso do MST. Em contrapartida, o governo acoplou líderes do movimento em sua estrutura de poder, porém em cargos de baixo escalão e espalhou o Bolsa Família na base do movimento (SANTOS, 2018). Souza (2011) esclarece que a agricultura familiar emprega cerca de 12,3 milhões de pessoas, o que diz respeito a 64,4% dos trabalhadores rurais e contribui com 38% (54,4 bilhões) do valor total produzido pela agropecuária brasileira. Contudo, encontra-se defasada em vários aspectos: desprovisionamento de terra, ausência de assistência técnica, carência de recursos financeiros, dentre outros. Tal situação cria um ciclo vicioso que impede o produtor de custear a safra e investir na propriedade, pois faz aumentar seus lucros mas não realizar novos investimentos, vetores esses que são limitantes para o aumento da renda do agricultor e o colocam à margem do sistema econômico, como uma subclasse do agronegócio. Houveram ainda mudanças nas políticas de créditos direcionadas à agricultura familiar no Brasil, resultantes no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996, no governo FHC e aprofundadas no governo Lula. Entretanto, fatores como a abrangência do programa, a concentração regional dos recursos, sua monopolização entre os agricultores mais capitalizados, entre outros, têm sido evidentes, além da baixa aderência entre os estabelecimentos familiares, já que menos de 20% obtiveram o financiamento em 2006.

Outro ponto a inferir foi a implementação das medidas antipopulares como a liberação da comercialização das sementes transgênicas, através da Lei de Biossegurança em detrimento das práticas agroecológicas relacionadas à produção das sementes crioulas, as quais, por sua vez, resgatariam a autonomia do agricultor e agricultura familiar, ao passo que eles próprios produzem suas sementes aclimatadas ao seu território. Conforme aponta o autor, foi implementado também “o Programa Terra Legal, que legalizou a grilagem, o desmanche do Código Florestal e as obras de infraestrutura voltadas a potencializar o agronegócio referidas ao PAC e à IIRSA” (SANTOS, 2018, p.124).

No que diz respeito ao PRONAF, sua limitação vai além da pequena porcentagem de agricultores familiares enquadrados no projeto, pois o incentivo favorece apenas as famílias já assentadas, resultando no isolamento e desamparo das “famílias sem-terra acampadas, dos agricultores pauperizados e do trabalhador agrícola em geral”. A regra dos

incentivos ao pequeno agricultor não tem paridade com os movimentos sociais e na maioria dos casos fomentam a monocultura, visto que “metade dos créditos liberados entre 2003 e 2011 foi destinado a plantios de milho e soja” (SANTOS, 2018, p. 124).

À medida em que o território nacional dispõe de aproximadamente 340 milhões de hectares de terras agricultáveis, 50% delas são destinadas unicamente a pastagens, onde cerca de 212,8 milhões de cabeças de gado pastam, (94,5% criados em sistemas extensivos), resultando em apenas uma cabeça de gado por hectare. Junto a esse problema, vem o monocultivo da soja, da cana-de-açúcar e do milho, os quais somados monopolizam 80% da produção agrícola nacional e 56,5% da renda nacional oriunda da agricultura. Tal situação favorece a concentração de terra, renda, políticas e financiamentos direcionados a esses setores da agronegócio (BERNAL, 2015). Em outras palavras, a alta desigualdade na distribuição da posse da terra no Brasil torna-se clara e cristalina quando se identifica a grande concentração da área total agrícola ocupada por estabelecimentos de tamanho maior ou igual a 100 hectares. Os latifúndios monoculturais somam um contingente ínfimo de apenas 9,6% dos estabelecimentos agrícolas do país, mas ocupam 78,6% da área total direcionada à prática agropecuária, ao passo que aqueles com área menor a 10 hectares são mais de 50% dos estabelecimentos e ocupam somente 2,4% da área total (BRASIL, 2010). Essa realidade mostra a perpetuação das bases coloniais no Brasil contemporâneo, responsável por demasiada desigualdade fundiária vigente na posse da terra dentro do território brasileiro.

Dessa maneira, o jeito lulista de governar manteve a ordem a partir do pacto progressista de acumulação, que acarretou no aprofundamento do capitalismo neoliberal e expôs a economia, a política e a sociedade ao controle do capital corporativo transnacional, como também levou a cabo uma política baseada na Divisão Internacional do Trabalho, alavancando a participação da agricultura latifundiária e monocultural para exportação. Tentou também diluir os antagonismos da sociedade brasileira, sobrepondo o capital em face das políticas públicas que deveriam fortalecer a atuação e autonomia das organizações sociais que, historicamente, encampam a luta contra as desigualdades geradas pelo “desenvolvimento nacional”, e assim, atenuar às contradições sociais geradas com a construção do Estado moderno.

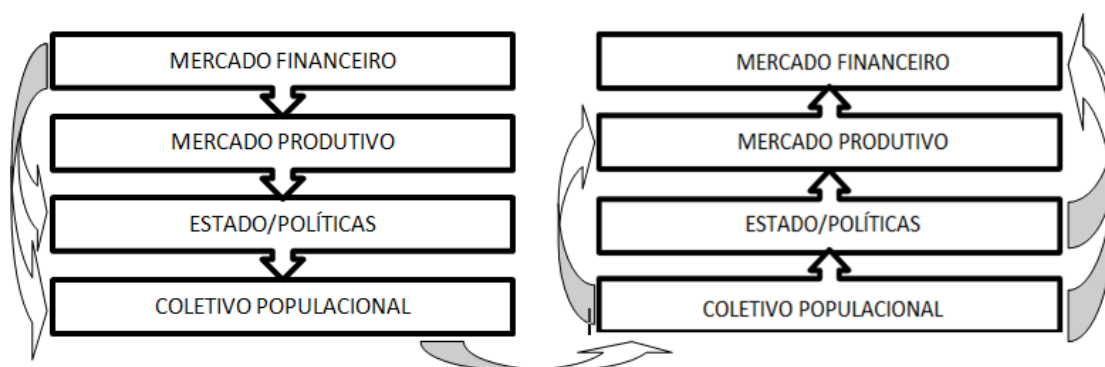
Atravessando campo e cidade, pretendeu-se aliviar a contradição entre integração social e superexploração do trabalho, substituindo a luta por direitos pela capitalização dos pobres. A expansão do Bolsa Família e de empregos baratos articulou-se à expansão do crédito popular e do ensino superior privado para tecer um horizonte de inserção individual, mediado pelo consumo. O sonho da mobilidade social alentou o precariado como uma condição passageira, que teve como piso o Bolsa

Família e, como pé direito, o ensino superior privado. O crédito popular alimentou sonhos de consumo e de ascensão profissional, bem como a casa própria (Minha Casa Minha Vida) e a lavoura mercantil (Pronaf). Entretanto este esforço em contornar as contradições que tensionam a sociedade brasileira, como se fosse possível erradicar os males sem mexer nas raízes, revelou-se uma quimera, que começou a se desmanchar em junho de 2013 (SANTOS, 2018).

Todas essas questões levantadas poderiam ser melhor detalhadas e aprofundadas, a fim de analisar seu impacto nas famílias beneficiadas por tais iniciativas. No entanto, como queremos neste trabalho destacar o modelo de governança levado a cabo por um projeto de desenvolvimento manobrado pela hegemonia da in-sustentabilidade e evidenciar suas limitações em relação à ampliação da democracia, através da abertura de caminhos para maior participação popular nas tomadas de decisão que dizem respeito à mudança do seu próprio contexto, no quadro do desenvolvimento, iremos nos limitar a isso.

A partir de toda concepção referida ao longo desta dissertação, percebemos que a sociedade encontra-se em meio a uma estrutura de canalização e concentração de poder e de recursos grosseiro e evidente. A estrutura (Figura 6) a que nos referimos se faz toda segmentada e hierarquizada, e seus fluxos de poder e de controle obedecem ao imperativo do crescimento econômico, que por sua vez, canalizam recursos para o mercado, tanto produtivo quanto financeiro. A Figura 6 é um esquema que ilustra bem a estrutura predial de poder e de controle de recursos que se arma em favor do 1% mais rico do mundo.

Figura 6 – Estrutura predial hierárquica e segmentada de canalização e controle do poder – primeira coluna – e de recursos – segunda colula.



Fonte: ELABORADA PELO AUTOR

Percebe-se, então, por meio da Estrutura predial hierárquica e segmentada de canalização e controle do poder (primeira coluna) e de recursos (segunda colula) simplificada,

que o coletivo populacional (sociedade civil) – super-explorado – é o último na hierarquia do poder e, ao mesmo tempo, a base de recursos para a produção de excedentes (força de trabalho) que, por sua vez, configura-se como o sustentáculo da acumulação no topo, tanto pelo Estado, como pelo setor produtivo e, por fim, pelo mercado financeiro. Esse último tem seu poder de controle expandido por todo o planeta, conforme evidenciamos no tópico sobre “The Network of Corporation Global Control”.

É possível observar, nessa arquitetura predial, que o sistema financeiro está no topo da hierarquia de comando e no topo da concentração de recursos, estrutura a partir da qual, pode-se colocar a população como agente que se adapta a planos sustentados pelo Estado e pelo mercado que, por seu turno, favorecem agentes econômicos, como é o caso dos arranjos direcionados a políticas públicas, destacados ao longo deste capítulo. Destarte, percebemos que, dentro da governança mundial e nacional, o controle do poder e a concentração de riquezas são duas partes do mesmo corpo estrutural, mas também levamos em consideração que dentro dos 99% destacados pelas manifestações do movimento occupy wall street, a população preta e parda que reside na periferia, junto às comunidades tradicionais e aos povos indígenas, além da comunidade LGBTQ+, são aqueles e aquelas que mais sofrem com tamanha desigualdade de poder e de renda.

Um exemplo claro que evidência essa estrutura segmentada de fluxos canalizados e direcionados de controle, poder e recursos, foi quando Barack Obama ocupava a cadeira presidencial dos EUA, e, mesmo sendo o homem mais poderoso do planeta, teve que ceder ao mercado financeiro após a crise de 2007 e 2008. Segundo Frazer (2020, p. 46), esse foi um “dos piores desastres de política externa da história dos EUA”, tendo, por isso, feito o mundo enfrentar a “pior crise financeira desde a Grande Depressão – e um quase colapso da economia mundial”. No seu entendimento, o então presidente poderia ter aproveitado a chance para angariar apoio político do coletivo populacional e, com isso, deslocar o eixo político para longe do neoliberalismo.

Em vez disso, ele confiou à economia às próprias forças de Wall Street que quase a haviam destruído. Definindo a meta como sendo a “recuperação” (em oposição à reforma estrutural), Obama despejou enormes resgates em dinheiro nos cofres dos bancos “grandes demais para fracassar”, mas não conseguiu fazer nada comparável em favor de suas vítimas: os 10 milhões de estadunidenses que perderam suas casas para as execuções de hipotecas durante a crise (FRASER, 2019, p.46 e 47).

Constata-se, então, que a “evolução” da sociedade ou seu “desenvolvimento” são formados por diversos elementos. Porém, o seu fator econômico acumulativo – de ordem primária, como a casa grande, ou de monta nos recursos produtivos modernos – sempre foi dominante. Isso decorre do fato de o progresso compelir o Estado a pactos de interesses divergentes, a fim de manter a ordem por meio de poderes de dominação inflados por redes de controle mundial, que manipulam uma era de crises sinérgicas, civilizatórias e sistêmicas enfrentadas por toda a humanidade. Nesse contexto, a hegemonia desse projeto, ao longo da sua história secular, mantém um cenário cheio de desequilíbrios instalados por toda parte do planeta, formando uma sociedade que busca o “desenvolvimento” nos moldes da performance/competitividade internacional, cujo resultado foi a conservação das estruturas tradicionais de poder, tanto quanto a desigualdade social e política no Brasil.

Para tanto, é necessário questionar se esse é o futuro que desejamos atingir e, com isso, alguns questionamentos se fazem de grande importância: Será que esse é o ideal de desenvolvimento a ser alcançado e implementado no Brasil?; O planeta suportaria Norte e Sul global desenvolvidos nos moldes capitalista de acumulação?; O próprio sistema capitalista global permitiria a coexistência do Norte e Sul globais em níveis iguais de desenvolvimento?; Respeitaria a força criativa de mudar contextos dentro da lógica imperialista de mercado?. Mais uma vez, a resposta é: há evidências que não.

CAPÍTULO 4: A QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL

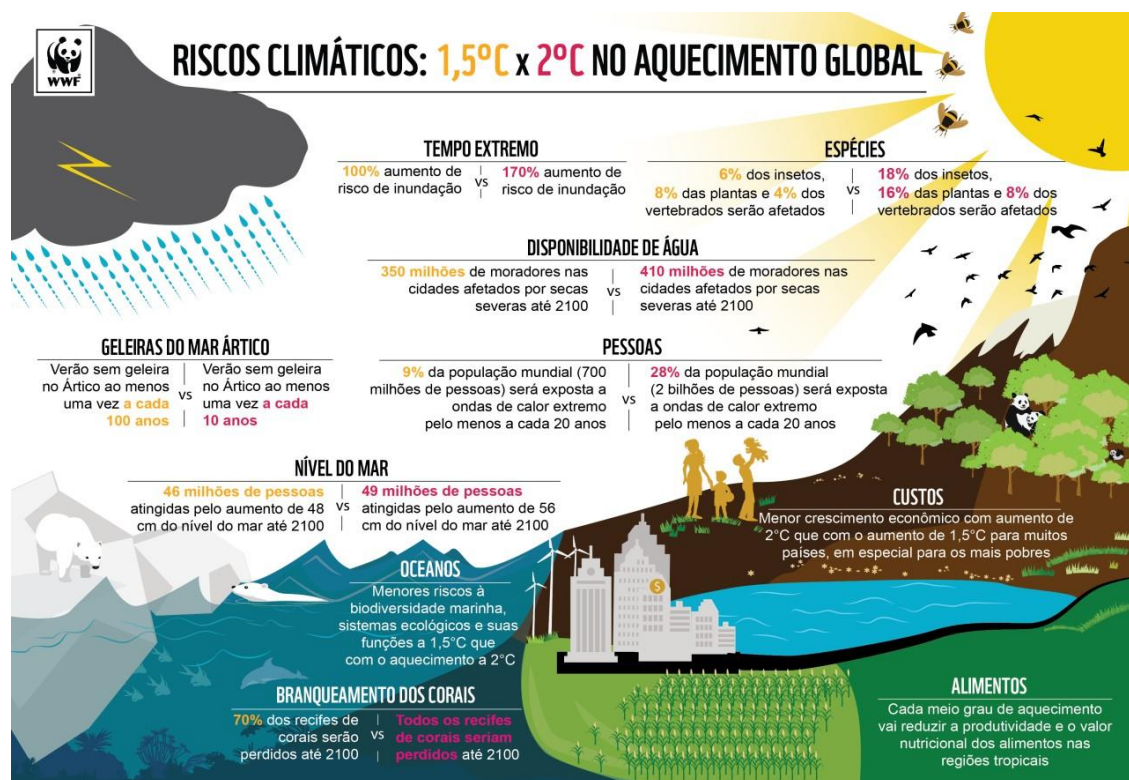
4.1 A CRISE AMBIENTAL E OS POVOS INDÍGENAS E TRADICIONAIS

O pensador do desenvolvimento sustentável, Eduardo Gudynas (2019, p. 11 e 12), alerta-nos sobre o avanço insuficiente do reconhecimento da “questão ecológica na promoção de leis e instituições para abordá-la” no quadro do desenvolvimento brasileiro, pois nota-se facilmente a contínua degradação do meio ambiente em território nacional, como também em escala global. Percebe-se, nesse sentido, duas grandes regiões ecológicas que estão ameaçadas de total artificialização nas próximas décadas – Cerrado e Caatinga –as quais, segundo o autor, repetirão “o que ocorreu há um século, com o quase desaparecimento da Mata Atlântica”. São esses problemas regionais, agregados a outros em escala continental e global, que escancaram o cenário adverso e urgente em relação à Natureza e às mudanças climáticas.

Nesse sentido, a Figura 7, elaborada pela WWF, se mostra muito didática. Por meio dela são expostos os efeitos globais e regionais dos riscos climáticos caso a temperatura global suba 1,5° C, num cenário mais otimista, ou 2° C numa hipótese mais pessimista. Contudo, em ambos os casos, a degradação do meio ambiente, que já é bastante séria, será muito pior, com impactos graves que atingirão praticamente todos os níveis da vida no planeta Terra, tanto a humana urbana quanto a Natureza. E, dentre os impactos deletérios causados pelas mudanças climática, podemos citar diversos, como o aumento do risco de inundações, perda de espécies, falta de água, derretimento das calotas polares, elevação de ondas de calor extremo e nível do mar, morte de 100% dos corais com o efeito de branqueamento¹¹, risco à biodiversidade marinha, aos sistemas ecológicos e às suas funções, redução da produção de alimentos e, ainda, diminuição do crescimento econômico.

¹¹ Para documentar o efeito do branqueamento dos corais, o qual ocorre no mundo inteiro, cientistas, mergulhadores e fotógrafos se uniram e documentaram este impacto devastador que está acontecendo em diferentes corais ao redor do planeta. Disponível em: <https://www.netflix.com/watch/80168188?trackId=13752289&tctx=0%2C0%2Cbff8f94e2c33495ff39ac8904ca2a8e7ccef76547%3A6db39cbd2c0d98e65efcaa7b9182721362e54f21%2Cbff8f94e2c33495ff39ac8904ca2a8e7ccef76547%3A6db39cbd2c0d98e65efcaa7b9182721362e54f21%2C%2C>

Figura 7 – Riscos Climáticos: 1,5°C x 2°C no Aquecimento Global



Fonte: WWF.

Estima-se que as atividades humanas tenham causado cerca de 1,0°C de aquecimento global acima dos níveis pré-industriais, com uma variação provável de 0,8°C a 1,2°C. É provável que o aquecimento global atinja 1,5°C entre 2030 e 2052, caso continue a aumentar no ritmo atual. O aquecimento causado por emissões antrópicas desde o período pré-industrial até o presente persistirá por séculos e milênios, e continuará causando mudanças a longo prazo no sistema climático (IPCC, 2018 p. 7).

Segundo o Relatório Anual do Desmatamento no Brasil (2020, p. 5), no ano de 2019 foram registrados 56.867 alertas de desmatamento, o que significa 1.218.708 hectares (12.187 Km²) desmatados. A maior concentração se deu no bioma Amazônico, com 83% dos alertas e 63% da área afetada, resultando em 770 mil ha, seguido pelo Cerrado, o qual acumulou 13% dos alertas e 33,5% da área (408 mil ha); posteriormente, o “Pantanal com 16,5 mil ha, a Mata Atlântica com 10,6 mil ha, a Caatinga com 12,1 mil ha e, por fim, o Pampa com 542 ha”. Nessa perspectiva, os três Estados com maior registro de desmatamento estão inseridos na Amazônia: Pará 299 ha; Mato Grosso 202 mil ha e Amazonas 126 mil ha, representando mais da metade das áreas desmatadas em 2019. E, além disso, a Amazônia e o Cerrado juntos representaram 96,7% da área desmatada detectada no mesmo ano. Dentre todos os alertas de

desmatamento validados, mais de 99% (96% em área) não possuem autorização de supressão de vegetação nativa, cadastrada no SINA-FLOR – Sistema Nacional de produtos Florestais. Para melhor compreensão, entende-se por Desmatamento como a “supressão completa ou quase completa da vegetação nativa existente em uma determinada área”, o que permite concluir que não se trata apenas do corte de uma árvore isolada, de corte seletivo, queimada relacionada à prática agrícolas, de manejo florestal ou de processos de degradação da vegetação. (MAPBIOMAS, 2020 p.6).

A Tabela 1 exibe o número de alertas registrados, a porcentagem dos alertas, a área desmatada e sua porcentagem, separados por grandes regiões ecológicas nacionais. Diante desses dados, o que chama a atenção é a baixa no percentual de alertas registrados em relação à alta do desmatamento do Cerrado, levando à suposição de que o espaço desmatado dentro dessa região é maior do que os outros biomas nacionais.

Tabela 1 - Alertas de desmatamento

	NÚMERO DE ALERTAS	% DOS ALERTAS	ÁREA (HA) DESMATADA	% ÁREA DESMATADA
Amazônia	47.269	83,1%	770.148	63,2%
Caatinga	523	0,9%	12.153	1,0%
Cerrado	7.402	13,0%	408.646	33,5%
M. Atlântica	1.390	2,4%	10.598	0,9% [△]
Pampa	68	0,1%	642	0,1%
Pantanal	215	0,4%	16.521	1,4%
BRASIL	56.867		1.218.708	

[△] Embora o Cerrado tenha uma participação de apenas 13% no número total de alertas, a área total desmatada representa um terço do total (33,5%).

Fonte: MAPBIOMAS, 2020. p. 6.

Do total de áreas desmatadas, 11,1% dos alertas (12% em área) sobrepõem-se integralmente ou em partes com Unidades de Conservação (UC); 5,9% (3,6% em área) com Terras Indígenas (TI); e 65% (77% em área) com imóveis rurais inseridos no Cadastro Ambiental Rural. Pouco mais de 38% dos alertas (55% em área), têm algum grau de sobreposição com Áreas de Preservação Permanente (APP), Reserva Legal ou nascentes declaradas no CAR e que são protegidas pelo Código Florestal (MAPBIOMAS, 2020, p.6).

Em contradição, apesar do constante monitoramento, as ações direcionadas a mitigar ou acabar com os desmatamento são inócuas, tanto com relação aos “dados anuais como mensais, seja para prevenir, controlar ou penalizar o desmatamento ilegal em todos os biomas brasileiros”. E ainda, a partir de dados extraídos do IBAMA em 2018, “apenas 1% das áreas

desmatadas na Amazônia, entre 2005 e 2018, foram repreendidas por multas, ações civis públicas e embargos” (MAPBIOMAS, 2020, p. 7).

A inoperância do Estado na conservação das Áreas de Preservação Permanente (APP) e das Unidades de Conservação (UC) vem da proteção ao agricultor ou pecuarista – ou outras atividades extrativistas – em detrimento das pautas ambientais de preservação. Mais uma vez, o mercado e o homem saem “privilegiados” nessa relação entre ser humano e Natureza¹², a qual deveria ser de equilíbrio a fim de beneficiar muito mais o coletivo populacional porém, nesse caso, privilegia mais o latifundiário grileiro, junto ao monocultivo. Por outro lado, as terras indígenas apesar de serem as menos impactadas, ou seja, as mais preservadas, são as mais atacadas em relação aos conflitos agrários, tanto territorialmente quanto em relação ao seu povo.

No que tange a situação do aumento do desmatamento, a emissão de gases de efeito estufa é considerada um dos fatores que mais contribuíram para o aquecimento global, onde o Brasil vem contrariando a tendência mundial de queda de 6% na emissão de gases nocivos ao planeta, com previsão de aumento de 10% a 20% em 2020, quando comparado a 2018. Essa condição é fruto do cenário da Amazônia, a qual lançará pra atmosfera 29% a mais de dióxido de carbono, no mesmo ano, se comparado com a média dos últimos 5 anos. A expectativa de emissões para o território nacional ultrapassa os 2 bilhões de toneladas brutas de CO₂, previsão a qual vai contra ao Acordo de Paris, com meta para 1,3 bilhão de toneladas para 2025¹³.

Para Gudynas (2019, p. 16) “as circunstâncias ambientais atuais não são apenas graves; a degradação que enfrentamos é mais extensa e aguda do que se aceita”. Conforme o autor, na América Latina, a situação também se acentua por meio da perda da “biodiversidade, redução e fragmentação das superfícies das áreas naturais” e do registro de “crescentes dificuldades com diferentes agentes contaminantes”. Ademais, persiste o aumento de atividades que contribuem sobremaneira com o desmatamento e com a artificialização da paisagem através da transformação de ambientes naturais em pastagens e monoculturas, “além dos impactos dos extrativismos minerador e petrolífero”.

¹² 6 ““Natureza” será apresentado com maiúscula para se referir a um meio ambiente, como conjunto ou sistema, em que prevalecem paisagens, fauna e flora originais (desde silvestre até graus intermediários de intervenção humana). Busca-se, assim, resgatar o conceito de outros usos atuais, como capital natural. Do mesmo modo, serve para diferenciá-lo da palavra “natureza”, entendida como essência ou propriedade de algo” (GUDYNAS, 13).

¹³ G1. *Avanço do desmatamento deve levar Brasil a ter aumento nas emissões mesmo com paralisação de atividades na pandemia*. 21/05/2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/natureza/noticia/2020/05/21/avanco-do-desmatamento-deve-levar-brasil-a-ter-aumento-nas-emissoes-mesmo-com-paralisacao-de-atividades-na-pandemia.ghtml>>. Acesso em 10 julho 2020, 15:52.

Contudo, a biocapacidade que, por sua vez, é comparada à “pegada ecológica” a qual corresponde à área necessária para se obter os recursos utilizados no suprimento da demanda por produtos per capita, no Brasil, chega a aproximadamente 11,1 hectares por pessoa, na medida que a relação brasileira deveria ser de 3,1 hectares por pessoa. “Por outro lado, nos países industrializados e em outros, como a China, consomem-se mais recursos do que sua biocapacidade disponível, portanto, todos estão em um déficit ecológico.” No caso do Brasil, por ser um país primário exportador, “os impactos territoriais somados à extração dos recursos naturais, vão no sentido de atender as necessidades de consumo externa e não as de consumo interno e, por isso, estão orientados a fluxos exportadores globais, como já dito anteriormente” (GUDYMAS, 2019, p. 17 e 18).

Um dos principais fatores de pressão e degradação sobre o meio ambiente é a extração de recursos naturais para exportá-los como matérias-primas aos mercados globais. Aqui desempenham um papel-chave os chamados extrativismos, entendidos como a apropriação de grandes volumes de recursos naturais para serem exportados como matérias-primas. Os exemplos conhecidos são a mineração em grande escala, como a realizada em Carajás, a exploração petrolífera ou as monoculturas, como a soja no Cerrado. A América Latina é uma grande fornecedora de recursos naturais para a globalização, e as maiores perdas ocorrem no Brasil. Estima-se que a exportação brasileira em 2012 foi de quase seiscentos milhões de toneladas de recursos naturais (GUDYNAS, 2019, p. 18 e19).

E, em meio a essa conjuntura, está inserida toda a população nacional, a qual se adapta às condições impostas pelo meio de extração de recursos naturais e degradação da Natureza. No entanto, segundo o artigo “Terra em Transe: geográfica da expropriação e da re-existência no campo brasileiro 2018”, presente no Caderno sobre Conflitos no Campo Brasil 2018 e elaborado pela Comissão Pastoral da Terra (2019 p. 105), aqueles que estão em condições de maior vulnerabilidade são as famílias que lutam para se manterem em seu território e preservá-lo. Isso só acontecerá caso os povos indígenas e tradicionais sejam mantidos em seus territórios, já que formam um contingente populacional de aproximadamente um milhão de pessoas (960.342 em 2019) as quais se encontram tomadas por conflitos relacionados a terra e a água. Desde 2004 “os conflitos no campo são causados, majoritariamente, não pela ação dos movimentos sociais e comunidades em luta pela terra e/ou por território, mas sim pela ação do Poder Privado, com destaque para Fazendeiros, Empresários, Grileiros e Mineradoras ou pelo poder público”, e por meio do judiciário a partir de ações de despejo, ou “por negligência no cumprimento de suas obrigações legais, quase

sempre em convivência com o poder privado, como se vê nas situações de grilagem”.

Isso significa que há em andamento uma tentativa de sufocamento do poder de luta das populações tradicionais, cuja força de resistência implica em ações de Ocupações/Retomadas ou Acampamentos. Por outro lado, as iniciativas levadas a cabo pelo Poder Privado e/ou junto ao Estado se faz através de “expulsões, ameaças de expulsões ou assassinatos”, como também por meio do Poder Público ao aplicar ordens de despejo ou prisões. O Gráfico 2 exemplifica esse quadro crítico dentro da sociedade brasileira, no qual se nota um desequilíbrio na correlação de forças desde 2004. A proporção de ações do Poder Privado e do Estado aumenta drasticamente durante a série histórica de 10 anos registrada pela CPT em 2019, chegando à “desproporção de 6 conflitos protagonizados pelas classes proprietárias e pelo Estado e somente 1 conflito protagonizado por movimentos sociais” (CPT, 2019, p. 107).

Conclui-se, portanto, segundo o Gráfico (2), que o poder de luta dos movimentos sociais vem sendo minado desde o primeiro governo de Lula, em 2003, ano em que tiveram relevância em relação à iniciativa de ocupações retomadas e de acampamentos da ordem de 700, enquanto dos outros poderes de 697, ou seja, mais da metade das iniciativas foram tomadas pelos povos tradicionais e indígenas. A partir desse período, o quadro se reverteu, e o número de ocorrências de conflitos por terra protagonizados pelo Poder Privado tomou frente e aumentou a ponto de chegar a 1.076 em 2016, sendo os movimentos sociais a 160 em 2018. Nesse ano, houve um aumento de 182% da participação das Mineradoras e dos Empresários em 36% dos conflitos por terra, em relação ao período de 2015 à 2018, conforme dados demonstrados no CPT (2019):

Entre as categorias sociais das classes proprietárias e pseudo-proprietárias que mais estiveram implicadas em ações de violência, entre 2015 e 2018, se destacam os Fazendeiros, com 45% das iniciativas de ações de violência, os Empresários, com 23,9%, seguidos pelos Grileiros, com 15%, Mineradoras com 7,6% e dos Madeiros com 7,6% (CPT, 2019, p.107).

Grafico 2 – Protagonistas nos Conflitos por Terra – Brasil 2003-2018

Fonte: CEDOC - Dom Tomás Balduino/ Elaboração: LEMTO-UFF; CPT, 2019, p.106

Em sequência, para melhor exemplificar os conflitos por Terra e Água no Brasil, realizou-se uma análise da Tabela 1 – Comparação dos Conflitos no Campo Brasil (2009 – 2018) presente no documento da CPT (2019, p. 92).

4.2 ANÁLISE DA TABELA 1 – COMPARAÇÃO DOS CONFLITOS NO CAMPO DO BRASIL

O presente texto tem o intuito de abordar a conjuntura socioambiental brasileira contemporânea, contexto esse que será analisado por meio de pesquisa quantitativa, com auxílio da tabela de Comparação dos Conflitos no Campo no Brasil durante o período que vai de 2009 à 2018. Será exposto um panorama relacionado aos Povos Indígenas e à População Tradicional no tocante à violência e a luta pelos seus territórios a partir dos Conflitos por Terra, por Água e do Total dos Conflitos no Campo, os quais estão divididos na tabela, nos seguintes segmentos: Número de Ocorrências, Ocupações/Retomadas, Acampamentos, Assassinatos, Pessoas envolvidas e Hectares. E, em função de todos os dados extraídos e analisados serem oriundos da tabela em questão, as referências serão todas encontradas na CPT (2019, p.92). A Tabela na íntegra se encontra em anexo (1). Tal estudo envolve, ainda, a elaboração de gráficos e o cálculo da variação anual percentual em relação aos segmentos abarcados pelos conflitos, os quais foram expostos em gráficos também, tanto por terra quanto por água, com o objetivo de identificar tendências e cenários. Sendo assim, foi identificado, por meio da sobreposição de

quadros gerados na análise da Tabela 1 (CPT, 2019 p. 92), um cenário instável e in-sustentável em todos os sentidos que se referem aos conflitos por Terra e Água.

Literalmente, a tendência de mitigação e resolução de conflitos não existe, ao passo que em um ano observa-se um aumento do número de conflito e das pessoas envolvidas; já no outro, há uma diminuição para que no próximo haja aumento novamente, em que nem sempre o aumento do número de conflitos está relacionado ao de indivíduos. Porém, quando o panorama não é pior, o aumento vem acima de 300% (no caso da área envolvida por conflitos por terra), ou seja, o agravamento é crítico e piora a cada ano que passa, chegando a números exorbitantes como é o caso dos conflitos por água, que aumentaram mais de 500%.

4.2.1 NÚMERO DE OCORRÊNCIAS DE CONFLITOS POR TERRA, OCUPAÇÕES/RETOMADAS, ACAMPAMENTOS E PESSOAS ENVOLVIDAS

No Brasil, o número de ocorrências de conflitos por Terra vem se agravando desde 2009 até 2018, segundo o caderno Conflitos no Campo 2018 produzido anualmente pela Pastoral da Terra (CPT, 2019). No início desse período, no ano de 2009, foram registrados 528 conflitos e, em 2018, somaram 964, o que resulta num incremento de 436 conflitos no território nacional, acumulando um aumento de 82% em 10 anos. Sse fato pode ser melhor ilustrado no Gráfico 3, o qual relaciona o Número de Ocorrências e Ocupações/Retomadas. Outro fator interessante a ser destacado é o avanço mais acentuado e abrupto do número de ocorrências de conflitos constatado entre os anos de 2015 e 2016, nos quais foi registrado elevação de 40%, segundo o mesmo documento. Praticamente, a metade das ocorrências somadas nesses 10 anos aconteceu nesse período de um ano, aumento esse que não foi arrefecido, pois se manteve alto o índice de conflitos, na casa dos 900, pelo resto do íterim em questão. De 2015 a 2018 a quantidade de conflitos baixou apenas 12% e, por isso, ainda acumula um aumento de 28%.

Por outro lado, os conflitos também podem ser interpretados como força de resistência ao avanço hegemônico do mercantilismo antropocêntrico pelos povos indígenas e tradicionais, por meio da defesa e preservação de seus territórios. Contudo, como observado nas informações da CPT (2019), o protagonismo dessas ações de conflito está vinculado aos interesses do extrativismo predatório, o que significa que esse é um período onde tais povos estão na defensiva, ou seja, protegendo aquilo que possuem para não haver a perda de seu território, dado que se intensificou com a ofensiva pelas classes proprietárias, somando a inépcia do Poder para esse problema. Todavia, em última instância, lançar um olhar de esperança em relação a essa situação de conflitos é interessante, pois apesar das adversidades provocadas pelo

neoliberalismo ter aumentado, ainda há forças para luta nesses mais de 960.000 brasileiros e brasileiras.

A distinção conceitual entre protagonistas e os grupos/classes sociais implicados nos conflitos se deve ao fato de que, em todo conflito, é possível identificar a categoria social que tomou a iniciativa – protagonista – e os demais grupos classes sociais implicados na condição de quem sofre os efeitos de uma ação que deu início ao conflito. Os conflitos podem ser protagonizados: 1 – pelas classes proprietárias identificadas como Empresários, Fazendeiros, Grileiros, Mineradoras, Madeireiros e (empresas) Hidrelétricas ou pseudo-proprietários, como os Grileiros; 2 – pelo Poder Público, seja pelos governos em seus diferentes níveis (municipal, estadual e federal) por iniciativa (ação-inação) no despejo de famílias e comunidades, seja pelo judiciário com mandados de reintegração de posse ou mesmo de prisões e por agentes públicos, como policiais e políticos e; 3 – resistência de grupos sociais não-proprietários em luta por terra e território, com ações de ocupações e retomadas de terras-territórios, seja por grupos sociais em posse real de uso tradicional das terras-águas-vida (CPT, 2019, p. 106).

A partir desse contexto, entende-se por número de ocorrências como “despejos, expulsões, ameaças de despejos e expulsões, bens destruídos e pistolagem”. Com isso, um conflito pode ter desdobramentos diversos numa mesma área, onde cada ocorrência se liga a um aspecto dessa situação. Por exemplo, uma família de posseiros recebe uma ameaça de expulsão e, junto dessa ameaça, o agente agressor põe fogo numa casa da comunidade ameaçada, sendo essas duas ações no mesmo território, mas com famílias e imóveis diferentes, contabilizando duas ocorrências. Ressalta-se que, em âmbito nacional, o total de conflitos por terra, incluindo Ocupações/Retomadas e Acampamentos, em 2018, foi de 1.124 e os territórios ou localidades em conflito somam 868 (CPT, 2019, p.25).

Por outro lado, quando se faz referência aos povos indígenas e tradicionais, deve-se levar em consideração seus territórios, os quais representam fonte dos conflitos. Importante ressaltar ainda que, tais territórios representam um mundo diversificado e complexo, onde residem culturas, costumes e modos de vida diferentes daqueles abarcados pela cultura urbana capitalista, sendo formado por aldeias indígenas, assentamentos, acampamentos, quilombos e pequenas vilas, além das terras comunitárias e compartilhadas, onde permanecem as múltiplas camponesidades que caracterizam nossa sociedade, ocupadas por “seringueiros, mulheres quebradeiras de coco babaçu, mulheres catadeiras de mangaba (mangabeiras), faxinalenses, ribeirinhos, retireiros, camponeses de fundo e de fecho de pasto, geraizeiros, caiçaras e muitas outras formas sociais camponesas” (CPT, 2019, p.105).

Para tanto, Santos e Silveira (2006, p. 11 e 19) explicam o território como parte

do espaço geográfico no qual as manifestações da realidade estão inseridas. Espaço esse que “se define como união indissolúvel de sistemas de objetos e sistemas de ações, e suas formas híbridas, as técnicas, que nos indicam como o território é usado”, levando em consideração “como, onde, por quem, para que” tais técnicas são utilizadas. Com isso, pode-se entender que o território “é uma extensão apropriada e usada”, que pode ser interpretado a partir das técnicas nele inseridas, as quais delimitam os períodos e assim indicam seus contextos. A história do território observada por meio de seus usos permite, assim, compreender sua constituição, onde “somente estes permitem enxergar a evolução das variáveis escolhidas dentro de uma situação, reconhecer as heranças e, ao mesmo tempo, as intencionalidades e a busca de sentido pela sociedade”.

O domínio do território, a posse ou apropriação não bastam para a criação do fator territorial... O uso, associado ao limite, é uma construção da permanência. Uso do espaço em essência é geração de valor, de utilidade. Posse/domínio e uso/valor dizem respeito a limite e conteúdo territorial. Tratando-se de fato humano e social, compreensão da ação que impõe limite e faz uso da área definida é o que dá condição deste ser um objeto geográfico (HEIDRICH, 2009, p.299).

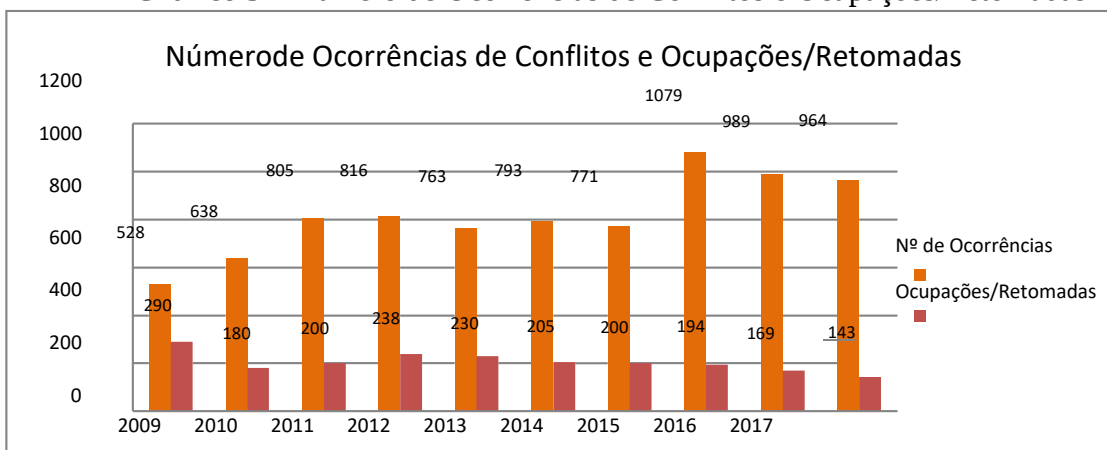
Esse entendimento sobre território e territorialidade está ligado ao entrelaçamento entre paisagem, território e espaço, no qual a relação com o meio combina tais concepções geográficas e assim, a constituição do homem-meio. Com isso, a paisagem e, do mesmo modo o território, não mais se encontram entre as lacunas do conteúdo geográfico ou complexo geográfico de determinada área ou tipo, pois não se limita mais apenas à compreensão da “disposição e o estilo de materiais utilizados” os quais revelam um “específico modo de vida em interação com o quadro natural”. Ela vai além, sendo transversal ao subjetivo humano, ao passo que permeia a “interpretação de seus significados”, à depender do olhar daqueles ou daquela que se faz presente. (HEIDRICH, 2019, p. 297). Adicionalmente, Santos e Silveira (2006) definem o território e territorialidade como:

Por território entende-se geralmente a extensão apropriada e usada. Mas o sentido da palavra territorialidade como sinônimo de pertencer aquilo que nos pertence (...) esse sentido de exclusividade e limite ultrapassa a raça humana e prescinde da existência do Estado. Assim, essa idéia de territorialidade se estende aos próprios animais, como sinônimo de área vivência e reprodução. Mas a territorialidade humana pressupõe também a preocupação com o destino, a construção do futuro, o que, entre os seres vivos, é privilégio dos homens (SANTOS e SILVEIRA, 2006, p. 19).

Podemos, assim interpretar, que os conflitos por terra e água não só afetam o espaço geográfico e delimitado, onde a pessoa sobrevive; a ligação homem-meio vai muito além do ocupar, pois envolve a história de vida daquelas pessoas, ou seja, existe uma cultura que permeia aquele território, cheia de memórias, lendas, crenças, costumes, trabalho e construção dos meios para viver naquele ambiente, onde provavelmente viveram seus ancestrais. Portanto, os impactos são extremamente profundos e afetam não só o meio ambiente, mas também o ser humano que sofre por ter perdido um pedaço de sua vida.

Voltando à análise do Gráfico (3) , nota-se que, ao contrário do número de ocorrências de conflitos crescente nesses 10 anos, a ocupação/retomadas diminuíram paulatinamente e constantemente após 2013. No ano de 2009, a proporção de ocupações/retomadas em relação aos conflitos foi da ordem percentual de 55%, valor significativo que representa a força de luta dos povos tradicionais no sentido de recuperar ou manter seus territórios. Contudo, ela não se manteve a ponto de representar apenas 15% em relação aos conflitos levantados em 2018, o que gera uma redução de 51%, situação que, em 2009, representava uma força de recuperação do território de mais da metade em relação aos conflitos, reduzida para menos de 1/5 no ano de 2018. A seguir, apresenta-se o gráfico que assim demonstra.

Gráfico 3 – Número de Ocorrências de Conflitos e Ocupações/Retomadas



Fonte: CPT, 2019 - ELABORAÇÃO PRÓPRIA

Além disso, os fatores e valores expostos pelo caderno de Conflitos no Campo Brasil (2019) exibem um panorama de regressão em todas as circunstâncias no tocante aos povos tradicionais e indígenas residentes no Brasil. Em relação aos acampamentos – dentro dos conflitos por terra – a situação não muda, já que teve sua quantidade reduzida ao longo da

série em questão, a ponto de chegar a dez durante o ano de 2017. Nessa perspectiva, se comparado o primeiro ano do período (2009) com o último (2018), verifica-se que houve redução na ordem de 53%. E, se relacionado o número de acampamentos com as ocorrências registradas, percebe-se que sua quantidade é bastante baixa, visto que não ultrapassa os 2% em 2018, conforme demonstram os dados da Tabela 2.

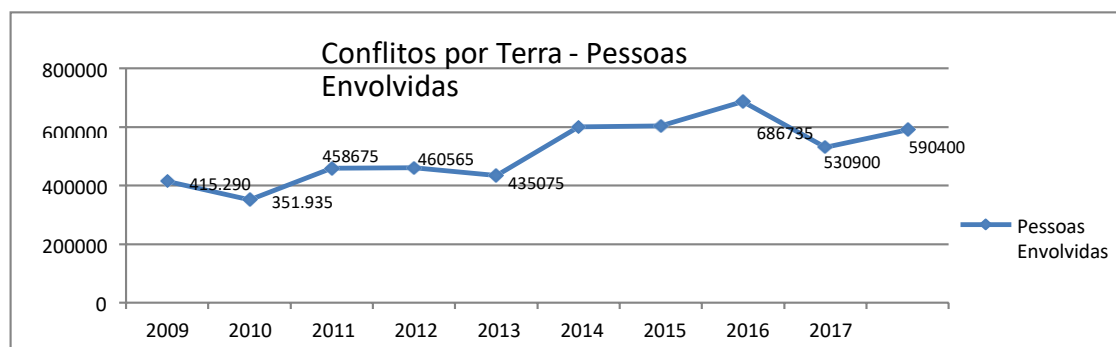
Tabela 2–Conflitos por Terra

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Conflitos por Terra										
Nº de Ocorrências ⁽¹⁾	528	638	805	816	763	793	771	1.079	989	964
Ocupações/Retomadas	290	180	200	238	230	205	200	194	169	143
Acampamentos	36	35	30	13	14	20	27	22	10	17
Total ⁽²⁾	854	853	1.035	1.067	1.007	1.018	998	1.295	1.168	1.124
Assassinatos	25	30	29	34	29	36	47	58	70	25
Pessoas Envolvidas	415.290	351.935	458.675	460.565	435.075	600.240	603.290	686.735	530.900	590.400
Hectares	15.116.590	13.312.343	14.410.626	13.181.570	6.228.667	8.134.241	21.387.160	23.697.019	37.019.114	39.425.494

Fonte: CPT, 2019; modificado pelo autor

Já no que diz respeito às pessoas envolvidas em ocorrências de conflitos por terra, o quadro também não é muito otimista, visto que mais de meio milhão de pessoas ainda se encontram nessa situação de risco. Com base na interpretação do Gráfico (4), percebe-se que exatamente 590.400 pessoas foram registradas nessa situação em 2018 e durante todo o período, o aumento do contingente populacional abarcado por conflitos por terra, foi de 42%. Todavia, a relação de pessoas envolvidas em tais conflitos também pode ser entendida como forma de resistência e de luta, condição extremamente importante para reverter esse cenário conflituoso, considerando-se importante frisar que a situação delas ainda é de incerteza em relação a seu território, ou seja, uma condição de privação e de marginalização, já que são tratadas como seres humanos sem direitos uma vida com o mínimo de dignidade.

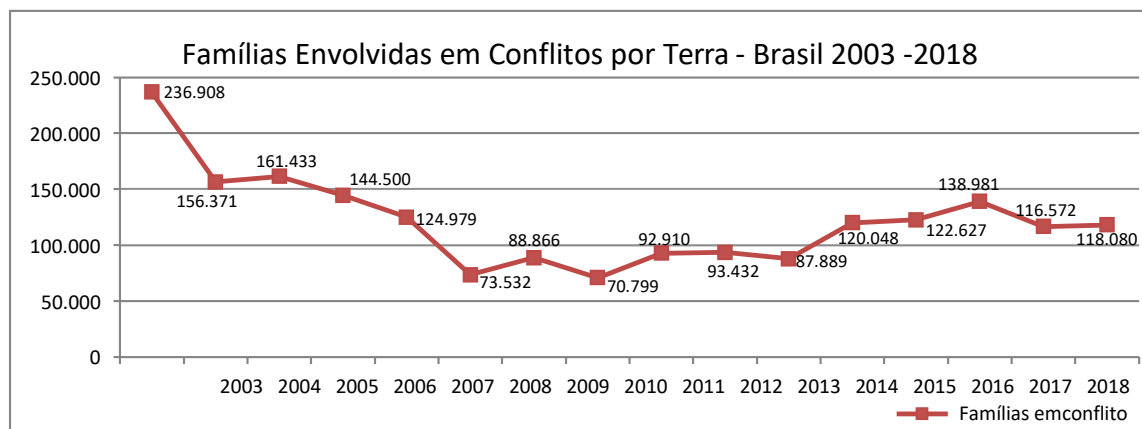
Gráfico 4 – Conflitos por Terra – Pessoas Envolvidas



Fonte: CPT, 2019 - ELABORAÇÃO PRÓPRIA

Outro ponto a ser analisado é a redução de 50% do envolvimento de famílias em conflitos por terra entre 2003 e 2018. Segundo o artigo “Terra em Transe: geografia da expropriação e da resistência no campo 2018”, presente no caderno da CPT (2019), apesar desse fato ter possibilitado que 100 mil famílias deixassem as zonas de conflito, a tendência de retração permaneceu apenas de 2003 até 2010, período que o número de famílias em conflito caiu de 236.908 para 70.799, gerando queda de 70% em 7 anos. Mas, já a partir de 2013, houve reverter desse contexto, passando de 87.889 famílias em situação de conflito nesse ano para 118.080, a partir do ano seguinte até 2018. Esses dados demonstram um incremento de 34% em 5 anos e elevam a taxa para mais de 100 mil famílias nessa situação de vulnerabilidade e marginalização, como mostra o Gráfico (5).

Gráfico 5 – Famílias Envolvidas em Conflitos por Terra – Brasil 2003 - 2018



Fonte: CPT, 2019 - ELABORAÇÃO PRÓPRIA

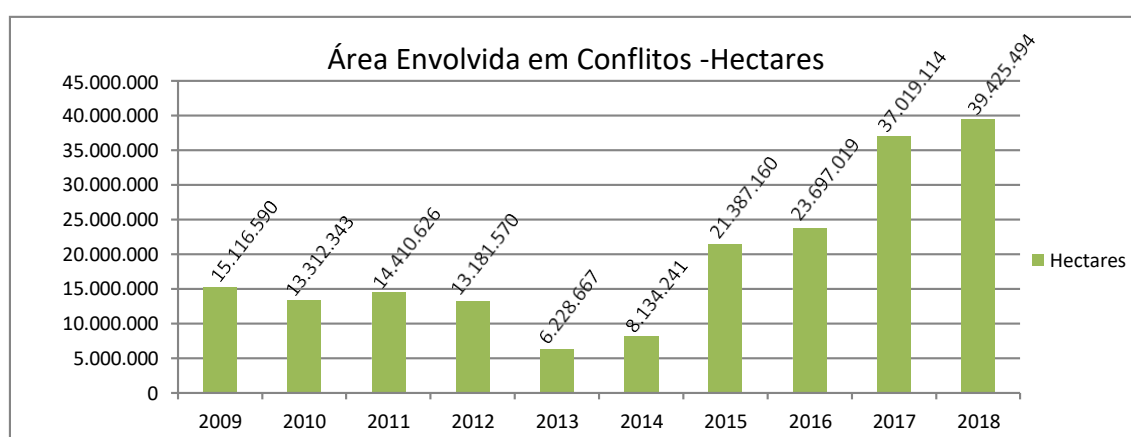
Salta aos olhos, ainda, na análise do Gráfico (5), o fato de que a partir de 2013 intensifica-se o contingente de pessoas atingidas por conflitos por terra, totalizando um aumento de 36,6%, já que de um ano a outro, 32.159 famílias voltaram para situação conflituosa. Esse cenário exhibe a falta de estabilidade dessas famílias em relação a seus territórios, visto que também de um ano para outro, 165.165 brasileiros foram tomados ou entraram nessa condição. Tal situação evidencia a extrema vulnerabilidade e risco que centenas de milhares de indígenas e de moradores das comunidades tradicionais sofrem, frente ao avanço de grandes mineradoras, agropecuaristas latifundiários e usinas hidrelétricas, entre outros grandes empreendimentos. São avanços que, além de afetar grande parte da população brasileira, provocando seu empobrecimento e marginalização, acarretam na degradação ambiental pelo desmatamento e pela poluição das águas, em prol de interesses estritamente mercantilistas e particulares.

Percebe-se, assim, que tal paradigma exhibe com quem o governo compactua seu real compromisso está com grandes empresários e latifundiários, visto o descaso com políticas públicas eficazes e capazes de reverter esse cenário de extrema vulnerabilidade que os povos indígenas e as comunidades tradicionais enfrentam. Além da tendência ao agravamento e aprofundamento de disputas por terra e água.

4.2.2 ÁREA TOMADA POR CONFLITOS POR TERRA

No que diz respeito à área abarcada por conflitos, pode-se considerá-la um caso à parte, devido ao aumento extremo da quantidade de hectares envolvidos nesta situação, como mostra o Gráfico (6), cenário esse que seguia uma tendência de baixa até 2014, visto que desde 2009 acumulava queda de 86%. Tendência drasticamente revertida entre 2014/2015 com um crescimento da área envolvida em conflitos de 163%, situação a qual seguiu se agravando nos próximos anos da série em questão. Em todo período analisado, de 2009 até 2018, a área em conflitos aumentou 160%. Dessa maneira, percebe-se que em apenas um ano (2014/2015) houve aumento superior que em dez anos de registros. Nota-se ainda, segundo o Gráfico (6), que durante os cinco anos de aumento extremo (2014 a 2018), 31.291.253 hectares foram tomados por conflitos, o que significa um incremento de 384% na área envolvida por disputas por terra.

Gráfico 6 – Área Envolvida em Conflitos – Hectares



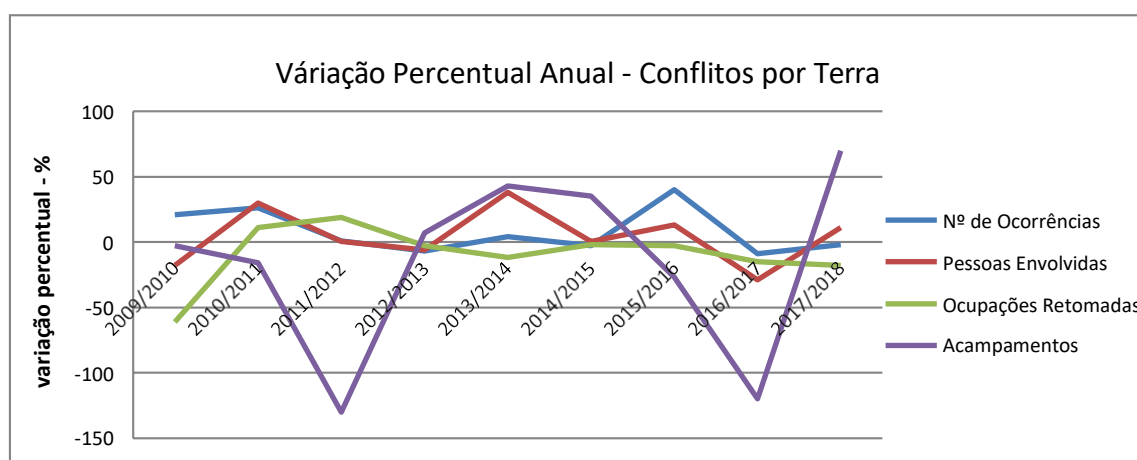
Fonte: CPT, 2019 - ELABORAÇÃO PRÓPRIA

A partir dos dados abordados neste texto, foi elaborado o Gráfico (7), dos conflitos por terra, com os seguintes desdobramentos: Nº de Ocorrências, Pessoas Envolvidas,

Ocupações/Retomadas e Acampamentos e suas variações percentuais anuais, a fim de identificar tendências e cenários favoráveis ou não para os Povo Índigenas e Populações Tradicionais. Diante também do Gráfico (7), foi possível gerar um quadro que mostra a variação percentual anual, para mais ou para menos, dos fatores ligados à força de luta de tais povos, poder que vem sendo minado paulatinamente. Constatação essa, feita a partir da clara redução na taxa de Ocupações/Retomadas e Acampamentos, que, em alguns períodos, chega a ser cerceada em mais de 100%. No íterim de 2011/2012, a queda foi de 130% e em 2016/2017 de 120% para as Ocupações/Retomadas. E, no caso dos Acampamentos, houve uma redução de 61% de 2009 para 2010, enquanto o número de ocorrências de conflitos somado ao número de pessoas envolvidas só aumenta.

Outra importante interpretação exposta, liga-se ao andamento das medidas adotadas para reverter esse panorama de conflitos instalado no território nacional. Há demonstração de que as políticas públicas direcionadas à mitigação dos problemas socioambientais relacionados aos conflitos por terra, como a política de assentamento agrário, reforma agrária e outras, ainda não estão consolidadas e também não conseguem articular os elementos levados em consideração nessa análise e pela CPT (2019), visto que os fatores abordados no Gráfico (7) scilam de maneira dissonante e desarticulada, elementos cruciais para lidar com um cenário tão volátil, os quais deveriam ser trabalhados de maneira sinérgica. Isso acontece devido à oscilação periódica dos fatores levados em consideração nessa análise, em alguns momentos, significativa, ao ponto de não se recuperarem.

Gráfico 7 – Variação Percentual Anual – Conflitos por Terra



Fonte: CPT, 2019 - ELABORAÇÃO PRÓPRIA

4.2.3 CONFLITOS PELA ÁGUA

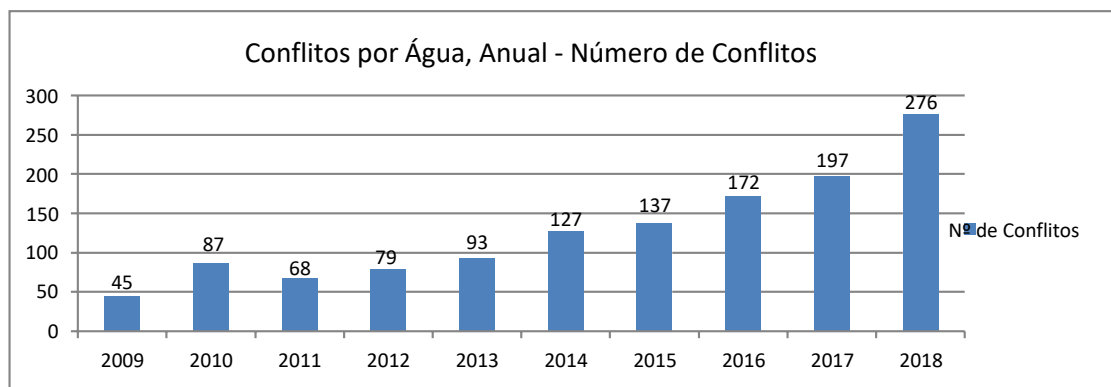
Nos últimos dez anos (2009/2018) os conflitos por água aumentaram insistentemente, conforme indica a Tabela (3) e o Gráfico (8). Perspectiva preocupante pois, nesse período, segundo indica a Comissão Pastoral da Terra (2019), o número de conflitos cresceu de 45 para 276, a partir de uma tendência de crescimento anual, com exceção apenas de 2011, fato esse que significa a ampliação de 513% nos conflitos por água no território brasileiro. Apenas entre os anos de 2017 e 2018, o aumento foi menor, de 40%.

Tabela 3 – Conflitos pela Água

Conflitos pela Água										
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Nº de Conflitos	45	87	68	79	93	127	135	172	197	276
Assassinatos	1	2		2	2		2	2	1	1
Pessoas Envolvidas	201.675	197.210	137.855	158.920	134.835	214.075	211.685	222.355	177.090	368.465

Fonte: CPT, 2019; modificado pelo autor

Gráfico (8) – Conflitos por Água, Anual – Número de Conflitos



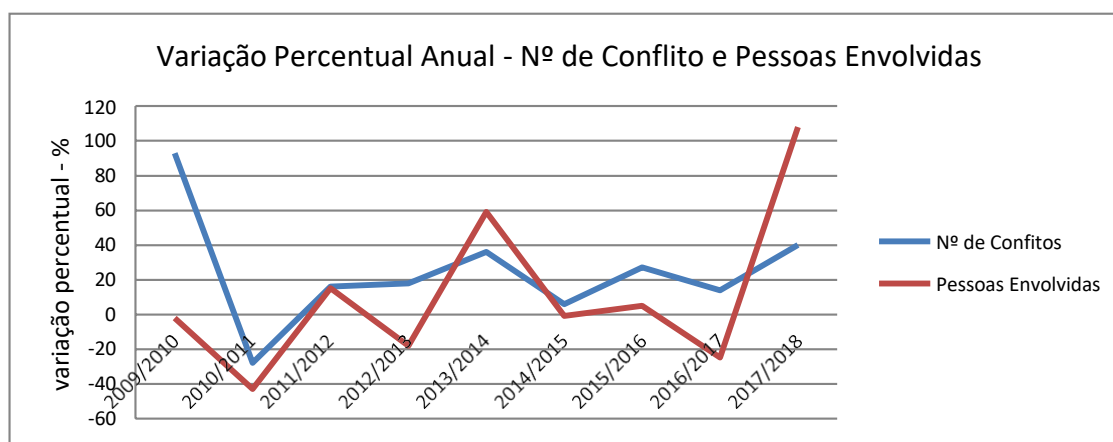
Fonte: CPT 2019 – Elaborado pelo autor

Paradigma que se estende às Pessoas Envolvidas em disputas por água, expostos no Gráfico (9). Nessa série de dez anos, entre 2009 à 2018, a quantidade de mulheres, homens, meninos e meninas em meio à incerteza do acesso à água se elevou de 201.675 para 368.465, resultando em 166.790 brasileiros e brasileiras a mais envolvidos em conflitos diversos pela água, caracterizando um incremento na ordem de 82%. E, além disso, o período entre 2017/2018 foi o que houve a maior taxa de elevação na quantidade do contingente populacional envolvido nesses conflitos na série de 10 anos.

Diante desse cenário, de crescimento no número de conflitos e pessoas

envolvidas, elaborou-se o Gráfico (9), com o intuito de identificar e analisar o desenho da série em questão por meio da variação anual percentual em relação ao número de ocorrências e às pessoas envolvidas em conflitos por água. Podemos afirmar que, do mesmo modo que nos Gráficos anteriores, esse também mantém o “sobe e desce” constante e desarticulado dos fatores em evidência com tendência ao agravamento do quadro. Tal tendência se intensificou entre o período de 2014 à 2018, no qual ocorreu um acréscimo de 149 conflitos, se comparado ao período de 2009 à 2014, tendo elevação de 52% a mais do que os 48 conflitos gerados nesse último íterim. Contudo, é notável o aumento na taxa percentual de 93% nos conflitos durante o período de 2009/2010 que desde então só se fez crescer. Já em relação às Pessoas Envolvidas, durante 2009 à 2014, 12.400 pessoas entraram em conflito pela água e, de 2014 à 2018, o contingente populacional que entrou na luta para ter acesso a esse recurso essencial foi de 154.900, com destaque para o intervalo de 2017/2018 o qual houve um acréscimo de 108%.

Gráfico 9 – Variação Percentual Anual – Nº de Conflitos e Pessoas Envolvidas



Fonte: CPT 2019; Elaborado pelo autor

Em contradição, o que chama muito atenção, entre os conflitos de terra que envolvem a água, é a abundância de água doce no território nacional, e, por outro lado, a enorme quantidade de conflitos registrados nos últimos anos. Assim como o seu agravamento de 513% entre 2009 a 2018 a partir de aumentos anuais desde o período entre 2010/2011 até 2018. Nesse contexto, conforme indica o CPT, percebe-se que dentre as categorias sociais que protagonizam os conflitos por terra envolvendo água “se destacam as Mineradoras, implicadas em 135 localidades nesse tipo de conflito, os Empresários, em 74 localidades e as empresas Hidrelétricas, em 31 localidades”. Isso significa que 50% dos conflitos são protagonizados

pelas primeiras, “sendo que em 28 dessas localidades estavam implicadas Mineradoras Nacionais e, em 197 outras localidades as Mineradoras Internacionais”. Os Empresário também tiveram sua parcela significativa de responsabilidade, já que estão envolvidos em 27,4% e os Fazendeiros nos 10% restantes (CPT, 2019, p. 100).

Tudo indica que a queda no preço das commodities em função da crise de 2008 tenha contribuído para esses números terem aumentado tanto desde 2010, sobretudo pela busca de aumento da produção para compensar a queda dos preços e, ainda, pela necessidade de maior consumo de água derivado, do incremento da exploração de minérios com menor teor. Os casos envolvendo a Cia. Vale, em Mariana, em 2015 e, recentemente, 2019, em Brumadinho, ambos em Minas Gerais, são trágicos exemplos dessa hipótese. Afinal, as jazidas de ferro em Minas Gerais têm cerca de 40% de teor, enquanto em Carajás, no Pará, o teor pode alcançar 66%. Ou seja, para obter o mesmo resultado de produção, as minas da Vale em Minas Gerais produzem 1/3 a mais de rejeitos que em Carajás, tendo de retirar minério em menor teor de um volume maior de rocha, o que necessariamente implica maior consumo de água (CPT, 2019, p.100).

Até aqui, podemos dizer que o cenário é crítico e conflituoso com tendência ao agravamento desse quadro composto pela inépcia do governo no combate ao desmatamento que, conseqüentemente, reflete no aumento da degradação ambiental, junto aos conflitos por terra e água. Uma vez que o modelo de exploração dos recursos naturais envolve conflitos, pois depende da constante expansão da sua área de operação como o alargamento da fronteira agrícola para monoculturas, ou abertura de outra área para mineração de uma jazida de ferro, esses empreendimentos estão dominados por um modelo predatório e antropocêntrico da Natureza, de modo que afeta os territórios de mais de 118 mil famílias, abarcando uma área, apenas com conflitos, de mais de 39 milhões de hectares. Sebo assim, como o desenvolvimento pode sustentar um cenário tão auto-destrutivo?; Quem são esses que se beneficiam com tal modelo?; Podemos dizer que essa forma de exploração da Natureza é em benefício do coletivo populacional?.

4.2.4 TOTAL DO NÚMERO DE CONFLITOS NO CAMPO

No tocante ao total de disputas no campo, o Brasil mantém conflitos trabalhistas, por terra, pela água e diversos outros (conflitos em tempo de seca, política agrícola e garimpo), os quais se desdobram em número de conflitos, assassinatos, pessoas envolvidas e a área em hectares, a partir de uma série de dez anos que perpassa o período de 2009 à 2018. Durante esse

tempo, todos os fatores considerados obtiveram crescimento, com exceção do fator trabalhista, situação esta a qual reforça a constatação de uma conjuntura crítica e conflituosa no campo socioambiental, seja no que diz respeito ao número de ocorrências/conflitos, pessoas e famílias envolvidas, ou ainda, área.

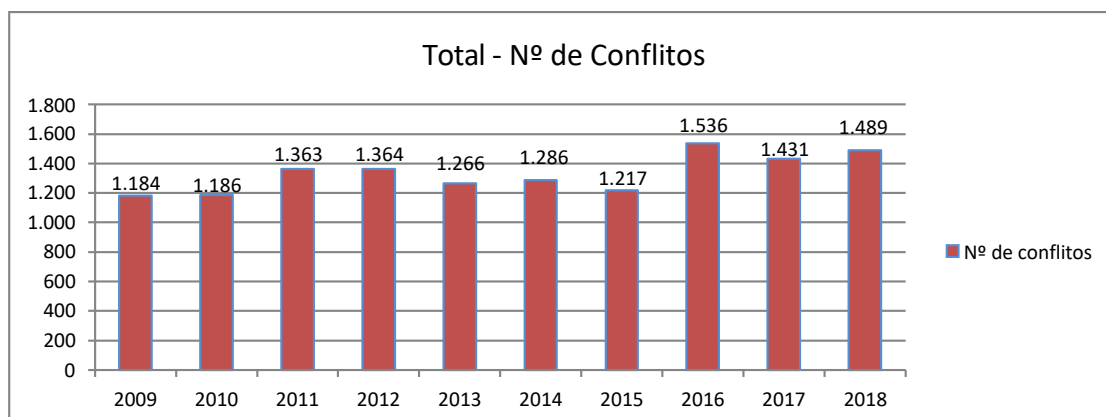
No tocante aos números de conflitos no campo no Brasil, o total deles em 2009 era de 1.184, o qual foi elevado para 1.489, significando um aumento de 25,8%. Já em 2016 o número de conflitos atingiu seu mais alto patamar, 1.536. Tendência acompanhada pelo fator pessoas envolvidas, que nesse mesmo ano foi considerado o segundo maior contingente populacional impactado pelas disputas no campo, totalizando 909.843 pessoas. Ainda sobre o índice de pessoas atingidas pelos conflitos por terra, água e trabalhista, pode-se constatar uma tendência de elevação e agravamento do quadro crítico desenhado por disputas de território; o resultado da elevação quantitativa do número de pessoas nessa situação passou de 628.009 em 2009 para 960.342 em 2018. Tal quadro acumula um saldo de 332.333 brasileiras e brasileiros a mais, envolvidas nessa situação, significando um aumento de 53%. E ainda, durante os anos de 2017 a 2018, houve alta de 35%, ou seja, 251.822 meninas e meninos, mulheres e homens, a mais, nessa situação, em apenas um ano.

Outro fator que salta aos olhos e é de grande preocupação, relaciona-se ao número de assassinatos. Durante o período de 2014 à 2017, a PDC (2019) registrou um aumento de 57 assassinatos (aumento de 97% nesse quesito). Para melhor análise, seguem, ainda, a Tabela (4) e os Gráficos (10 e 11) sobre os dados abordados anteriormente.

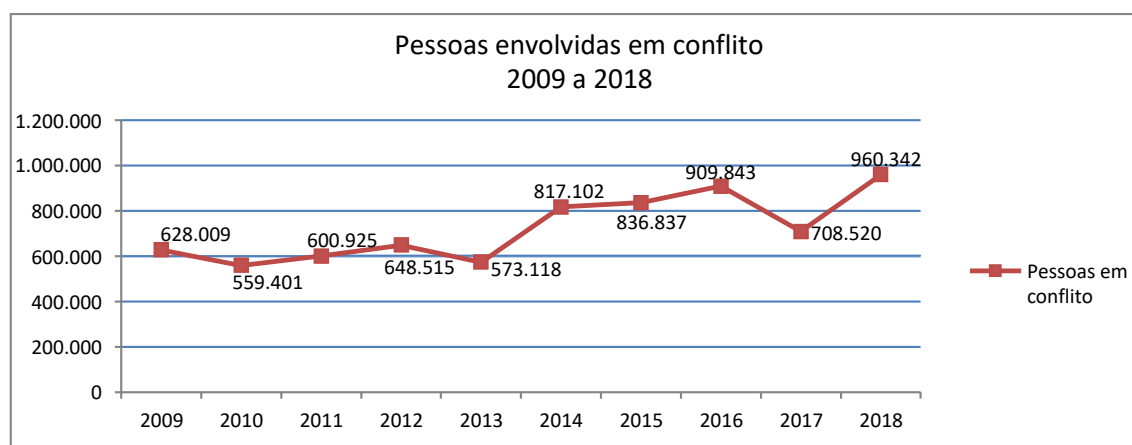
Tabela 4–Total de Conflitos no Campo Brasil

Total dos Conflitos no Campo Brasil										
Nº de Conflitos	1.184	1.186	1.363	1.364	1.266	1.286	1.217	1.536	1.431	1.489
Assassinatos	26	34	29	36	34	36	50	61	71	28
Pessoas Envolvidas	628.009	559.401	600.925	648.515	573.118	817.102	816.837	909.843	708.520	960.342
Hectares	15.116.590	13.312.343	14.410.626	13.181.570	6.228.667	8.134.241	21.387.160	23.697.019	37.019.114	39.425.494

Fonte: CPT, 2019; modificado pelo autor

Gráfico 10 – Total – Nº de Conflitos

Fonte: CPT, 2019 - ELABORAÇÃO PRÓPRIA

Gráfico 11 – Pessoas Envolvidas em Conflito – 2009 - 20018

Fonte: CPT, 2019 - ELABORAÇÃO PRÓPRIA

A partir dos dados destacados neste texto, como pela observação das Tabelas e dos Gráficos, podemos assegurar que, a partir de 2015, o cenário começa a se agravar ainda mais, fato advindo do aprofundamento do neoliberalismo, a nova face da hegemonia secular que, entendemos ser permanente no desenvolvimento nacional. Isso significa que o poder do seu bloco-hegemônico está em expansão, uma vez que o controle corporativo global e a estrutura de canalização e concentração do poder e de recursos possui seus braços produtivos enraizados no agronegócio, na mineração e na produção de energia. Dessa maneira, a atuação mercantilista com sua ideologia antropocêntrica, a qual nutre a inserção social pelo consumo, a civilização industrial e seu senso comum, possibilita que o conjunto desses fatores encaixe o

desenvolvimento na construção da sociedade de mercado.

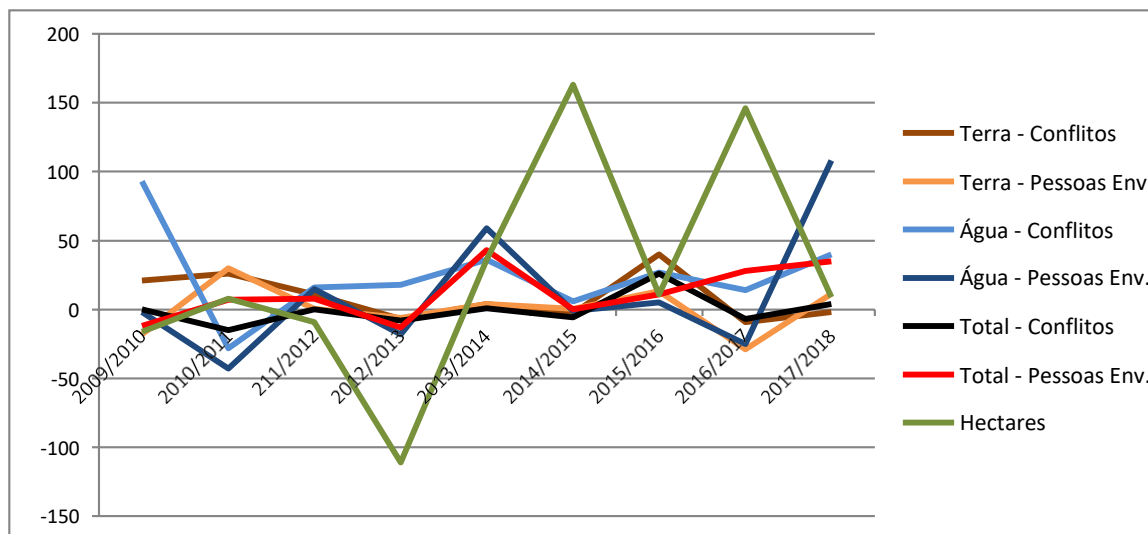
4.2.5 ANÁLISE DA VARIAÇÃO PERCENTUAL ANUAL – TERRA, ÁGUA E TOTAL

É possível observar, a partir do exposto no Gráfico (12), a variação percentual anual de conflitos por terra e água, o qual se desdobra em: número de conflitos e pessoas envolvidas. Também, aborda o total de conflitos (terra e água) e as pessoas por eles afetadas. Em relação à área tomada por essas disputas, o Gráfico é preenchido por hectares, de modo a gerar um cenário sobre os conflitos no campo e a situação das comunidades tradicionais e dos povos indígenas na luta pelos seus territórios no Brasil.

Os valores medidos oscilam para mais ou para menos, o que significa que quando a variação é positiva aumenta-se o número de conflitos, pessoas envolvidas ou a área, mesmo que o valor seja menor do que o anterior. Por outro lado, caso a curva tenda a oscilar para abaixo de zero, a indicação é de que os fatores abordados no gráfico diminuíram em relação ao ano anterior. A partir dessa constatação, percebe-se que a variação percentual anual oscila constantemente, entre períodos curtos, com momentos de intenso crescimento na taxa de conflitos e de pessoas envolvidas, assim como a área abarcada por tais disputas. Esses picos de maior crescimento incidem sobre os fatores relacionados às disputas por terra, água e ao total de hectares durante toda a série, pois não há um período de estabilidade em relação aos conflitos no campo e seus desdobramentos em território nacional, durante a série em questão. Em razão da hegemonia mercantilista antropocêntrica, como já frizado diversas vezes neste trabalho, não foi combatida, foi feita apenas algumas mudanças ao longo do tempo por algumas composições superficiais.

Nessa oscilação de valores, praticamente anual, constata-se que tal comportamento é indicativo de que as taxas percentuais relacionadas à redução dos conflitos (terra e água), às pessoas envolvidas e à área impactada não se sustentam. Pelo contrário, nota-se que os períodos de baixa logo são revertidos para outros de alta que, por sua vez, mantêm os níveis mais altos do que antes, caracterizando-se pela ineficiência da estratégia utilizada para mitigar esse cenário instável e perigoso no Brasil, com tendência ao agravamento dessa situação histórica, conforme abordado anteriormente.

Gráfico 12 - Variação Percentual Anual (2009 – 2018) dos conflitos por terra e água, pessoas envolvidas, e área envolvida (hectares)



Fonte: CPT, 2019; elaboração própria

O Gráfico (12) também mostra um descompasso entre os valores dos fatores tratados na série, em diferentes períodos. Por exemplo, entre 2009 à 2012, os conflitos de terra e as pessoas neles envolvidas estão em alta, enquanto aqueles valores relacionados aos conflitos por água e as pessoas por eles envolvidas estão em baixa. Percebe-se também que, em nenhum dos períodos abordados, ocorre diminuição de todos os aspectos englobados pelo gráfico. Contudo, o elemento água não pode ser desmembrado do elemento terra, já que ambos são considerados como parte integrante da vida de qualquer pessoa, comunidade ou território, seja na qualidade de recurso ou mesmo como aspecto cultural, espiritual e sagrado. Com isso, são necessárias abordagens e estratégias integradas, que lidem com o território como um todo, a fim de manter a sustentabilidade e a sobrevivência dos povos tradicionais e da Natureza do Brasil, fonte de diversidade e riquezas imensuráveis.

Outro aspecto que se destaca devido à sua extrema oscilação, refere-se à área tomada por conflitos: no período entre 2012 a 2014 houve uma queda de mais de 100%; entre 2014 e 2015, um aumento de mais de 150% e, logo nos anos seguinte, entre 2016 e 2017, ocorreu outra elevação de 130%. Percebe-se também que o total do número de conflitos não é diretamente consonante ao contingente populacional envolvido nessas disputas por terra e água, sendo facilmente identificado entre os períodos de 2010/2011, 2013/2014 e 2016/2017, nos quais cresce o número de pessoas envolvidas em maiores proporções que os conflitos, o que pode indicar pressão por parte daqueles que lutam por seus territórios. Fica claro então, no

Gráfico (12), que as estratégias levadas a cabo para corrigir esse cenário de confronto afetam centenas de milhares de famílias e, nesse período analisado, foram ineficazes, ao passo que observa-se uma queda percentual de incidência de conflitos acompanhada por um período de alta, que acaba por elevar ainda mais os conflitos no território nacional.

Portanto, pela nossa análise, a característica mais evidente é a oscilação anual com tendência ao agravamento deste quadro crítico e conflituoso, impactos os quais aumentam os danos causados ao meio ambiente e aos povos indígenas e tradicionais, além do descompasso entre as variações dos valores percentuais em relação aos fatores apresentados, o que indica uma desarticulação estratégica dos movimentos sociais (entre eles mesmos) e também do Estado ao lidar com essa conjuntura alarmante.

Em meio a esse cenário, há ainda o avanço no desmatamento, na degradação ambiental e o descaso com a questão agrária, conforme alerta o artigo “Terra em Transe”. Segundo seu texto, desde o governo FHC até os dias atuais, as áreas desapropriadas com fim de reforma agrária sofrem uma queda anual, passando de mais de um milhão de hectares entre 1995 e 1998, para pouco mais de dez mil hectares entre 2015 a 2018. Outro golpe duro a favor do poder pseudo-Privado (a grilagem) foi o Projeto Terra Legal – Lei 11.952/09¹⁴, que editou a MP458, com o intuito de possibilitar o processo de legalização das terras griladas. O CTP dispõe sobre o assunto:

Com essa Lei, uma das principais conquistas democráticas da sociedade brasileira consagrada na Constituição de 1988, a saber, o princípio da função social da propriedade, está sob forte ameaça. Essa MP não só legalizou terras obtidas ao arripio da lei através da grilagem, em particular na Amazônia e, assim, contribui para o desmatamento, para a concentração fundiária e, pouco se diz, retirou dos movimentos sociais um dos principais argumentos para a luta pela reforma agrária, a saber, que terra grilada, por ser ilegal, está sujeita à desapropriação por interesse social. (...). O mais recente golpe contra os interesses populares no campo e nas periferias urbanas é a Lei 13.465/2017 que permite, por exemplo, a venda de lotes dos assentamentos de reforma agrária, o que expõe as famílias que ocupam os 88 milhões de hectares de assentamentos rurais (CPT, 2019. p. 95).

Já em relação aos povos indígenas, a homologação de suas terras sofreu uma redução extrema, de 145 no governo de FHC, seguindo para 79 e 21 durante os governos de

¹⁴ BRASIL. Lei nº 11.952 de 25 de junho de 2009, que editou a MP 458. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11952.htm>. Acesso em 06 maio. 2020. P. 111

Lula e Dilma, respectivamente, para depois o governo de Michel Temer homologar apenas 1 território. Essa tendência de desmantelamento das políticas agrárias voltadas a direcionar o desenvolvimento nacional, no sentido de corrigir problemas históricos engendrados na estrutura social e política do Brasil no período colonial, ganha em intensidade quando agregada ao avanço do desmatamento que, entre o período de agosto de 2016 a julho de 2017, se comparado com esse mesmo período no ano de 2018, “mostra que o desmatamento atingiu um crescimento de 124%, o que representa um salto de 11,9 mil para 26,7 mil hectares” (CPT, 2019 p. 98).

Com as comunidades Quilombolas não foi diferente, o processo de redução da titulação de seus territórios, de 2013 à 2018, sofreu um corte de recursos públicos de mais de 97%, o que significa uma queda de R\$ 42 milhões de reais em 2013 para cerca de R\$ 1 milhão em 2018. Tal situação torna-se preocupante, ao passo que existem em torno de 206 áreas quilombolas identificadas pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária (Incra, órgão que executa a titulação das terras já identificadas e reconhecidas) no últimos 15 anos, com cerca de 13 mil famílias e sem homologação. Nesse sentido, segundo o CPT: “Em relação aos processo de certificação, nos últimos 13 anos, 3.168 comunidades remanescentes de quilombos foram identificadas e certificadas”, contudo, “somente 6,5% dessas áreas foram tituladas”. Além do mais, a Fundação Cultural Palmares (FCP), responsável pela certificação das comunidades quilombolas, “emitiu certificado para apenas 144 comunidades e titulou somente quatro terras quilombolas em 2018” (CPT 2019, p. 99).

Adverta-se, no entanto, que mais que responsabilizar os governos por esses números, por maiores responsabilidades que possam ter, é preciso registrar que nesses anos em que maior foi a extensão de áreas desapropriadas e maior o número de famílias assentadas foram também os anos de maior mobilização dos movimentos sociais de ocupações e acampamentos. Portanto, há uma correlação positiva entre mobilização social e conquista de terras. Mais adiante veremos que o número de ações dos movimento sociais através de ocupações e acampamentos caiu de cerca de 700 ações em 2003 para 160 em 2018 (CPT, 2019, p.99).

Podemos então, dizer mais uma vez que, em relação ao desenvolvimento de mercado, ou seja, a produção de excedente crescente para gerar acumulação contínua, segue ditando as regras e as noções de progresso, os modos de produção e consumo tradicionais continuam operando, apesar das crises de sempre e outras novas. Por outro lado, há força de luta e resistência tanto nas ruas, quanto no campo. E, conforme explicou Furtado (2008), os conflitos sociais são forças alimentadoras da criatividade política, uma fonte de inovação para as transformações sociais que implica em nova forma de sustentabilidade para o

desenvolvimento. O resgate dessa força contida na população seria o principal elo para a construção de um bloco contra hegemônico; segundo nosso entendimento é aquela a qual vem do elemento prefigurativo, ou seja, se veste do apanágio que reverte à lógica hegemônica vigente e cria novas formas de organização e interação social, por meio da luta e da pressão política contra a desigualdade, a falta de liberdade e a destruição do meio ambiente, hoje tão presente na sociedade capitalista. Desse modo, consegue-se desestabilizar a estrutura de controle e concentração do poder e de recursos, como também, ressignificar nossa, restrita e estanque, noção de valor.

4.2.6 A NATUREZA E O DESENVOLVIMENTO

Em continuidade, por meio da ideologia do progresso, Furtado (2008, p. 105 e 108) explica que foi firmado um pacto social entre interesses antagônicos responsáveis por fundamentar as bases para o desenvolvimento no quadro da dependência externa, atravessado pela legitimação de uma “consciência internacional de solidariedade”. Projeto este que não se ateve para mudanças na estrutura social nacional, pelo contrário, foi realizado dentro da classe que exercia o poder, num acordo entre conservadores e liberais, criado pela tradição do mando e do latifúndio colonial com o agente externo. Todavia, tal direcionamento político e econômico nunca deixou de identificar e captar as ondas que emanam das tensões sociais, a “pluralidade ideológica amplia necessariamente a área coberta pelo debate político: as iniciativas se exercem em múltiplas direções, a fim de abrir opções nos momentos em que as tensões se tornam agudas”, a partir “da visão otimista de futuro” mantida pela “miragem da ascensão social”.

Contudo, esse projeto de desenvolvimento nacional, que se mantém pelo transplante da civilização industrial no Brasil, apresenta-se desvinculado das estruturas sociais pois é concebido por “um estilo material de vida originado fora do contexto histórico do país em questão”. Tal perspectiva adaptativa é mantida por manifestações externas de criatividade cultural que abarca diferentes esferas da vida social, considerada fruto do racionalismo instrumental e que valida a estratificação social. Dessa forma, “a população passa a ser vista pelos agentes do processo de industrialização como uma massa de “recursos produtivos” enquadrados na lei dos mercados” e a Natureza, como “recursos naturais” a ser explorada a partir da necessidade do crescimento econômico.

Dito isso, apesar de ter acesso à toda uma panóplia de bens que o consumidor da sociedade moderna pode ter a seu dispor, desde que tenha dinheiro para isso, a industrialização dependente não produz um quadro social estável; a crescente heterogeneidade leva a conflitos

sociais enquadrados pelo Poder Público como “longe de ser uma fonte alimentadora da criatividade política”, mas “percebidos como formas de desperdício de energias da sociedade”. Modelo no qual, o autoritarismo, como sistema político, torna-se um importante recurso para criar condições de intensificar a acumulação e assim servir de instrumento utilizado para alavancar a evolução das forças produtivas e financeiras, tidas como “formas sociais consideradas superiores” (FURTADO, 2008 p. 108).

“A crescente heterogeneidade social, que tem na “marginalidade urbana” apenas um de seus sintomas mais alarmantes (...). Ora, os sinais de uma instabilidade intrínseca em gestação servem de justificativa para o reforço de um autoritarismo preventivo. Dessa forma, mais do que instrumento destinado a propiciar uma rápida acumulação é uma arma repressora das forças sociais que a industrialização dependente não consegue canalizar de modo construtivo. Sendo o desenvolvimento a expressão da capacidade para criar soluções originais aos problemas específicos de uma sociedade, o autoritarismo, ao bloquear os processos sociais em que se alimenta essa criatividade, frustra o verdadeiro desenvolvimento” (FURTADO, 2008, p. 109 e 110).

Ademais, apartir do contexto de desenvolvimento dependente baseado na competição internacional, descrito por Celso Furtado no ano de 1978 – em época de ditadura no Brasil –, se comparado com a conjuntura contemporânea nacional, vemos que pouca coisa mudou já que a sociedade brasileira ao vincular o progresso nacional com a acumulação, racionalidade instrumental e com perpetuação do sentido do desenvolvimento fundamentado na divisão internacional do trabalho, resulta num direcionamento conservador das estruturas de dominação social, canalização e concentração de recursos, além do iminente risco autoritário.

O reforço do autoritarismo preventivo vem do medo que as oligarquias nacionais tem da emancipação das classes populares, pois o empoderamento¹⁵ das massas afeta a capacidade de manobra que os agentes privilegiados, políticos e privados, pessoa jurídica e pessoa física, possuem dentro dos centros de decisão, o qual conserva sua elite desde o século XIX. Sendo assim, a hegemonia mercantilista antropocêntrica depende desse *status quo* dentro do desenvolvimento brasileiro, ou seja, de uma população pobre e dependente de redistribuição de renda, pois quando se muda tal arranjo, põe em risco seus privilégios uma vez que a população se encontra ocupando os centros de decisão, revertendo toda à lógica predial e segmentada e lançando o povo para o **todo** da estrutura de poder. Ora, quem melhor do que a

¹⁵ Para saber e entender mais sobre o tema empoderamento, ler o livro de Joice Berth, *Empoderamento*, presente na série *Feminismos Plurais*, cuja coordenação é de Djamila Ribeiro. BERTH, Joice. *Empoderamento*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 183 p.

própria população organizada para criar soluções direcionadas a resolver seus próprios problemas?; Ou mesmo decidir como e onde se deve aplicar os recursos direcionados ao seus próprios territórios?.

E, ainda, ao julgar o cenário mundial em relação à concentração de renda e riqueza, segundo o relatório da OXFAM feito em 2017, a constatação é de que o 1% mais rico da população mundial detém a mesma riqueza que os outros 99%. Uma realidade que atinge 700 milhões de homens, mulheres, meninos e meninas, os quais sobrevivem “com menos de US\$ 1,90 por dia”, ou seja, US\$ 57,00 por mês OXFAM (2017, p. 6). Ao direcionar o quadro de desigualdade para o Brasil, os números são ainda mais agravantes. De acordo com o mesmo relatório citado acima, “seis pessoas possuem riqueza equivalente ao patrimônio dos 100 milhões de brasileiros pobres”, e os 5% mais ricos têm rendimentos equivalentes aos demais 95% dos brasileiros. Nesse cenário, uma mulher trabalhadora, que recebe um salário mínimo por mês, terá que trabalhar 19 anos para conseguir atingir a renda mensal de um super-rico (OXFAM, 2017, p. 6).

Em razão desse contexto, na medida em que a população brasileira em 2015 era estimada em 204,9 milhões de pessoas, num cenário onde 100 milhões delas são pobres (de dinheiro), cada vez mais pessoas se encontram num estado de carência ou de vulnerabilidade social. Nesse caso, mais especificadamente, 49% da população, ao passo que apenas 6 pessoas concentram a mesma riqueza desses 100 milhões de brasileiras e brasileiros que passam por dificuldades. Logo, uma triste relação vem ao pensamento, a de que no Brasil são necessários 100 milhões de pobres para fazer meia dúzia de super-ricos, situação esta que vem se perpetuando desde o século XIX, ainda no regime escravocrata, no qual o Brasil possuía população estimada de 12 milhões de pessoas, com 6 milhões vivendo na miséria, ou seja, 50% da população passava por carência de necessidades básicas. Além do contingente que sofre com tal cenário ser muito maior, antes 6 milhões, esse panorama exemplifica bem o preço da acumulação no Brasil.

Como elucida Dowbor (2017, p. 13), tal fato ocorre “por culpa de um sistema de alocação de recursos sobre o qual elas não têm nenhuma influência”, somado ao fato de que a desigualdade e a pobreza não são condições *sine qua non* da sociedade, mas sim problemas que podem ser combatidos, visto que se configuram “antes de mais nada, produtos de escolhas políticas injustas que refletem a desigual distribuição de poder nas sociedades” (OXFAM, 2017, p. 11). Nesse sentido, o líder indígena e sociólogo Ailton Krenak, originário do Vale do Rio Doce, lugar extremamente impactado pela mineração, em seu livro “Ideias Para Adiar o Fim do mundo”, lança várias questões importantes para a nossa reflexão em relação ao que seria a

humanidade, o desenvolvimento sustentável e a relação do ser humano com a Natureza. E, para tanto, relacionamos os seguintes questionamentos: como podemos nos identificar como humanidade sendo que mais de 70% dos seres humanos “estão totalmente alienados do mínimo exercício de ser?”; A que custo a sociedade atingiu a modernidade e se aprofundou nela como se fosse a única razão pela qual se identifica como tal?; Na visão do sociólogo, tal modelo se aprimorou na exploração e marginalização daqueles que nada mais são do que mera mão-de-obra, ou algum ruído a ser evitado (KRENAK, p.14).

A modernização jogou essa gente do campo e da floresta para viver em favelas e em periferias, para virar mão de obra em centros urbanos. Essas pessoas foram arrancadas de seus coletivos, de seus lugares de origem, e jogadas nesse liquidificador chamado humanidade. Se as pessoas não tiverem vínculos profundos com sua memória ancestral, com as referências que dão sustentação a uma identidade, vão ficar loucas neste mundo maluco que compartilhamos (KRENAK, 2019, p. 14).

Gudynas (2019, p. 18) assinala ainda que, a crise ambiental foi construída por meio de múltiplos fatores que colocam em evidência “os alicerces do comportamento cultural sobre o papel que o meio ambiente desempenha” na sociedade moderna e destaca que tais fundamentos são estabelecidos por graves fragilidades políticas estatais de governos (conservadores ou progressistas), interesses próprios de distintos grupos sociais, assim como pelo modo de produção e consumismo nacional, condicionados pelo comércio internacional. Para o autor, tanto na América Latina como na China a super exploração dos recursos naturais vem acompanhada da minimização de seus efeitos.

Tais fundamentos podem ser caracterizados por serem antropocêntricos e orientados a controlar e manipular o meio ambiente em função de sua utilidade econômica. A categoria antropocêntrica diz respeito às posturas centradas nos seres humanos, colocando-os como ponto de partida para qualquer valoração. Concede-se aos humanos um lugar privilegiado ao se conceber que as pessoas são substancialmente distintas de outros seres vivos, únicas por suas capacidades cognitivas e por ser conscientes de si mesmas; portanto, somente elas podem atribuir valores. Dessa maneira, unicamente os humanos podem ser sujeitos de valor, fazendo dos demais elementos que nos rodeiam, tais como plantas ou animais, objetos de valor. O antropocentrismo implica também um sentido de interpretar e sentir o meio ambiente em função de necessidades dos próprios humanos. Portanto, segundo essas posturas, os direitos e deveres podem somente residir nas pessoas. A Natureza, ou outros conceitos análogos, como meio ambiente, deixa de ser uma categoria plural, é desarticulada e se converte em um conjunto de objetos, vivos ou não vivos, em que alguns

poderiam ter utilidade atual ou futura. Se as espécies ou os ecossistemas são objetos, podem eventualmente estar sob a propriedade dos humanos (GUDYNAS, 2019, p. 20 e 21).

Nesse sentido, Krenak (2019, p. 16 e 17) traz algumas indagações sobre qual seria o propósito do desenvolvimento sustentável. Segundo sua visão, “o mito da sustentabilidade, inventado pelas corporações para justificar o assalto que fazem à nossa ideia de natureza”, não passa de um ideal mercantilista que tenta segregar a humanidade da terra, rotulando a natureza como recursos naturais, por meio da racionalidade utilitarista e instrumental. Além de colocar a mulher e o homem como “uma coisa” e a Terra outra, sendo partes diferentes de um todo em que o ser humano não dependesse da sanidade ambiental para se manter saudável, tal ideologia aliena a humanidade com relação ao meio ambiente e, segundo a visão do líder indígena, não há onde exista “alguma coisa que não seja natureza. Tudo é natureza. O cosmos é natureza. Tudo em que eu consigo pensar é natureza”.

É a partir da visão de Gudynas (2019) sobre antropocentrismo, que fechamos a hegemonia mercantilista antrocentrica, secular e perene no quadro do desenvolvimento nacional, agregando juntamente com a ideia de Krenak (2019), a fim de concluirmos a seguinte provocação: podemos, portanto, identificar a sustentabilidade igual, ou dependente da insustentabilidade, onde existe ilhas in-sustentáveis para explicar a sustentabilidade de outras; contudo, o problema da produção e consumo não é discutido, pois agride o liberalismo capitalista e aflige o mercado colocando em xeque a superioridade do homem. Destarte, não se muda o senso comum da sociedade de mercado, que é a inserção social pelo consumo, muito menos corrige-se seu estado crítico.

Dessa forma, a visão antrocentrica do mundo impõe um valor extrínseco a uma planta, um animal ou uma cachoeira e, dessa maneira, exclui o sentido do valor próprio de existir desses elementos que são únicos em seus cosmos e, ao mesmo tempo, estão interligados com toda a rede da vida na Terra. Ao mesmo tempo em que os atributos utilitários são responsáveis por organizar a superexploração da Natureza, efeito que resulta na canalização de recursos para o mercado produtivo e financeiro global, tal hegemonia antrocentrica está impregnada nos modelos de desenvolvimento ensaiados nos Estados Unidos, no Brasil ou na China. E, em todos os continentes, esses países compartilham os objetivos de garantir o crescimento econômico, “aumentar as exportações ou atrair investimentos - a apropriação de recursos naturais é o combustível para esse crescimento desejado” (GUDYNAS, 2019, p. 21).

No entanto, a forma predominante antrocentrica de valoração baseada na

utilidade, “expressa a dominação, seja dos humanos sobre o meio ambiente, seja também de alguns humanos sobre outros”, ou seja, aquela velha razão utilitarista a qual depende da estratificação social. Com isso, tem-se homem explorando o homem, homem explorando a mulher, homem explorando a natureza, além da tendência a separar toda a conexão da vida na Terra para se apropriar daqueles elementos considerados úteis e valiosos para, assim, nutrir ciclos e circuitos econômicos. Essa situação se esgota na sobreposição do valor econômico que, por sua vez, gravita em torno do lucro e da rentabilidade e cimenta toda a razão moderna. Além do mais, a “árvore se converte em metros cúbicos de madeira que adquirem um valor, enquanto a folhagem ou as raízes se tornam invisíveis ao carecer de utilidade: a árvore como ser vivo, ou como ecossistemas, não tem valores próprios nem direitos” (GUDYNAS, 2019, p. 22).

Krenak (2019, p. 15) chama a atenção, também, sobre como a visão antropocêntrica restringe outras concepções de mundo e limita a riqueza cultural do Brasil, em prol de um planeta cada vez mais adequado aos interesses corporativos “que devoram florestas, montanhas e rios”. Nesse sistema, no lugar da Natureza são construídos shoppings e parques ecológicos para os turistas terem uma pista de como a Terra era formada. Para melhor ilustrar essa ideia, o Líder Indígena cita o exemplo dos povos “Massai”, no Quênia, os quais lutaram para que a Inglaterra não transformasse sua montanha sagrada em um parque. Segundo suas palavras: “Eu acho que começa como parque e termina como parking. Porque tem que estacionar esse tanto de carro que fazem por aí afora”. A criação de um parque ecológico para atrair turistas e gerar rentabilidade, a fim de justificar a conservação ambiental, nada mais é que um pensamento mercantilista antropocêntrico. Enquanto há diversas outras concepções sobre o meio ambiente além de recursos, como na região dos Andes, no Equador e na Colômbia, “você encontra lugares onde as montanhas formam casais. Tem mãe, pai, filho, tem uma família de montanhas que trocam afeto, fazem trocas. E tem homenagem a essas entidades “fazem festas (...), dão presentes, ganham presentes das montanhas”.

Já no caso do povo “Krenak”, o autor esclarece que sua aldeia reside na margem esquerda do rio Doce, aquele atingido pela lama da mineração¹⁶, e na sua direita existe uma serra, que segundo ele “tem nome, Takukrak, e personalidade”. Seu humor corresponde ao tempo, se vai chover ou fazer sol, de maneira a influenciar as atividades do povo, “de manhã cedo, de lá do terreiro da aldeia, as pessoas olham para ela e sabem se o dia vai ser bom ou se

¹⁶ “Alusão ao rompimento da barragem do Fundão, da mineradora Samarco, controlada pelas multinacionais Vale e BHP Blinton em novembro de 2015. Foram lançados no meio ambiente cerca de 45 milhões de metros cúbicos de rejeitos da mineração de ferro, o que desencadeou efeitos a longo prazo na vida de milhares de pessoas, incluindo as aldeias Krenak”. (KRENAK, 42).

é melhor ficar quieto.” Caso Takukrak acorde “com uma cara do tipo “não estou pra conversa hoje”, as pessoas já ficam atentas”, ou se ela amanhece “esplêndida, bonita, com nuvens claras sobrevoando a sua cabeça, toda enfeitada, o pessoal fala: “Pode fazer festa, dançar, pescar, pode fazer o que quiser” (KRENAK, 2019, p.18).

Dessa maneira, percebe-se que o olhar antropocêntrico não consegue enxergar além das relações utilitaristas e instrumentais, pois não possui a amplitude necessária para aceitar a multivaloração da Natureza e, a partir desse direcionamento não leva em consideração os valores intrínsecos existentes em plantas, animais ou ecossistemas, as “rejeições a esses valores se baseiam na sustentação de que somente os seres humanos enquanto indivíduos cognoscentes, volitivos e racionais, podem gerar valores.” Visão estreita, que lança a ideia de que os “valores próprios não teriam sentido, já que, para reconhecer valores, seria necessária a presença de seres humanos que os atribuíssem pois, onde não há humanos, não haveria valores”. (GUDYNAS, 2019, p.50).

Gudynas (2019, p. 22 e 23) esclarece que esse tipo de olhar organiza a apropriação da Natureza, por vias diretas ou indiretas, baseada na utilidade ou no proveito do próprio homem, o que significa que se pode “apreciar esteticamente uma paisagem, explorar uma jazida de minério ou modificar um ecossistema para convertê-lo em terras de cultivo”. Tal perspectiva “se converte na compreensão do desenvolvimento” e carrega consigo consequências profundas, já que, por um lado, “a Natureza é fragmentada em componentes reconhecidos como “recursos” e, por outro, “a apropriação desses “recursos” necessariamente exigem poder controlar, manipular e possuir o meio ambiente”. E depois de converter os ecossistemas em “recursos” essenciais ao “desenvolvimento”, seus elementos se descolam de sua essência, deixando de ter e fornecer vida para Terra, para serem extraídos, separados, processados e modificados. Nesse sentido, valor é um conceito abstrato que abrange “temas originários de economia, ética e estética” e se refere a idéias que desenham atributos os quais “valem a pena, revestidos de importância, eventualmente desejados ou que são corretos, e são estudados sob a chamada teoria do valor ou axiologia”.

A partir dessas limitações, no que diz respeito à valoração do meio ambiente, seus efeitos avançam para outras dimensões:

Por exemplo, impõe condições sobre os direitos cidadãos, incluindo os direitos ambientais de terceira geração. Isso é particularmente evidente com a proliferação de empreendimentos extrativistas, como minérios ou hidrocarbonetos, em que os grupos locais sofrem com limitações ou violações de seus direitos. Isso inclui, entre outros, descumprimentos dos direitos de acesso à informação, limitações das obrigações de

promover a participação, descumprimentos das exigências ambientais, deterioração da qualidade de vida. Em muitos casos, isso desencadeia conflitos sociais, às vezes muito duros, em que os direitos desaparecem sob a perspectiva de assegurar utilidades econômicas ou produtivas. (GUDYNAS, 2019 p.24).

Ademais, agregada a essa ideologia mercantil, a insistência da utilidade transforma culturalmente as pessoas, “invade as interações sociais e corrói as culturas tradicionais de camponeses e indígenas” que, paulatinamente, vão absorvendo os critérios de benefício e utilidade (GUDYNAS, 2019 p. 24). Além do mais, Celso Furtado (2008 p. 115) explica que a partir do momento o qual se mercantiliza todas as esferas da vida, transforma o cidadão em mero consumidor e o sentido da vida mingua, em que “ao consumidor cabe um papel essencialmente passivo: a sua *racionalidade* consiste exatamente em responder “corretamente” a cada estímulo a que é submetido”. Sendo assim, as leis do crescimento econômico submetem a inovação a um nível cada vez mais alto de gastos para manter a segregação entre o consumidor privilegiado e o resto da sociedade, já que as leis do mercado condiciona toda a percepção do desenvolvimento e da existência da própria vida.

Todo objeto de uso final, que não procede diretamente da natureza, é fruto da invenção humana, é um *objeto de arte*. Seu fim é enriquecer a existência dos homens. Aquele que constrói a própria casa aí põe o seu engenho para dotar-se de um ambiente que lhe faça a vida mais interessante. O mesmo se pode dizer com respeito à vestimenta, aos alimentos, enfim, de tudo o que é expressão imediata da personalidade humana. Se esses objetos são adquiridos no mercado, a participação do indivíduo no arranjo da própria vida reduz-se a um mínimo ou assume a forma de simples mimetismo social. A possibilidade de criar algo para si próprio ou no quadro das relações pessoais mingua: a vida como projeto original tende a ser substituída por um processo de adaptação a estímulos exteriores. O indivíduo poderá reunir em torno de si uma miríade de objetos, mas sua participação na invenção deste terá sido nula. Os objetos que adquire e substitui a qualquer instante podem proporcionar-lhe “conforto”, mas carecem de uma vinculação mais profunda com sua personalidade. A produção de tais objetos está subordinada ao processo de acumulação, que encontra na homogeneização dos padrões de consumo uma poderosa alavanca (FURTADO, 2019 115 E 116).

Além disso, todo esse arranjo, focado numa hegemonia mercantilista antropocêntrica, é visto como necessário para sustentar o crescimento econômico e levá-lo à “valoração da utilidade como valor econômico, que se expressa, “sobretudo, no preço”. O império do mercado coloca, assim, preço em elementos da natureza com o objetivo de lhes atribuir propriedade, a qual pode ser “privada, estatal, mista (estatal-privada), cooperativa etc” e, dessa forma, toma o poder de alterar (inclusive, dizimar) ecossistemas inteiros. Como é o caso da transformação de dez hectares de selva amazônica em pasto, garimpo, ou espaço para extração de madeira, mesmo que em detrimento da sua organicidade, dos territórios dos povos indígenas e tradicionais, além de todo o planeta ambientalmente interligado (GUDYNAS, 2019 p.23).

O resultado disso é a fragmentação e mercantilização da Natureza, ao passo que sua imersão no mercado, a partir da conversão de seus recursos em mercadorias, tem suas expressões reconhecidas na “difusão de categorias como “capital natural” ou “bens e serviços ambientais”. Tal direcionamento do desenvolvimento não só enquadra seres vivos ou recursos inertes em mercadorias, como também tenta comercializar até as funções dos ecossistemas. Essa profunda penetração do meio ambiente como “capital”, na sociedade contemporânea, permeia um tipo de racionalidade voltado “para a utilidade, a eficiência e o retorno” através de “conceitos como “ativos ecológicos”, “investimento” em conservação, “bioprospecção”, “maximizar retornos” da conservação etc” (GUDYNAS, 2019 p. 25 e 26).

Enquanto isso, a humanidade vai sendo descolada de uma maneira tão absoluta desse organismo que é a Terra. Os únicos núcleos que ainda consideram que precisam ficar agarrados nessa terra são aqueles que ficaram meio esquecidos pelas bordas do planeta, nas margens dos rios, nas beiras dos oceanos, na África, na Ásia ou na América Latina. São caiçaras, índios, quilombolas, aborígenes – a sub-humanidade. Por que tem uma humanidade, vamos dizer, bacana. E tem uma camada mais bruta, rústica, orgânica, uma sub-humanidade, uma gente que fica agarrada na terra. Parece que eles querem comer terra, mamar na terra, dormir deitados sobre a terra, envoltos na terra. A organicidade dessa gente é uma coisa que incomoda, tanto que as corporações têm criado cada vez mais mecanismos pra separar esses filhotes da terra de sua mãe. “Vamos separar esse negócio aí, gente e terra, essa bagunça. É melhor colocar um trator, um extrator na terra. Gente não, gente é confusão. E, principalmente, gente não está treinada para dominar esse recurso natural que é a terra” (KRENAK, 2019 p.22).

E, por fim, verifica-se que, na maioria das vezes, essa separação dos povos indígenas e tradicionais é realizada de forma violenta, entre conflitos protagonizados pelo Estado e pelo Poder Privado, individualmente ou em conjunto, motivo pelo qual a CPT (2019,

p. 99) preparou uma Tabela (5) sobre a Violência Contra a Ocupação e a Posse, que coloca em evidência o número de conflitos e seus desdobramentos em relação a área, famílias expulsas, famílias despejadas, ameaças de despejo, tentativa ou ameaça de expulsão, casas destruídas, roças destruídas, bens destruídos e pistolagem.

Tabela 5 –Violência contra a Ocupação e a Posse

	Nº de Ocorrências	Famílias	Área	Famílias Expulsas	Famílias Despejadas	Ameaçadas de Despejo	Tentativa ou Ameaça de Expulsão	Casas Destruidas	Roças Destruidas	Bens Destruidos	Pistolagem
Total :	1124	118080	39425494	2307	11225	21335	18048	3717	1711	3502	9618

Fonte: CPT, 2019 p. 90; Modificada pelo autor

Krenak (2019) e Gudynas (2019) alertam que a era do antropoceno é especialista em criar ausências que limitam a existência humana e tiram tando o sentido de viver em sociedade quanto o próprio sentido da vida, uma vez que o reducionismo do ser humano a mero consumidor desloca as pessoas da vida política, ambiental e territorial, restringindo as múltiplas valorações da Natureza ao racionalismo de mercado. Tudo isso, inviabiliza as preferências e valorações múltiplas, pessoais, coletivas e ecológicas, levando à intolerância àqueles que ainda são capazes de olhar a vida de modo diferente, que cantam, dançam, fazem chover e, com isso, inibe a ligação entre o uso, respeito, solidariedade, reciprocidade e leva à renúncia da ligação que existe entre as pessoas e a Natureza. Coloca-se tudo o que vai contra a ideologia do progresso de acumulação como gasto de energia desnecessário e, por isso, oprime o protagonismo e ativismo político e ambiental.

Para finalizar, é importante trazer a provocação de Ailton Krenak (2019) em seu livro “Ideias para adiar o fim do mundo”: ideias para aliviar o peso das ausências, para tirar aquele sentimento que nos sufoca do mundo apertando nossa existência, ou de quando estamos caindo num abismo que parece ser o fim do mundo. Ele lembra que há centenas de narrativas de uma constelação de povos os quais ainda vivem o prazer de estarem vivos, que contam histórias diferentes e nos ensinam mais do que aprendemos com essa “humanidade”. Conta-nos sobre a experiência de suspender o céu, de ampliar nosso horizonte existencial enriquecendo nossa subjetividade para além da existência através do consumo, para assim exercermos nossas liberdades e consumirmos subjetividades, nossas visões, nossas poéticas sobre a existência. E lembra, ainda, da maravilha que existe em nossas diferenças, do fato de podermos compartilhar essas diferenças e nos atrairmos a partir delas a fim de sempre contar outra história.

CONCLUSÃO

A partir do longo processo de criação deste trabalho e seus desdobramentos provocativos, problemáticos, indagações e objetivo lançados, concluímos que, o desenvolvimento possui um monopólio perene, sustentado por um poder hegemônico secular, o qual é germinado no período colonial e que desde então apenas cresceu, criou raízes e se aprofundou, guiando os processos de transformações e inovações nas estruturas sociais do Brasil. Nesta dissertação, nosso objetivo centrou-se em analisar o arranjo hegemônico mercantilista antropocêntrico com seu caráter permanente, no quadro do desenvolvimento nacional.

Nesse sentido, chegamos em três pontos chave, relacionando-os durante todo o texto: a *perenidade hegemônica* e sua capacidade de controle do *desenvolvimento* brasileiro que, aqui, classificamos como *in-sustentável*, ou seja, os processos de transformação e inovação social, seus mecanismos de produção/reprodução e seus efeitos na sociedade brasileira e mundial.

Contudo, não deixamos de fora movimentos, elementos e mecanismos sociais que, segundo nossa visão, são capazes de reverter tal configuração crítica. Por isso, escrevemos sobre a formação hegemônica secular, cujas bases estão vinculadas ao agente externo europeu e à expansão da empresa colonial europeia por vias autoritárias de dominação, ocupação e exploração. Construção da sociedade brasileira esta, a qual se confunde com o estabelecimento mercantil e antropocêntrico como força hegemônica que, por seu turno, irá determinar nossa evolução colonial, ou mesmo, nossa modernização dependente.

Nesse sentido, abordamos sobre o estado crítico da conjuntura mundial e nacional, a fim de responder a questão sobre onde o desenvolvimento brasileiro tomado pela hegemonia estabelecida, em conformação com as transformações ocorridas na Europa: Revolução Burguesa e Revolução Industrial, chegou. Destarte, tratamos do resultado do transplante cultural europeu no Brasil e das consequências da civilização industrial nos dias de hoje, isto é, a sociedade de mercado imersa em crises sinérgicas e sistêmicas, onde a principal, de acordo com nossa visão, é a crise política.

É em meio a esse cenário crítico que aparece a brecha para a mudança, ou a superação daquilo que não faz mais sentido, pois um arranjo secularizado – mercantilista antropocêntrico –, o qual conduziu o desenvolvimento à sua in-sustentabilidade, não irá se configurar na solução dos seus próprios efeitos colaterais. Portanto, a formação de um bloco

contra-hegemônico se faz tão necessária nesse momento, devendo ter força suficiente para implementar algo novo, sob uma nova direção em prol do desenvolvimento, movimento o qual envolve uma mudança hegemônica. E, tal determinação de mudança no direcionamento do desenvolvimento, implica na subversão dessa hegemonia secularizada, de modo a identificar a principal força atuante na conformação do bloco hegemônico. Ora, se o resultado da civilização industrial é a sociedade de mercado, onde a mercantilização de, praticamente, todas as esferas da vida levou ao agravamento das suas contradições, ou seja, elevou a desigualdade de poder e renda, assim como a destruição da Natureza, existem certos agentes os quais contralam e direcionam tal dinâmica de canalização e drenagem de recursos.

Em continuidade, destacamos aqueles que acreditamos ser os operadores da sociedade de mercado; para tanto, utilizamos o estudo dos pesquisadores Vitali, Glattfelder e Battiston (2011), o qual expõem a Rede de Controle Corporativo Global, que tem como característica principal expandir sua rede de influência para acumular recursos e, assim, expandir e concentrar ainda mais, nas conexões financeiras internacionais realizadas por meio das tecnologias de informação. Tal arquitetura em rede foi responsável pela crise de 2007/2008 no mercado imobiliário da Califórnia, a qual se desdobrou numa crise sistêmica e geral, cujos efeitos ainda são latentes. Esse arranjo, no controle do bloco-hegemônico, atua em função de interesses expropriativos, inequívocos e particulares, os quais deslocam à lógica dos fins (voltados para o bem-estar, liberdade, igualdade e solidariedade) aos meios (a serviço da acumulação capitalista), e por isso se configura na principal força atuante no bloco-hegemônico.

E, para aprofundar mais nesse modelo de sociedade mercantilista antropocêntrico, redigimos sobre como se deu tal transplante cultural, econômico e social europeu para o Brasil, por meio da terceira via de acesso, a qual preparou este país para se transformar num braço produtivo do mercantilismo europeu, chegado assim, ao desenvolvimento in-sustentado. Nesse ponto da dissertação, fizemos referência aos motivos da crise hegemônica neoliberal antropocêntrica que Fraser (2020) identifica. Tal arranjo hegemônico foi estabelecido por meio de um pacto entre campos divergentes da sociedade, organizações sociais, do cenário político e econômico brasileiro, entre sindicato e o poder financeiro, movimentos sociais e o Estado, Estado e corporações, a fim de garantir governabilidade e manter a ordem pelo progresso. Todavia, este progressismo apenas arranhou a superfície do bloco-hegemônico secular, pois não rompeu com o mercantilismo. Ou seja, as políticas públicas, que davam um verniz progressista ao projeto em questão, procuraram capitalizar os pobres através de programas de redistribuição de renda, para transformá-los em potenciais consumidores que, por sua vez, trariam lucros para as grandes empresas. Como

resultado, houve o rompimento do tecido político e a hiper-individualização das pessoas, processo que levou ao aprofundamento da perene hegemonia mercantilista antropocêntrica, com a eleição da extrema direita conservadora, figurada pelo capitão Jair Bolsonaro, adepto assíduo do autoritarismo.

Ainda assim, houveram avanços sociais durante o pacto lulista para a governança, isto é, durante a onda progressista tupiniquim; os mecanismos de reprodução das desigualdades foram mantidos, os quais reforçaram o senso comum de inserção social pelo consumo, à reforçar a Estrutura Predial Hierárquica e Segmentada de Canalização e Controle do Poder e de Recursos, que se configura como a coluna de sustentação da acumulação mercantilista e do antropocentrismo. Portanto, quando dizemos em superar essa velha e permanente hegemonia, subverter tal estrutura torna-se essencial.

Diante dessa perspectiva, pensamos na in-sustentabilidade composta por um conjunto de diferentes fatores como a desigualdade social, a degradação do meio ambiente, os conflitos socioambientais, entre diversos outros citados neste trabalho, que são problemas oriundos do modo como o desenvolvimento explora tanto o ser humano, quanto à Natureza. A razão utilitarista, dominada pelo valor monetário não conseguiu agregar visões mais amplas de mundo, por ser manipulada pelo fator econômico, a fim de produzir excedentes com destino à acumulação. Esse sistema de produção e consumo já causou cerca de 1°C de aquecimento global, com risco de que se atinja 1,5 °C a até 2 °C, causados por emissões de CO₂ antrópico na atmosfera, com impactos adversos que se prolongarão por séculos e colocam em risco todos os níveis da vida nesse planeta.

Tal cenário, crítico e urgente, carrega consigo problemas que não são isolados – seus efeitos são sistêmicos, como o desmatamento no Brasil em 2019 o qual atingiu 1.218.708 hectares e que, por sua vez, lançou para a atmosfera 2 bilhões de toneladas brutas de CO₂, além de ter afetado mais de 100 mil famílias indígenas ou de comunidades tradicionais com conflitos relacionados à terra e água. Estes impactos ambientais são provocados, em sua maioria, pelos chamados extrativismos que são empreendimentos de grande porte como a mineração, a exploração petrolífera ou o latifúndio monocultural, os quais se apropriam de grandes volumes de recursos naturais para a exportação.

A questão socioambiental é essencial para adentrarmos mais um pouco nas contradições do desenvolvimento in-sustentável. Guiado pela lógica utilitarista, tal modelo de progresso, baseado na competição internacional e com fins acumulativos, levou à situação de conflito mais de 960.000 integrantes dos povos indígenas e comunidades tradicionais, sendo eles a população que mais preserva seu território, porém os mais combatidos por não

compartilharem do modo de vida capitalista. Os conflitos socioambientais também abarcam mais de 39 milhões de hectares de terra, os quais são protagonizados, em sua maioria, pelos empreendimentos extrativistas.

Pelo exposto, cabe-nos responder aqui a questão levantada no capítulo 4 sobre quem se beneficia com o controle corporativo, com a estrutura de concentração de poder e riqueza, com o aquecimento global, com os dois bilhões de toneladas brutas de CO₂ lançados na atmosfera, com os 600 milhões de toneladas de recursos naturais, com a violência no campo e na cidade e com os mais de 100 milhões de brasileiros pobres (em renda). Enfim, a pergunta que se faz é: “Quem sairá lucrando com a in-sustentabilidade?”. No ano de 2017 realizou-se um estudo sobre a desigualdade social, constando-se que o 1% mais rico do mundo possui a mesma riqueza dos outros 99%; no Brasil, apenas 6 famílias possuem a mesma riqueza que outros 100 milhões de brasileiros e brasileiras pobres. Nesse cenário, uma mulher trabalhadora, que recebe um salário mínimo por mês, terá que trabalhar 19 anos para conseguir atingir a renda mensal de um super-rico. Com isso, concluímos que há e sempre houve um arranjo hegemônico secularizado, o qual guiou o desenvolvimento à sua in-sustentabilidade. Por outro lado, também concluímos que há e sempre houve a reação e resistência popular contra as in-justiças sociais, no campo, na floresta e nas cidades. Considerando que a hegemonia mercantilista e antropocêntrica é perene e manipula o desenvolvimento, combater tal arranjo se torna primordial para reverter esse cenário imerso em crises, segundo nossa visão, pois falar de sustentabilidade sem mudar esse poder de controle das inovações e transformações sociais, não faz sentido.

Todavia, nosso trabalho parte do princípio o qual Furtado (2008) desvenda, de que o desenvolvimento vem da capacidade de criar soluções originais aos problemas específicos da sociedade, fazendo-se necessário cultivar outro senso comum, que não seja limitado pela inserção social pelo consumo, forjado pelas lutas sociais organizadas e suas reivindicações, as quais são capazes de criar o novo, ou seja, gerar algo que ainda não existe. Força criativa essa, a qual os conflitos sociais, movimentos, organizações e insurgências populares, são capazes de prover, não isolados, mas numa organização em rede. O conjunto destes fatores e direcionamento teóricos, expostos nesses últimos dois parágrafos, que envolve diretamente a população organizada, se configura na matriz para a formação de um bloco contra-hegemônico.

A partir dessa ideia, aqui destacamos as Primaveras de ocupação citadas por Pinheiro-Machado (2019) e os movimentos de ocupação e resistência por terra e água, referidos pela CPT (2019), ou seja, as lutas da cidade e do campo juntos, munidos do elemento prefigurativo como forma de organização e ocupação do espaço ou do território e cujas

reinvindicações estão pautadas fatores progressistas e populares que dialogam com a multivaloração. Essas ideias podem compor um projeto de sociedade que, quando articuladas, segundo nossa visão, batem de frente com a sociedade de mercado e sua hegemonia da insustentabilidade a qual monopoliza as transformações e inovações do desenvolvimento. É então, nesse sentido, que devemos nos aprofundar e continuar o nosso trabalho.

REFERÊNCIAS

AGENDA 21, *Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1996. 585 p.

BRETON, André; RIVERA, Diego. *Por uma arte revolucionária independente*. Tradução de Gustavo Racy. São Paulo: Sobinfluencia, 2020. p.

BERNAL, A. B.(Org.) *Apoio à implementação do Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar nos territórios: Volume 1. Educação Ambiental e agricultura familiar no Brasil: aspectos introdutórios*. Brasília: MMA, 2015. 68 p.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Estruturas fundiárias e Propriedade Agrícola no Brasil: grandes regiões e unidades da federação*. 2010.

BRASIL. Lei nº 11.952 de 25 de junho de 2009, que editou a MP 458. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11952.htm>. Acesso em 06 maio. 2020.

CARVALHO, Paulo Sérgio Rodrigues. *Gramática Aplicada*. 27. ed. Paraná: Academia de Cultura do Paraná. 2014. 412 p.

CASTRO, Josué de. *Sete palmos de terra e um caixão*. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1965. 222 p.

CPT, COMISSÃO PASTORA DA TERRA. *Conflitos no Campo 2018 – Goiânia*, 2019. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14154-conflitos-no-campo-brasil-2018?Itemid=0>>. Acesso em 10 jan. 2020.

CPT, CPT, CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DOM TOMÁS BALDUÍNO. 2019.

DOWBOR, Ladislau. *A Era do Capital Improdutivo*. 1. ed. São Paulo: Autonomia Literária, 2018. 315 p.

FRASER, Nancy. *O velho está morrendo e o novo não pode nascer*. Tradução de Gabriel Landi Fazzio 1. ed. São Paulo: Autonomia Literária, 2020. 92 p.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala. Formação da família brasileira sobre o regime da economia patriarcal*. 48. ed. São Paulo: Global Editora, 2003.

FURTADO, Celso. *O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999. 116 p.

FURTADO, Celso. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. Edição definitiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. 235 p.

G1. Avanço do desmatamento deve levar Brasil a ter aumento nas emissões mesmo com paralisação de atividades na pandemia. 21/05/2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/natureza/noticia/2020/05/21/avanco-do-desmatamento-deve-levar-brasil-a-ter-aumento-nas-emissoes-mesmo-com-paralisacao-de-atividades-na-pandemia.ghtml>>. Acesso em 10 julho 2020, 15:52.

GUDYNAS, Eduardo. *Direitos da Natureza*. Tradução Igor Ojeda. 1.ed. São Paulo: Elefante, 2019. 340 p.

HEIDRICH, AL. *Sobre nexos entre espaços, paisagem e território em um contexto cultural*. Salvador: Eudora, 2009.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 27. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. 254 p.

IPCC. *Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas*. 2018.

KRENAK, Ailton. *Ideias para o fim do mundo*. 1. Ed. São Paulo: Companhia das Letras. 2019. 85 p.

MASI, Domenico De. *2025: caminhos da cultura no Brasil*. Tradução de Marcello Lino e Stefano Palumbo. Rio de Janeiro: Sextante, 2015. 314 p.

MAPBIOMAS. *Relatório Anual do Desmatamento no Brasil*. São Paulo: MapBiomass 2020. 48 p.

OXFAM Brasil. *A distância que nos une: um retrato das desigualdades brasileiras*. Brief Comunicação, 2017.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. *Amanhã vai ser maior: o que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual*. 1. ed. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019. 192 p.

PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; CUIN Danilo Pereira; LADEIRA, Julia Nascimento; SILVA, Marlon Nunes; LEÃO, Pedro Catanzaro da Rocha. “*Terra em Transe: geográfica da expropriação e da resistência no campo brasileiro 2018*”, p. 91- 120, presente no Caderno sobre Conflitos no Campo Brasil 2018 elaborado pela Comissão Pastoral da Terra (2019 p.105).

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SACHS, Ignacy; LOPES, Carlos. *Desenvolvimento, inovação e sustentabilidade: contribuições de Ignacy Sachs/ Carlos Lopes*. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2014. 228 p.

SANTOS, Milton. SILVA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos. *Uma história da onda progressista sul-americana*. 1. ed. São Paulo: Elefante, 2018. 648 p.

SOUZA, Paulo Marcelo de et al. *Agricultura Familiar versus Agricultura Não-Familiar: análises das diferenças no financiamento concedido no período de 1999 a 2009*. Rio de Janeiro: UENF, 2011.

VITALI, GLATTFELDER E BATTISTON. *The Network of Global Corporate Control*. PLoS ONE 6 (10): e25995. doi. 10.1371/journal.pone.0025995, 2011.

ANEXO

TABELAS DE DADOS UTILIZADAS PARA PESQUISA QUANTITATIVA

Tabela 6 – Comparação dos conflitos no campo Brasil (2009 – 2018)

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Conflitos por Terra										
Nº de Ocorrências ⁽¹⁾	528	638	805	816	763	793	771	1.079	989	964
Ocupações/Retomadas	290	180	200	238	230	205	200	194	169	143
Acampamentos	36	35	30	13	14	20	27	22	10	17
Total ⁽²⁾	854	853	1.035	1.067	1.007	1.018	998	1.295	1.168	1.124
Assassinatos	25	30	29	34	29	36	47	58	70	25
Pessoas Envolvidas	415.290	351.935	458.675	460.565	435.075	600.240	603.290	686.735	530.900	590.400
Hectares	15.116.590	13.312.343	14.410.626	13.181.570	6.228.667	8.134.241	21.387.160	23.697.019	37.019.114	39.425.494
Conflitos Trabalhistas										
Trabalho Escravo	240	204	230	168	141	131	80	68	66	86
Assassinatos		1			1					
Pessoas Envolvidas	6.231	4.163	3.929	2.952	1.716	2.493	1.760	751	530	1.465
Superexploração	45	38	30	14	13	10	4	1		3
Assassinatos		1			2		1	1		2
Pessoas Envolvidas	4.813	1.643	466	73	142	294	102	2		12
Total	285	242	260	182	154	141	84	69	66	1.477
Conflitos pela Água										
Nº de Conflitos	45	87	68	79	93	127	135	172	197	276
Assassinatos	1	2		2	2		2	2	1	1
Pessoas Envolvidas	201.675	197.210	137.855	158.920	134.835	214.075	211.685	222.355	177.090	368.465
Outros ⁽³⁾										
Nº de Conflitos		4		36	12					
Assassinatos										
Pessoas Envolvidas		4.450		26.005	1.350					
Total dos Conflitos no Campo Brasil										
Nº de Conflitos	1.184	1.186	1.363	1.364	1.266	1.286	1.217	1.536	1.431	1.489
Assassinatos	26	34	29	36	34	36	50	61	71	28
Pessoas Envolvidas	628.009	559.401	600.925	648.515	573.118	817.102	816.837	909.843	708.520	960.342
Hectares	15.116.590	13.312.343	14.410.626	13.181.570	6.228.667	8.134.241	21.387.160	23.697.019	37.019.114	39.425.494

(1) Os dados do nº de ocorrências referem-se aos despejos e expulsões, ameaças de despejos e expulsões, bens destruídos e pistolagem.

Fonte: CPT, 2018.

Tabela 7 – Violência contra a ocupação e a posse

UF	Nº de Ocorrências	Famílias	Área	Famílias Expulsas	Famílias Despejadas	Ameaçadas de Despejo	Tentativa ou Ameaça de Expulsão	Casas Destruidas	Rochas Destruidas	Bens Destruidos	Pistolagem
Centro-Oeste											
DF	2	275	736			200					
GO	8	1851	255630		198		1353				
MS	36	2755	19955	24		1276	575	61		31	325
MT	47	5454	1295079	550	633	859	725	440	1	430	1174
Subtotal	93	10335	1571400	574	831	2335	2653	501	1	461	1499
Nordeste											
AL	5	310	536		120	210					
BA	112	11009	445422		2000	2399	3465	461		352	849
CE	15	2595	9380		60	240	230	215		35	80
MA	199	16154	989745		316	1638	2235	462	111	413	1065
PB	14	1866	7561	30	60	1014	534	30	60		534
PE	74	6061	14777	1	1345	1779	1468	278	806	1173	534
PI	25	1036	5281		80		331				
RN	2	150	0			100	50				50
SE	10	0	0		5						
Subtotal	456	39181	1472702	31	3986	7380	8313	1446	977	1973	3112
Norte											
AC	59	4994	670132			1785	1259				24
AM	44	6886	11598449		468	1046	704	722			316
AP	47	1285	237975	2	20	299	404	20			200
PA	121	25547	10093708	660	1099	2816	1301	461	301	621	1016
RO	66	4997	1524930	155	369	1608	746	270	35	158	607
RR	17	8556	12031957						20		
TO	38	1574	81192	20	318	390	225	53	2	2	196
Subtotal	392	53839	36238343	837	2274	7944	4639	1526	358	781	2359
Sudeste											
ES	5	300	80		300	200		200	200		
MG	59	3886	27317	620	726	815	1147	2	65	285	256
RJ	11	528	34650		200	200	272				
SP	56	5015	28548	200	2658	1643	1000	40	110		883
Subtotal	131	9729	90595	820	3884	2858	2419	242	375	285	1139
Sul											
PR	17	2487	37271		200	727	20	2		2	1509
RS	11	170	1156	45	50	91	4				
SC	24	2339	14027								
Subtotal	52	4996	52454	45	250	818	24	2	0	2	1509
Total :	1124	118080	39425494	2307	11225	21335	18048	3717	1711	3502	9618

Fonte: CPT, 2018.

Tabela 8–Variação Percentual Anual

VARIAÇÃO PERCENTUAL ANUAL									
	2009/2010	2010/2011	2011/2012	2012/2013	2013/2014	2014/2015	2015/2016	2016/2017	2017/2018
TERRA									
Nº de conflitos	21%	26%	1,3%	-6,9%	4%	-2,8%	40%	-9%	-2%
Pessoas envolvidas	-18%	30%	0,4%	-6%	38%	0,5%	13,3%	-29%	11,2%
Hectares	-16%	8%	-9%	-111%	36%	163%	11%	146%	9%
ÁGUA									
Nº de conflitos	93%	-28%	16%	18%	36%	6%	27%	14%	40%
Pessoas envolvidas	-2%	-43%	15%	-18%	59%	-1%	5%	-25%	108%
TOTAL DE CONFLITOS									
Total de conflitos no campo	0,1%	-15%	0%	-8%	1%	-5,6%	26%	-7,3%	4%
Pessoas envolvidas	-12%	7%	7,9%	-13%	43%	-0,03%	11%	-28%	35%

Fonte: ELABORAÇÃO PRÓPRIA